



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ROBERTO EDUARDO BASTOS LISBOA**

**A reestruturação das relações de poder e o redesenho do  
território da Vila de Algodal (Maracanã-PA) após a  
criação da APA-Algodal/Maiandeuá em 1990**

**Belém  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da  
Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a)

---

- L769r Lisboa, Roberto Eduardo Bastos  
A Reestruturação das Relações de Poder e o Redesenho do Território da Vila de Algodal  
(Maracanã  
-PA) após a criação da APA Algodal-Maiandeuá em 1990 : Dissertação de Mestrado /  
Roberto Eduardo Bastos Lisboa. — 2018  
154 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia  
(PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém,  
2018.  
Orientação: Profa. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
1. Relações de Poder. 2. APA Algodal-Maiandeuá. 3. Atores Sociais. 4. Conselho Gestor. 5.  
Turismo. I. Moura, Edila Arnaud Ferreira, *orient.* II. Título
-

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-PPGSA da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de mestre, concentração em Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edila Arnaud Ferreira Moura

Belém(PA), 22 de março de 2018

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edila Arnaud Ferreira Moura (PPGSA/UFPA)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tania Guimarães Ribeiro (PPGSA/UFPA)  
Examinadora interna

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Silvio José Lima Figueiredo (NAEA/UFPA)  
Examinador externo

---

Profa. Dra. Voyner Ravena (PPGSA/UFPA)  
Examinadora Suplente

## AGRADECIMENTOS

Aos meus avós (In Memoriam) Constantino Ribeiro Bastos e Glafira de Jesus Ferreira Bastos, responsáveis pela educação de seus netos, e também pelo suporte moral e religioso para a minha formação como pessoa sorridente e amável.

Ao meu pai (In Memoriam) Eduardo de Vasconcelos Lisboa, pelo seu exemplo de luta e superação, pelo seu esforço e persistência diante das atribulações da vida.

Ao Matheus “Pingo” da Barraca do Côco, o qual me acolheu em sua barraca de praia, durante os períodos de pesquisa, me ajudando com muitas informações sobre a vida do barraqueiro e sua relação com os turistas e com a pesca de curral.

Ao “Doçura” do Bar Mupéua, por sua acolhida e sensibilidade ao perceber meu esforço como pesquisador.

À minha orientadora Professora Edila Arnaud Ferreira Moura, por suas acuradas orientações, sensibilidade e paciência.

À minha mãe Aládia Nazaré Bastos, pela ajuda e carinho de mãe compreendendo a minha luta para a finalização do meu trabalho.

À minha irmã Ana Coeli Bastos Lisboa, pela sua ajuda e incentivo durante minhas leituras, estudos e escrita da dissertação.

Ao meu irmão Eduardo Costantino Lisboa e sua esposa Shelda Cristiane Lisboa e filhos pela sua acolhida durante a parada para o lanche, almoços e jantares e momentos de descanso durante a luta para a conclusão deste trabalho, só assim isto foi possível.

Ao meu irmão Erico Gaspar Lisboa e sua esposa Mariana, com seus conselhos em relação aos trabalhos acadêmicos e palavras de força e carinho.

Ao meu irmão Antônio Eduardo Bastos Lisboa, pelas palavras de incitadoras e momentos de descontração para enfrentar a tensão deste trabalho sempre contando fatos engraçados dos jogos do Leão.

Ao Crisomar Lobato da Ideflor-Bio, com sua paciência nas entrevistas e informações obre a as Unidades de Conservação do Estado do Pará.

Ao meu amigo Antonio Elias Asbeg Jr, pelas suas palavras de incentivo e seu exemplo de vida acadêmica, assim como muitas ajudas que não caberiam aqui neste simples agradecimento.

Ao meu amigo Paulo André Penalber, pessoa de coração humilde que sempre me acolheu com conselhos e palavras estimuladoras nos momentos difíceis da minha vida e deste trabalho.

A todos meus professores do PPGSA, os quais foram responsáveis por todo o ensinamento dos conteúdos previstos pelo referido programa de mestrado, e ao mesmo tempo, sempre atenciosos às muitas perguntas feitas em sala de aula e pelos corredores.

Aos meus companheiros do Coro Angelorum (Basílica de Nazaré), pelas suas palavras de encorajamento, perseverança, pedidos em orações e pelos momentos de descontração e louvor a Jesus e a Nossa Senhora.

A todos os moradores da Vila de Algodual, os quais sempre me acolheram como pesquisador, surfista, músico, pescador e amigo.

À Anny Linhares, por sua ajuda nos conselhos, nos debates acadêmicos, e também pela sua ajuda com as normas exigidas para a elaboração deste trabalho.

**“Na areia escrevi meu nome  
Com o bico do Beija-Flor,  
Todo mundo tá falando  
Que eu tenho meu valor”**

Chico Braga - Cantor e Compositor  
de Carimbó Praiano de Algodal

## RESUMO

Essa dissertação analisou como os diferentes atores sociais da Vila de Algodual (Maracanã-PA), lutam por melhores posicionamentos e vantagens no campo socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Algodual-Maiandeuá, constituída pelo Conselho Gestor. Nesse cenário, a Vila de Algodual apresenta uma relevância histórica pelo fato de ser o espaço social onde várias alterações aconteceram, desde a formação do seu primeiro núcleo populacional, uma vila de pescadores, até mais tarde se tornar também um relevante balneário turístico do litoral paraense. Nessa transição, algumas mudanças importantes na organização social aconteceram com a intensificação da atividade turística. Ademais, o incremento dessa nova atividade econômica, atraiu a vinda de pessoas de fora com a intenção de investir no setor hoteleiro e comércio. Além disso, o aumento da presença de turistas apreciadores da natureza do lugar contribuiu para que a criação de um grupo ambiental influenciasse na criação pelo governo do Estado do Pará, da APA Algodual-Maiandeuá no ano de 1990, e mais tarde por meio de reivindicações da sociedade civil organizada esta unidade é implantada com a criação do seu Conselho Gestor no ano de 2006. A abordagem utilizada a partir das orientações teóricas de Pierre Bourdieu possibilitou identificar os atores nesse campo socioambiental revelando a luta pelo poder entre as diversas e distintas situações ao longo dos anos após criação da APA. Os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e pesquisa de campo durante os anos de 2015 e 2016. O estudo revelou a evidência das lutas por menos proibições e melhores condições de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de poder; APA Algodual-Maiandeuá; Atores sociais; Conselho Gestor

## **ABSTRACT**

This Master Thesis analyzed how the different social actors of the Village of Algodual (Maracanã-PA), struggle for better positions and advantages in the socio-environmental field of the Environmental Protection Area of Algodual-Maiandeuá, constituted by Its Management Council. In this scenario, the Village of Algodual has a historical relevance because it is the social space where several changes have taken place since the formation of its first population center, a fishing village, until later becoming also a relevant tourist resort on the coast of Pará. In this transition, some important changes in the social organization happened with the intensification of the tourist activity. In addition, the increase of this new economic activity, attracted the coming of outsiders with the intention of investing in the hotel and commerce sector. Furthermore, the increase in the presence of tourists who appreciated the nature of the place contributed to the creation of an environmental group influencing the creation by the government of the State of Pará, the Environmental Protection Area of Algodual-Maiandeuá in the year 1990. The approach used from the theoretical orientations of Pierre Bourdieu made it possible to identify the actors in this socioenvironmental field revealing the struggle for power between assorted and different situations throughout the years after the creation of the APA. The methodological procedures were carried out through bibliographical, documentary and field research during the years 2015 and 2016. The study revealed evidence of struggles for fewer bans and better living conditions

**KEY WORDS:** Power relations, APA Algodual-Maiandeuá, stakeholders, Managing Council



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura</b>	<b>01</b>		Localização
		Geográfica.....	20
<b>Figura</b>	<b>02</b>	Mapa de	Localização da
		Unidade.....	21
<b>Figura 03</b>		Mapa do IBGE de 1962.....	22
<b>Figura</b>	<b>04</b>	Imagens de satélite da Vila de	Algoadoal.....
			24
<b>Figura 05</b>		Foto do seu Waldovino .....	29
<b>Figura</b>	<b>06</b>	Foto dos horários dos	barcos.....
			31
<b>Figura 07</b>		Foto do Pôr do sol da Praia da Caixa d'água.....	36
<b>Figura</b>	<b>08</b>	Foto do Porto, ano	1978.....
			42
<b>Figura</b>	<b>09</b>	Circuito de	Visitação
		Turística.....	43
<b>Figura</b>	<b>10</b>	Mapa do uso do	solo.....
			45
<b>Figura</b>	<b>11</b>	Mapa das áreas de expansão da Vila de	Algoadoal.....
			46
<b>Figura</b>	<b>12</b>	Diagrama do Campo Sócio Ambiental da	APA.....
			62
<b>Figura</b>	<b>13</b>	Logomarca da APA-	Algoadoal-
		Maiandeua.....	75
<b>Figura</b>	<b>14</b>	Carroceiro da Vila de	Algoadoal.....
			76
<b>Figura 15</b>		Vista de um hotel em uma rua principal.....	77
<b>Figura 16</b>		Barracas da Praia da Princesa.....	78
<b>Figura</b>	<b>17</b>	Casa situada no	mangue.....
			84
<b>Figura 18</b>		Trabalho do tirador de caranguejo.....	93

<b>Figura</b>	<b>19</b>		Linha	do
Tempo.....			96	
<b>Figura</b>	<b>20</b>	Diagrama das relações de poder no CG		
.....			96	
<b>Figura</b>	<b>21</b>	Posse dos Conselheiros		
.....			120	

### **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b>	Organograma simplificado da SEMA .....	64
<b>QUADRO 2</b>	Coordenadoria das UC's.....	65

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Faturamento por setor econômico da cadeia p. do turismo.....80
- Gráfico 2** Renda salarial dos veranistas da Vila de Algodal – PA.....88



## TABELA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	Associação dos Canoeiros de Algodual
ACDESPIM	Associação Comunitária de Desenvolvimento da de Ilha de Maiandeuá
ACMM	Associação Comunitária dos Moradores de Maiandeuá
ACPAVA	Associação Comunitária dos Pescadores Artesanais da Vila de Algodual
AMC	Associação dos Moradores Camboinha
APA	Área de Proteção Ambiental
APHA	Associação das Pousadas e Hotéis de Algodual
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CG	Conselho Gestor
CLIMAM	Cooperativa de Lancheiros da Ilha de Maiandeuá/Marudá
CONSAMA	Conselho da Saúde, Saneamento e Meio Ambiente
CUC	Coordenadoria de Unidades de Conservação
DEMA	Divisão Especializada em Meio Ambiente
DIAP	Diretoria de Áreas Protegidas
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
GAF	Grupo Ambiental de Fortalezinha
GEIMA	Grupo Ecológico da Ilha de Maiandeuá
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLORBio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	
<b>CAPÍTULO 1 - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL DA VILA DE ALGODOAL E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL</b>	19
1.1 O TERRITÓRIO DA VILA DE ALGODOAL E SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	19
1.2 HISTÓRICO DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL DA VILA DE ALGODOAL E AS MUDANÇAS DO TERRITÓRIO	21
1.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL	25
1.4 A REPRODUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS MORADORES DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL NO CONTEXTO ATUAL DA VILA DE ALGODOAL	29
<b>CAPÍTULO 2 - O TURISMO COMO AGENTE DE MUDANÇAS NO TERRITÓRIO DA VILA DE ALGODOAL</b>	35
2.1 A MUDANÇA DO TERRITÓRIO FÍSICO DA VILA DE ALGODOAL DECORRENTES DAS RELAÇÕES DE PODER OCACIONADAS PELO TURISMO	36
2.2 AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO PARA A AMAZÔNIA LEGAL E A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALGODOAL MAIANDEUA	47
2.3 A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALGODOAL – MAIANDEUA NO CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DE TURISMO	51
<b>CAPÍTULO 3 – O CAMPO SOCIOAMBIENTAL DA APA DE ALGODOAL-MAIANDEUA</b>	55
3.1 - A ESTRUTURA DO CAMPO SOCIOAMBIENTAL DA APA ALGODOAL-MAIANDEUA	57
3.2 - O ESTADO DO PARÁ E SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DO MEIO AMBIENTE	63
3.3 - O MERCADO	76
3.4 - A POPULAÇÃO DA VILA DE ALGODOAL	83
3.5 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DA VILA DE ALGODOAL	88
3.6 - A LUTA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA EM BUSCA DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS AMBIENTAIS, E A CONSEQUENTE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA APA	94
<b>CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO PÚBLICO DE DECISÃO DO CAMPO SÓCIO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO CONSELHO GESTOR DA APA DE ALGODOAL-MAIANDEUA</b>	111
4.1 - A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DE ALGODOAL MAIANDEUA	113
4.1.1 AS PAUTAS MAIS DEBATIDAS	115
4.2 - UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER NA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO DIA 28/04/2016	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

## INTRODUÇÃO

No ano de 1998 trabalhei como colaborador eventual na extinta Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia – SECTAM/ Pará, na elaboração do Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental (APA) de Algodal-Maiandeuá no estado do Pará. Esta APA fica situada no litoral nordeste do Estado do Pará, na mesorregião do Nordeste Paraense e mais precisamente na microrregião do Salgado, confrontando-se com o Oceano Atlântico ao Norte, o Furo do Mocooca ao Sul, o Rio Maracanã e a Reserva Extrativista Marinha de Maracanã a Leste, bem como o rio Marapanim a Oeste. Este plano, se propunha a compor com outros, tais como o plano Zoobotânico, Plano de Geomorfologia e Plano de climatologia, contudo, por problemas de natureza política, não chegou a ser concluído como esperado.

Com o decorrer do tempo, entre os anos de 2000 e 2007 trabalhei na Secretaria de Especial de Promoção Social – SEPROS, no Programa de Educação Profissional – PEP-PA, no governo do estado do Pará e fiquei distante do andamento do processo de conclusão do Plano de Manejo e sem saber sobre a evolução da APA Algodal – Maiandeuá. Este plano foi encaminhado com os estudos de outras áreas do conhecimento para chegar a sua elaboração final, porém, durante a administração federal entre os anos de 1994 a 2002, o enxugamento da máquina pública fez com que os estudos, assim como a implementação das Unidades de Conservação (UC) no Brasil não avançassem, pois se o objetivo do governo federal era conter despesas, como iria poder gerir UCs em lugares longínquos com uma equipe capacitada e multidisciplinar? No Pará as gestões de partidos diferentes, não avançaram de forma significativa nas questões ambientais assim como as UCs paraenses.

A população da Vila de Algodal já estava desacreditada quanto a sua implantação e os tão sonhados benefícios que a APA poderia trazer para a população local. Por outro lado, com o passar dos anos, o aumento da demanda turística seguia causando sérios impactos ambientais e sociais para esta localidade fez com que seus moradores buscassem várias formas de soluções para resolverem problemas diversos, assim como aqueles provenientes da atividade do turismo, em decorrência disso começaram a lutar por seus direitos para a implantação definitiva da UC.

Esta dissertação de mestrado analisará a questão do redesenho do território da Vila de Algodal, pois, seus moradores até os dias atuais, perpetuam práticas do primeiro núcleo populacional como: cultura, relações sociais e lutas sociais, desenroladas neste espaço

delimitando-o fisicamente como uma região. Essas lutas sociais se alteram com o aumento da atividade do turismo e a implantação da APA, que reestrutura as relações de poder e redesenha o território da Vila de Algodual.

A atividade do turismo causa mudanças na economia local, pois esta comunidade em décadas atrás tinha a pesca e agricultura de subsistência como sua economia principal que depois é alterada com a inserção parcial de uma nova economia de acumulação de capital, o turismo.. Essa modificação ocasionou profundas transformações na organização social desse lugar, alterando as relações de poder que anteriormente se apresentavam com uma característica e com o passar do tempo se mostram por meio da apropriação do território e de uma rede de ligações envolvendo grupos que procuram posicionamentos em um campo desarmônico de lutas pelo poder.

Esta dissertação será desenvolvida mediante a reflexão sobre o assunto referido. O estudo, com estadia em campo, permitiu identificar a importância que a Vila de Algodual representa para a história da APA Algodual Maiandeuá, por ter sido a principal porta de acesso para a chegada do turismo, responsável pelas mudanças na localidade, como criação da APA, que com constituição de seu Conselho Gestor, passa a formar um espaço social de reivindicações e de tomadas de decisões de extrema importância por afetarem significativamente a vida das pessoas que ali vivem.

O turismo causa a modificação do território por diversas razões. Inicialmente, pela apropriação dos lotes de terra dos nativos pelos turistas que passam a ser proprietários de uma casa de veraneio; depois, pela mudança da organização social que se altera de uma comunidade predominante pesqueira para um balneário turístico e, por último, pela criação da APA, um novo território de administração participativa de diferentes agentes (município, Estado e Governo federal) governamentais.

Esta última mudança, em decorrência de ideais e expressão da vontade de turistas preocupados com os impactos que a atividade turística estava causando criaram, no ano de 1988, o Grupo Ecológico da Ilha de Maiandeuá (GEIMA), formado por ecólogos, pescadores artesanais e políticos, conseguiram com que o Governo do Estado criasse a Área de Proteção Ambiental de Algodual-Maiandeuá no ano de 1990, a qual passaria a ser comandada pela esfera de governo estadual, regida por leis ambientais estaduais e federais que normatizam o uso dos recursos naturais.

Mais adiante com o passar dos anos, uma série de dificuldades acontece e se agravam com o aumento da atividade turística. Tais problemas estavam relacionados: primeiro, quanto à segurança, pois a falta de policiamento nos períodos de alta estação, de maior concentração



de turistas, atraindo meliantes em busca da subtração de dinheiro e pertences. Segundo, quanto ao lixo, devido à ausência de destinação final inadequada. Terceiro, quanto à contaminação da água, em virtude dos lençóis freáticos estarem sendo afetados em consequência do chorume gerado pelo lixo. Quarto, no tocante ao saneamento, porque a inexistência de tratamento correto faz com que muitos proprietários de hotéis lancem seus esgotos na praia.

Estes problemas se agravam vertiginosamente com a chegada da luz elétrica no ano de 2005, em razão do conseqüente crescimento da demanda de turistas, que agora poderiam desfrutar de conforto trazido pela energia elétrica, e a falta de estrutura para atender ocasionando um choque com a frágil estrutura existente. Esta desproporcionalidade culminou em um conflito de interesses por parte de veranistas e organizações não governamentais para a solução destas necessidades, que atenderiam a toda a comunidade local.

A responsabilidade desses problemas envolvia a prefeitura do município de Maracanã, responsável pelo recolhimento e destino final do lixo e o Estado, a quem cabia fornecer água, segurança e saneamento, assim como a implantação da APA e sua devida administração que consistia na criação do conselho gestor e na conclusão do Plano de Manejo para essa unidade de conservação. A população alimentava a esperança de que a implantação da UC traria benefícios para estes moradores e solução para os dilemas sociais e ambientais correntes. Outra incumbência também seria do governo federal, no que diz respeito à regularização fundiária destinada à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), pois os donos de meios de hospedagem como pousadas, hotéis, comerciantes e outros empresários, ansiavam efetuar empréstimos bancários, e com isso realizarem melhorias em seus estabelecimentos, e para isso, precisariam dos documentos de seus imóveis como forma de garantia para o recebimento do empréstimo.

Diante desses impasses, principalmente a questão do lixo, que contaminava os lençóis freáticos afetando a saúde das pessoas, foi formada uma união por parte de turistas e veranistas, que culminou com a criação da organização não-governamental, Associação Pró-Ilha de Algodão-Maiandeuá (SUATÁ). Esta associação entrou com três ações civis públicas, com o pedido de tutela antecipada, saindo vitoriosa na esfera municipal e estadual, todavia perdendo diante da negociação com o governo federal. Mesmo com a derrota contra a SPU, a vitória contra a prefeitura sobre a questão do lixo foi alcançada e a coleta passou a ser devidamente realizada pela Prefeitura de Maracanã. Na luta contra o Estado, foi possível conseguir que o conselho gestor fosse criado enquanto era aguardada a conclusão do Plano de Manejo. Com o Conselho Gestor (CG) estabelecido, as primeiras reuniões geravam expectativas de que as demandas seriam atendidas, os discursos bem elaborados dos técnicos

eram convincentes, mas com o passar do tempo percebeu-se que as reuniões aconteciam e nada era resolvido e muitas promessas eram feitas por parte dos técnicos. Isso fez com que uma parcela da população principalmente os mais necessitados, passassem a desacreditar no CG e começassem a não frequentar este espaço. Além desse impasse, as regras impostas pela lei da APA no que tange à questão ambiental criaram desigualdades em razão dos usos dos recursos, uma vez que as proibições afetavam diretamente as vidas dos tiradores de caranguejo, turu, sarnambi e demais pescadores. Outra discrepância é o fato de que os migrantes instalados na vila, muitos deles comerciantes e donos de hotéis e pousadas, quando autuados pela gestão da APA, conseguem se desvencilhar e vencer na justiça por possuírem um maior capital cultural e financeiro; em contrapartida, quando a penalização é contra os nativos, estes por desconhecerem os mecanismos judiciários e possuírem poucos recursos financeiros sofrem os rigores da lei, fato que descredibiliza cada vez mais a gestão da UC.

Atualmente, o CG continua a ser um espaço de tomada de decisão, de reivindicações, como também um espaço de jogo de interesses e de poder. Diante desses fatos julguei relevante desenvolver a dissertação de mestrado sobre o tema, de forma a registrar e analisar o caminho dessas relações de poder (relações sociais), e ademais, compreender tais relações no CG na atualidade. Nesse caso, a pesquisa contribui de forma relevante para a gestão das unidades de conservação, porque esses problemas são semelhantes aos de outras UCs em todo o país, como mostram os recentes estudos sobre este tema: O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu e a experiência da gestão compartilhada (Cirilo, Brenda, 2013) <sup>1</sup> e Territórios Protegidos e Arenas de Conflito nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável em Sergipe, Brasil (SILVA E SOUZA, 2012).<sup>2</sup>

O período da pesquisa compreendeu desde as décadas de formação do primeiro núcleo populacional que será apresentada no primeiro capítulo, enquanto que no quarto capítulo apresento um enfoque maior a partir do ano que o CG foi criado, 2006 até o ano 2016. Neste capítulo registro detalhes sobre uma das reuniões deste conselho gestor.

---

<sup>1</sup> Este artigo analisa o processo de gestão compartilhada da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, unidade de conservação localizada no estuário amazônico, em Belém, Estado do Pará. O objetivo é avaliar seu processo de gestão participativa através da análise da atuação do seu Conselho Gestor. Os resultados foram obtidos através de um levantamento realizado em 2010, com uma amostra de 100 famílias residentes na ilha. A gestão é apresentada no período de 2006 a 2013. Os resultados mostram que: a gestão não funcionou de forma eficaz, pois a maior parte das atividades planejadas não foi concluída; a gestão compartilhada não foi eficiente, apresentando, entre os principais problemas: a ausência e a falta de iniciativa da maioria dos conselheiros membros; a falta de preparo técnico e a descredibilidade nas instituições públicas por parte dos representantes da sociedade civil; o excesso de burocracia e morosidade na resolução de questões administrativas.

<sup>2</sup> Objetivo analisar os conflitos territoriais engendrados nos territórios das UCs de Uso Sustentável, na categoria Área de Proteção Ambiental, envolvendo atores e interesses diversos pela apropriação e uso dos recursos naturais, apresentando a situação das unidades do Estado de Sergipe. Obedecendo a lógica nacional, a gestão das UCs em Sergipe é permeada de conflitos territoriais, oriundos das disputas acirradas, movidas pelos interesses diversos pelo uso e apropriação desses territórios.

A APA Algodual-Maindeua tem sido objeto de estudo por cientistas sociais e “turismólogos” como Helena Doris Quaresma no ano de 2002, Vania Lúcia Quadros Nascimento, Elida Moura e Graça Santana no ano de 2013 que enfatizaram as mudanças causadas pelo sobre as relações de poder, as quais foram se transformando na Vila de Algodual e com a implementação de gestão participativa do CG da APA.

O fato inédito de trabalhar essa questão nessa UC é de grande monta em razão dessa categoria de unidade de conservação permitir diferenciados usos do solo e conseqüentemente muitas situações de conflito. Essa unidade de conservação foi a primeira criada por lei ordinária no Estado do Pará, e também a segunda a ser criada no litoral paraense. A justificativa técnica apresentada em seu projeto de criação, se fundamenta na importância dos ecossistemas costeiros, principalmente o mangue, um ecossistema de transição que gera uma cadeia alimentar para o meio terrestre e aquático. A Amazônia Atlântica como é conhecido o litoral paraense, nos mostra como essa região é tão diversa quanto aos recursos naturais formando um grande mosaico de ecossistemas, identificada pela Conservation International - *“uma organização não governamental criada em 1987 que congrega cientistas de grande influência na formulação dos regimes internacional de conservação ambiental”* (MOURA, 2007, p.116) - como uma área de megadiversidade e esse conceito acabou por dar *“legitimidade científica ao acompanhamento de entidades internacionais às políticas públicas brasileira com o propósito de assegurar a conservação da floresta tropical”* (MOURA, 2007, p.117) e conter o avanço da exploração dos recursos naturais, realizado de forma inadequada e desenfreada. Desta forma, sendo uma megadiversidade os ecossistemas costeiros da Amazônia são responsáveis pela vida de muitas populações humanas que habitam neste espaço e a necessidade de proteção destes é de suma importância, principalmente por serem conjuntamente áreas de beleza cênica muito exploradas pelo turismo, o que torna a questão muito desafiadora quanto à promoção de um desenvolvimento sustentável, de utilizar os recursos naturais sem devastar, e ao mesmo tempo enfrentar a indústria do turismo que obedece a uma lógica dominante de desenvolvimento, pautada no discurso de que o turismo é menos impactante em relação a outros tipos de indústria muito mais poluidoras.

Neste grande campo do desenvolvimento do turismo da vila de Algodual, podemos observar seus reflexos no espaço social da gestão da APA de Algodual: agentes governamentais obedientes aos sistemas normativos e políticos, com novos dispositivos legais de conservação, agentes de mercado que se estabelecem nesse espaço por meio de estratégias e ações de desenvolvimento econômico e agentes que buscam a ação coletiva e propõem um

desenvolvimento de igualdade em relação a gestão da APA no intuito de ajudar aqueles marginalizados menos favorecidos.

Diante dessas evidências propomos as seguintes questões-problema para este estudo: Como a composição de forças políticas, em função dos atores sociais, dentro do Conselho Gestor influenciam o redesenho do Território da Vila de Algodal?

O objetivo geral desta dissertação é descrever e compreender como a composição de atores sociais de diferentes capacidades de poder e inserção na arena decisória se relacionam em um cenário de gestão palpado pela lógica do turismo redesenhando o território da Vila de Algodal. E como objetivos específicos os seguintes:

- a) analisar a organização social, práticas e relações de poder desde a formação do primeiro núcleo populacional da Vila de Algodal em meados da década de 1920, e suas respectivas transformações com o transcorrer do tempo;
- b) identificar como a atividade do turismo causou mudanças no território da Vila de Algodal;
- c) descrever as ações das Organizações Não-Governamentais (ONGS), no processo de criação e implantação da APA Algodal-Maiandeuá;
- d) analisar como se desenvolvem as relações de poder no Conselho Gestor da APA entre as entidades governamentais e não governamentais, moradores locais e entre os respectivos conselheiros, e o consequente redesenho do território da Vila de Algodal e seu entorno.

Para responder à essas questões e objetivos o desenho da pesquisa foi construído com base em entrevistas, uso de imagens de satélites, aplicação de formulários aos diversos agentes e uso da história oral. Para o desenvolvimento e análise dessa problemática, o estudo em questão terá como aporte teórico de Pierre Bourdieu em especial quanto ao conceito de campo que para este autor “*é um espaço de relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições, que competem pela dominação de um cabedal específico*”(BOURDIEU, 1984, p.)

## **1 - CAPÍTULO - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL DA VILA DE ALGODOAL E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL**

Este capítulo apresenta uma análise sobre a formação do primeiro núcleo populacional da Vila de Algodual, por meio da história oral e entrevistas com alguns dos primeiros moradores, ainda residentes neste local. O referido capítulo, também terá como objetivo investigar a organização espacial e social da vila durante as primeiras décadas de formação deste povoado. Durante as entrevistas será possível perceber, que esses antigos moradores ao se remeterem à época da formação deste lugar, falam da pouca estrutura que a Vila de Algodual possuía, da pequena e simples organização social do lugar e da fartura dos recursos naturais. Um tempo onde a natureza era predominante e o local não era muito desbravado e o desconhecido se tornava um campo fértil para a origem de lendas, contadas por avós e pais para filhos e netos, as quais perduraram no imaginário das pessoas desse povoado até os dias de hoje.

### **1.1- O TERRITÓRIO DA VILA DE ALGODOAL E SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA**

A localidade da Vila de Algodual - pertence à Ilha de Algodual – Maiandeuá, que foi decretada como unidade de conservação da natureza do grupo de uso sustentável, na categoria de Área de Proteção Ambiental – APA – ( categoria de unidade de conservação do grupo de uso sustentável, segundo o Sistema de Unidades de Conservação, SNUC criado no ano de 2000) em Novembro do ano de 1990.

Esta unidade, está localizada no município de Maracanã na Microrregião do Salgado, pertencente a Mesorregião do Nordeste Paraense, e está localizada no litoral do Estado do Pará, na porção noroeste da Ilha de Algodual-Maiandeuá e faz limite ao norte com o igarapé do Muniz e ao sul com o igarapé do Furo Velho; a leste, com o mangue e a oeste com a Baía de Marapanim.

No último levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em 2012, que forneceria dados para a elaboração do Plano de Manejo da APA, foi constatado através de imagens de satélite, a existência de uma malha viária quadricular constituída de quatro ruas principais e seis travessas e uma passagem de traçado irregular denominada São

Pedro que dá acesso ao bairro do Camambá, localizado entre o mangue e as edificações da orla que compreende o porto principal (PLANO DE MANEJO, 2012, p.115).



Fonte: SEMA, 2012

Fonte: ROCHA, 2000

FIGURA 1 – Localização Geográfica da Vila de Algodal

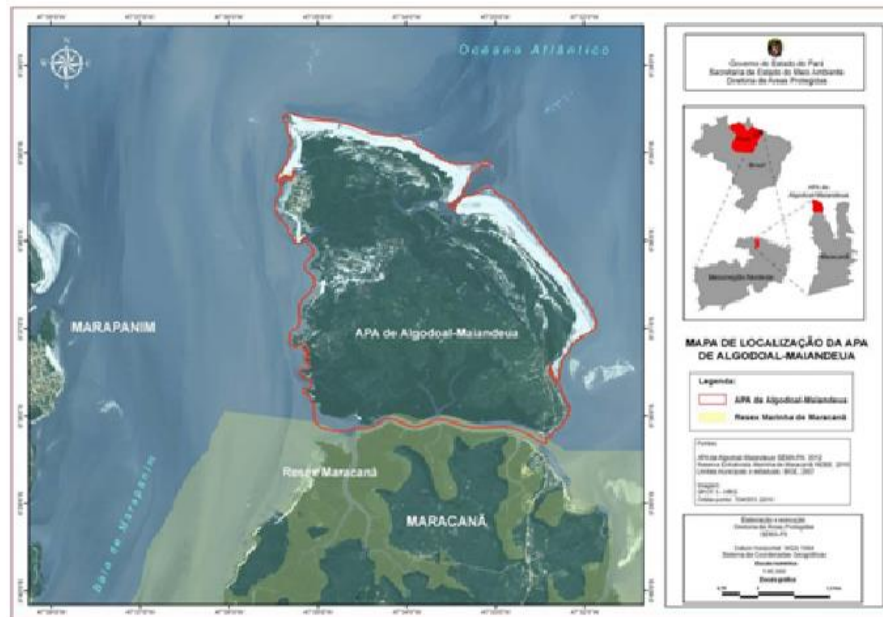
### *A Área de Proteção Ambiental de Algodal-Maiandeuá*

A APA de Algodal-Maiandeuá é uma das 08 Áreas de Proteção Ambiental existentes no Pará administradas pelo Estado. Porém, é a única unidade situada no litoral do nordeste paraense na categoria APA, situada na área denominada PA-22 (AmZc 261), de importância biológica alta e de prioridade de ação extremamente alta, conforme o Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Março, 2007).

Para essa área são previstas ações de recuperação de áreas degradadas, fiscalização e educação ambiental, segundo as orientações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual estabelece no Artigo 27, que as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo de acordo com as características técnicas-científicas e socioeconômicas que determinaram suas categorias de manejo. Esses planos são ferramentas importantes para que as Ucs possam ser satisfatoriamente administradas com objetivos e metas definidas, onde, em períodos apropriados, passarão por reavaliações, sofrendo as alterações e adaptações pertinentes ao tempo e as novas tecnologias.

A Lei Estadual nº 5.887/1995, art. 76, determina a proteção dos ecossistemas, o desenvolvimento científico, técnico e atividades educacionais; a manutenção de comunidades tradicionais, o desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e turismo ecológico, a

conservação da diversidade biológica e do equilíbrio do meio ambiente, bem como a consecução do controle da erosão e assoreamento em áreas significativamente frágeis.



**FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA UNIDADE**

FONTE: SEMA, Plano de Manejo, 2012

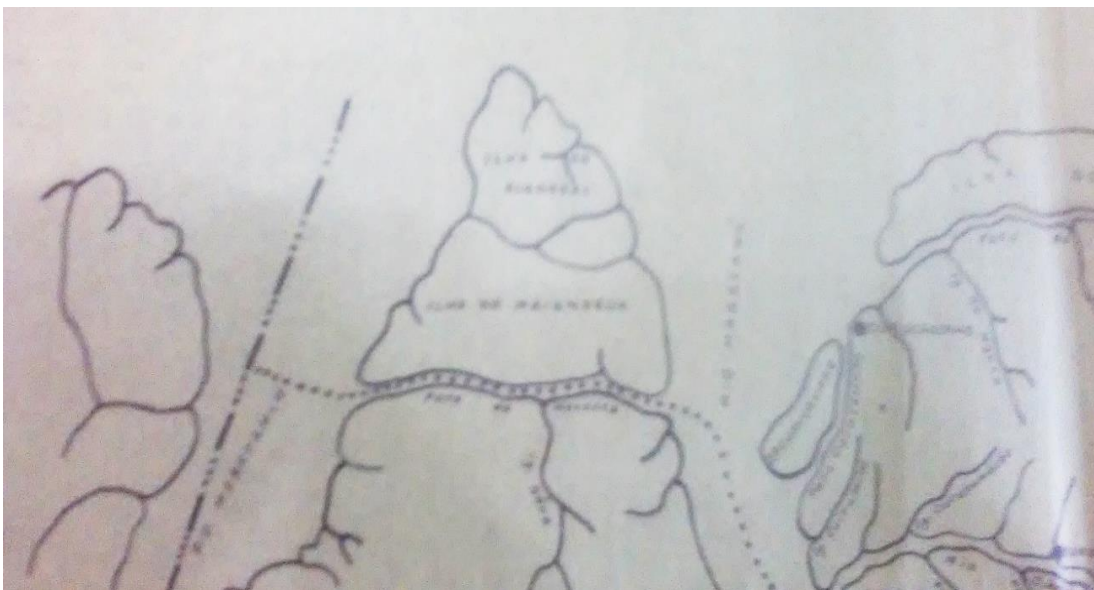
### 1.1 - HISTÓRICO DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL DA VILA DE ALGODOAL E AS MUDANÇAS DO TERRITÓRIO

A chegada de moradores “*se deu por volta do ano de 1920*” (CARDOSO, 1997, p.12), “*como entreposto de ranchos de pesca. Os pescadores, oriundos de áreas mais próximas à ilha, Vista Alegre e Camará (Marudá/Marapanim), passavam parte do dia na ilha*” (QUARESMA, 2013, p.195). Eles iam pescar em alto mar, e a ponta da Ilha de Algodóal, era o lugar de terra firme mais próximo do local da pescaria. Ao voltarem, ali se acomodavam para no dia seguinte saírem para pescar novamente. Com o passar do tempo, nesse local, estes pescadores começaram a construir *ranchos* para pernoitarem, e sucessivamente, alguns construíram casas e fizeram delas moradia permanente. No contexto atual, onde é o trapiche da vila, outrora foi o primeiro núcleo de moradia. Nas entrevistas de campo, com os moradores mais antigos como a senhora Hilda da Silva Rabelo (Dona Nona), 74 anos (nascida na Vila de Algodóal em 1942), relatou que “*não havia nada no passado*”, em relação à vila nos dias de hoje, “*A vila era no porto, moravam por volta de 500 pessoas, havia vários pescadores e muita fartura de peixe, muitas plantações de verdura e árvores frutíferas. A*

*Praia da Princesa era deserta com várias lendas que os antigos contavam*” (Dona Hilda, 2016).

Os relatos de outro entrevistado, o Sr. Cristo, também confirmam as informações de dona Hilda quanto à formação da primeira área habitada que era no porto. *“A vila era no porto, o comércio de meu avô era lá, meu avô e meu bisavô construíram a primeira rua, eram duas travessas”* (Sr.Cristo, 2016). Porém, ao falar das mudanças ocorridas, os depoimentos se contrapõem quanto a abundância dos recursos naturais do passado em relação das melhorias trazidas pelo progresso expondo dessa forma, *“hoje em dia tá melhor.... o que adianta ter muito peixe, muita fartura e pouco progresso?”* (Sr.Cristo, 2016).

Para elucidar a informação da primeira entrevistada, o mapa do Município de Maracanã produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), em 1962, se refere à vila como povoado de Algodal, onde os técnicos do mencionado Instituto registraram a presença de 65 casas e 320 moradores. No mapa ademais, já era possível notar a divisão das ilhas de Algodal na parte de cima, e a Ilha de Maiandeuá em baixo, fazendo limite como o rio que separa a ilha do continente como mostrado no mapa abaixo.



**FIGURA 3 - Mapa do Município de Maracanã**  
Fonte: IBGE, 1962.

Nas entrevistas, não foi possível precisar quando exatamente ocorreu a mudança do porto para a vila, porém o motivo da mudança se deu em razão de uma enchente, e por isso estes moradores se deslocaram para uma parte mais alta e segura de futuras enchentes.

Os entrevistados também falaram, que com o passar do tempo, houve esse deslocamento das pessoas que ocupavam esse primeiro núcleo, para o lugar onde na atualidade a localidade



está situada, e ali, se formou o segundo núcleo populacional. No entanto, outro entrevistado, o Sr. Dico “Teso”, falou que no passado a moradia de pessoas em toda a Ilha de Algodal-Maiandeuá só existia nas localidades como de Camboinha, Mocooca e Fortalezinha, e que Algodal era um lugar próprio para pescadores.

Entretanto, com a chegada de migrantes de outros municípios, aos poucos, estes foram se deslocando para uma área mais elevada e mais protegida das enchentes, e assim o primeiro núcleo populacional passou a ocupar o lugar onde está situado atualmente. *“as pessoas só viviam em Camboinha e Mocooca e Fortalezinha, A vila de Algodal era só um lugar para pescador. A vila iniciou no porto, ai foi chegando o povo de Magalhães Barata, e depois o pessoal de Bragança”* (Sr. Dico Teso, 2016).

No entanto, nesse mesmo contexto, acontecia uma disputa política entre os municípios de Maracanã e Marapanim. O primeiro, o detentor da posse da Ilha onde está situada a vila, e o segundo, por ser a porta de entrada principal para a Vila de Algodal, tinha grandes interesses que esta fizesse parte de seu território. No estudo de Luís Fernando Cardoso: *Criança na pesca brincadeira ou trabalho?* (1997), o autor ressalta que,

A forma atual da ilha vem surgir com uma disputa política entre os municípios de Maracanã e Marapanim pela posse da ilha. Para garantir o direito sobre ela, o intendente de Maracanã pediu que a dividissem em ruas, para que pudesse haver uma ocupação de forma organizada, isso fez com que a ilha tomasse a forma atual, ou seja, tenha três ruas principais que hoje possuem o nome de Bertoldo Costa, Magalhães Barata e Bragantina (CARDOSO,1997, p.13).

Este fato, foi mais um estímulo para ter forçado a migração para esse outro espaço, ou seja, a urgência do intendente de Maracanã na intenção de ocupar e garantir a posse daquele lugar, o qual estava sendo visitado significativamente, via Marudá (pertencente ao município de Marapanim). É relevante também a título de correção na citação de Cardoso, mencionar que o aludido autor ao falar da ilha, se refere à vila, a qual foi dividida em ruas para que pudesse ser ocupada, porque a ilha de Algodal-Maiandeuá não está dividida apenas três ruas principais. Na verdade, ele está falando das tais ruas descritas e estas formam as quadras da Vila de Algodal.

Nessa sequência de entrevistas objetivando entender as transformações do território, o Sr. Raimundo Miranda Leite de 64 anos, chegou no ano de 1962, que coincide com o ano de produção do mapa do IBGE, (citado mais acima) fala que realmente já existiam as quadras demarcadas e suas respectivas ruas citadas pelo autor Luis Fernando Cardoso que pode ser captada nessa sua declaração,

“Era uma casa .... no caso.. uma casa aqui...outra era para acolá.....outra era para ali, era assim....no caso era..... uma aqui outra acolá, não era como vou dizer...assim... como é agora .... agora não!! Agora... quando nós chegamos aqui, essas casa aqui já eram assim... já eram assim já como está...mas só que... ela era só

mato, só era aquele caminho no meio ... ela era todinha assim, tudo feito... as quadras... tudo direitinho” (Sr. Raimundo Leite, morador da vila de Algodoal, 2016).

De acordo com o que foi descrito pelo Sr. Raimundo, no passado, onde hoje está localizada a vila, anteriormente havia uma área de razoável cobertura vegetal, e de poucas moradias, havendo um espaçamento grande entre as casas, e já havendo os “caminhos no meio”, as ruas já traçadas pela ação governamental do intendente do município de Maracaná.

Na intenção de ilustrar as mudanças na ocupação desse território foi necessária a busca por imagens de satélite, as quais serão mostradas na próxima página. Na primeira imagem abaixo, feita em 1969, extraída de uma busca no aplicativo Google Earth, da opção das séries históricas, no dia 25/11/2016, é possível comparar a uma imagem de satélite produzida no ano de 2015, num intervalo de tempo de 46 anos, e assim, apesar da baixa resolução da primeira imagem, é possível acompanhar a evolução ocupacional dos habitantes deste território, os traçados das ruas: uma próxima à praia, outra no centro e a última mais à esquerda, onde podemos notar a densa cobertura vegetal do mangue e da própria área da vila, e também, a ausência de muitas casas.

**1969**

**2015**



**FIGURA – 04** Imagens de Satélite da Vila (1969 e 2015)  
Fonte: Google Earth –Data 25/11/2016

## 1.2– A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL

### *As primeiras lideranças*

Conforme depoimento de Dona Hilda, o porto foi o primeiro espaço habitado nessa porção da Ilha de Maiandeuá, a organização social se caracterizava pela estrutura de parentesco, onde a posição mais destacada era a do chefe da comunidade *“Tinha o seu Zinho Oxalá, ele era o líder do lugar, ele faleceu com 96 anos, Ele não era ligado a prefeitura de Maracanã. A Prefeitura não tinha influência na vila, a prefeitura não fazia nada, hoje em dia é que Algodal depende da prefeitura”* (Hilda da Silva Rabelo, 2016). Podemos perceber no discurso da entrevistada, que a liderança local era comandada por uma pessoa, seu *Oxalá*, e mesmo havendo o reconhecimento por parte da comunidade desse lugar, de uma hierarquia territorial político-administrativa pertencente ao município de Maracanã, como é percebido quando Dona Hilda se refere à prefeitura, porém é a pessoa do líder (seu *Oxalá*) que comandava, e que a prefeitura pouco atuava no local.

Mais tarde novos líderes surgiram e são lembrados pelos moradores mais antigos, como no caso do Sr. Raimundo Leite, o qual informou sobre uma pessoa chamada de Mané Rose, que atuava como se fosse um prefeito, que *“tomava conta”* do local, era uma espécie de comissário também, *“Tinha o finado Rose, pai do Lambreta...ele que tomava conta da ilha... já é morto também”* (Raimundo Leite, 2016) e relembra também de seu Zinho Oxalá e de seus descendentes *“Seu Zinho Oxalá ainda tem os filhos dele ai...ele já morreu a mulher dele também já morreu”* (Raimundo Leite, 2016).

O Sr. Waldovino Pinheiro Teixeira (Pelé), pescador, quando entrevistado relatou também ter conhecido seu Mané Rose, confirmando as declarações do Sr. Raimundo. Ele fala também de uma outra pessoa muito conhecida na vila, um comerciante, o Sr. Fausto, pertencente a Família Teixeira, considerada a família mais numerosa de toda a ilha, seus integrantes também ocuparam posições sociais de prestígio. É possível também perceber em seus depoimentos, serem as pessoas de mais idade que comandavam o vilarejo,

*“Só antiguidade mesmo, aqueles coroa mesmo.. era que era os representantes daqui.. Nesse tempo existia ainda comissário... essas coisas né, era o Mané Rose, tinha o Fausto que era o maior comerciante que tinha ai era ele, o tio Fausto Rodrigues Teixeira, a família Teixeira era a maior que tinha, tinha o tio Alexandre, era irmão do velho Fausto, era o papai, o papai era irmão do velho Fausto, o Deolindo Pinheiro Teixeira, tudo era Teixeira.. até hoje ainda é”* *“Nesse tempo existiam os comissários o Mané Rose, tinha o Fausto, que era o maior comerciante que tinha na vila, Fausto*

Rodrigues Teixeira, a família Teixeira era a maior da vila e da ilha” (Waldovino Teixeira, Pescador de Algodal, 2016).

### *As práticas das mulheres (curandeiras) de curar e de “pegar” crianças*

Durante o período inicial desse núcleo populacional, como percebido nos relatos dos entrevistados, a Vila de Algodal, por estar razoavelmente distante de núcleos populacionais mais desenvolvidos, como Castanhal, Marapanim e Maracanã, careceu de serviços na área de saúde como hospitais e postos de saúde. E em consequência disso havia uma busca por soluções alternativas de problemas relacionados à saúde dos habitantes dessa comunidade. E assim, muitos moradores desenvolviam a prática de cultivo e uso de plantas medicinais para curar doenças.

Segundo a pesquisa de André Luís Cote Roman e João Ubiratan Moreira dos Santos, *“A importância das plantas medicinais para a comunidade pesqueira de Algodal”*<sup>3</sup>, dez espécies de plantas são as mais citadas pela população da Vila de Algodal como plantas medicinais que servem para curar doenças: o Manjerição, a Sucuba, o Alfavacão, Hortelãzinho, Erva Cidreira, Caju, Mastruz, Anador, a Verônica e o Pariri” (ROMAN; SANTO, 2006, p.73).

Com um extenso conhecimento tradicional e saberes quanto à utilização desses vegetais, algumas pessoas possuíam esse poder de curar através desses medicamentos tradicionais, como a Tia Eládia, que não pode ser entrevistada, pois, já com 99 anos, apresenta problemas de audição o que dificultou a sua comunicação, mas, era uma exímia conhecedora de ervas e também, fazia chás, garrafadas, partos e benzeduras.

A Dona Raimunda Costa, de acordo com a informação de vários entrevistados, era muito respeitada como parteira e considerada como médica nesse lugar, fez muitos partos, assim como, curou muita gente com seus conhecimentos de plantas e ervas e atuava como a pessoa responsável pela saúde dos moradores da vila conforme narrou o Sr. Waldovino, Teixeira *“A Velha Raimunda Costa que era como se fosse uma doutora da vila, ela “pegava” muita criança”, que significava fazer o parto, trazer a criança com vida e que era muito procurada pela população “ A Raimunda Costa “pegou” tudinho os meus filhos”* (Sr. Waldovino Teixeira, pescador aposentado, 2016) , e quando não conseguia resolver alguma situação de enfermidades mais graves, ela mesma encaminhava o enfermo para Marudá,

---

<sup>3</sup> Parte da dissertação de mestrado de André Luís Cote Roman, do curso de pós-graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia.

pagava a passagem e noticiava a família. Era uma maneira também de reconhecer as limitações de seus conhecimentos como comenta seu Waldovino;

“Tinha a Velha Raimunda Costa, era mesmo que uma doutora aqui.. pegou muita criança ai... pegou quase umas duas mil crianças... fazia parto, ela fazia parto e era procurada... fulano ela dizia assim... olha fulano vinha prá rede...olha tua mulher não cria.... tua mulher não tem mais condição... olha eu vou pagar a passagem daqui prá Marudá, chegava lá pegava o carro, era tudo pela conta dela o resto da viagem... ai internava e depois ia lá e fulano tua mulher tá fora de perigo.. já mandou opera... ela sempre dava um jeito.. era boa por isso” (Sr. Waldovino Teixeira, 2016).

Existiam outras mulheres que também dominavam o conhecimento das técnicas do parto, e da cura por plantas medicinais como descreveu seu Waldovino: “ *Tinha a Maga Cristo que já morreu, Magá Carrilo e A Maga Judith que era parteira*” (Sr. Waldovino Teixeira, 2016).

### *Religião e Educação os primeiros poderes institucionais*

Na fala de muitos entrevistados é possível perceber que a igreja católica foi a primeira entidade religiosa a existir no primeiro núcleo populacional, na narrativa de dona Hilda é possível constatar esse fato na Vila de Algodal: “*A religiosidade era católica, havia a festividade de São Pedro, se colocava um pau na praça, chamado pau de sebo para as crianças subirem, tinham vários prêmios lá em cima, era o Arraial de São Pedro com grupos folclóricos como o Carimbó, Boi Bumbá e quadrilhas, começava pela manhã e entrava pela noite até a madrugada*” (Hilda Rabelo, 2016).

No espaço da vila existia uma escola composta por três professores, os alunos, após terminarem o ensino fundamental tinham que concluir seus estudos em Marapanim, “*A escola era composta por três professores que lecionavam de primeira à quarta série, depois os alunos faziam exame de admissão e iam pro ginásio em Marapanim* (Hilda Rabelo, 2016). Sobre a história da vila narrada pela entrevistada, as instituições sociais como religião e educação, já presentes no local, desenvolviam princípios indispensáveis para a criação de uma disciplina, que revoluciona as relações de poder e passa a reger a comunidade local com atividades organizadas por estas duas instituições como podemos observar pelas análises do teórico Michael Foucault, o qual propalava que “*durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram as especialistas do tempo, grandes técnicas dos ritmos e das atividades regulares* (FOUCAULT, 1987, p.288)”, assim como a educação “*uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege sua vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se*

*encontram, cada um com uma função, um lugar, um rosto bem definido – tudo isto constitui um “bloco” de capacidade-comunicação e poder (FOUCAULT, 2004b, p. 241).*

*A atividade da pesca e o meio marinho como influência da constituição do primeiro núcleo populacional*

Os estudos direcionados as sociedades pesqueiras realizados no Brasil, tanto na antropologia como na sociologia, buscam o entendimento da realidade social das comunidades haliêuticas e às práticas dessa *gente do mar*, e defendem que estando essas comunidades dependentes da pesca para viver, possuem uma relação de risco, perigo e instabilidade que o mar oferece, pois este pode significar vida e fartura como também risco e morte. Nos relatos obtidos pelo pescador entrevistado, podem ser percebidas as características da realidade social dessas pessoas e suas práticas sociais marítimas.

A vila se desenvolveu primeiramente no porto, como visto anteriormente, em razão da pesca, e esta atividade foi responsável em desenhar inicialmente esse território. Os pescadores eram pessoas admiradas pelos moradores por desempenharem um trabalho, árduo e perigoso. Eles eram respeitados por sua valentia de enfrentar o mar. Outra característica que esses profissionais desempenhavam no núcleo social da vila era fornecer a principal fonte de alimento para seus moradores, o peixe.

Seu Waldovino Teixeira, conta que era de Vizeu e já era pescador, chegou na vila, casou-se e fixou sua moradia, ele se considera um dos pescadores mais importantes de sua época. Tem documentação de pescador profissional, e se orgulha muito disso, como também do pai por ter lhe introduzido na pesca, porque foi feliz nessa profissão. Ele afirmou que, parte do dinheiro que ganhava na venda do pescado depositava em uma agência bancária de Marapanim.

Por outro lado, parte do que era pescado, servia de alimento para a sua família, e assim, foi alimentando os filhos, que cresceram e o ajudaram na pesca e na construção dos currais, pois, com a ajuda dos filhos não precisava gastar dinheiro contratando pessoas, as quais iriam cobrar para ajudá-lo.

Essa forma de relações nessas regiões litorâneas, configuram-se na condição de uma organização de características de campesinato, pois, para desenvolver atividades como a pesca, a construção de currais, barcos e outras, os próprios filhos dos pescadores trabalham para o sustento da produção familiar pesqueira.

Seu Waldomiro fala que a pesca lhe deu muita felicidade, pois com o pescado conseguiu criar os filhos, ser ajudado por eles, e ainda conseguiu se aposentar. Nas

comunidades pesqueiras, os pescadores também possuem seu fundo de renda que é o dinheiro depositado pelo imposto que pagam as colônias dos pescadores como fez o entrevistado. Wolf (1966) afirma que *“as comunidades de pescadores marítimos são diferentes das camponesas porque estas produzem um fundo de renda apropriado por um produtor”*. Entretanto Forman (1970), afirma que *“esse fundo de renda também existe entre os pescadores artesanais e é constituído pelo imposto que pagam às colônias de pescadores”*.

Ele relembra que no seu tempo o pescador não tinha garantia de sua aposentadoria, porque eles não tinham esse direito, e viviam só da venda do peixe para Marapanim, Magalhães Barata, Algodual e para a colônia.



**FIGURA 5 - Seu Waldovino depois da pesca, 1978.**

Fonte: Arquivo familiar - fotografia desconhecido.

Atualmente, seu Waldovino informa que hoje em dia não tem quase pescador, pois os pescadores não querem mais ir para o alto-mar se não for em um barco a motor, *“naquela época eles iam de “pano”, que quer dizer barco a vela “eles iam e vinham a pano, agora, hoje em dia se não for no barco a motor eles não vão”*. No almoço da família, comiam os melhores peixes (gurijuba, pescada amarela) e às vezes, seus clientes, chegavam a oferecer uma boa quantia por estes melhores peixes que tinha pescado, mas estes, ele separava para os seus filhos.



### 1.3 – A REPRODUÇÃO DAS PRÁTICAS DOS MORADORES DO PRIMEIRO NÚCLEO POPULACIONAL NO CONTEXTO ATUAL DA VILA DE ALGODOAL

Apesar mudança na organização social do primeiro núcleo populacional da Vila de Algodal, provocada pela atividade do turismo, assunto este que será desenvolvido com mais profundidade no segundo capítulo, algumas práticas sociais deste núcleo continuam sendo reproduzidas por uma parcela da população local, até os dias de hoje. Desta forma, parte das práticas desta sociedade, ou seja, uma porção deste complexo de interações e bases de organização, somente poderá existir se houver produção e reprodução social pelos seus atores sociais por meio de suas ações no tempo e no espaço. Essa continuidade das práticas de responsabilidade de seus atores pode ser explicada com referência ao sociólogo Anthony Giddens que observou que *“A constituição da sociedade, sua produção e reprodução são uma criação dos atores sociais. Neste sentido, se enfatiza o caráter recursivo das atividades humanas consideradas práticas sociais, situadas no espaço e no tempo”* (GIDDENS, 1979, p. 64).

Esta produção e reprodução das práticas, como o autor acima coloca, é uma criação dos seus atores sociais, e a recursividade destas atividades humanas dispostas no tempo e no espaço, recebe uma influência significativa do espaço físico para que ocorra sua continuidade. A região Amazônica, um espaço permeado por rios e mares, influência relevantemente, na relação idiossincrática das populações amazônicas com a água, sendo assim, Therezinha de Jesus Porto Fraxe, afirma que, *“os caboclos ribeirinhos, homens, mulheres e crianças são pessoas de ethos aquáticos, porque vivem uma conduta forçada pela imposição que os rios da Amazônia* (FRAXE, 2004, p. 297) Neste sentido, os moradores da Vila de Algodal, apresentam algumas similitudes com os caboclos ribeirinhos de outras regiões amazônicas. Porque, tem o seu cotidiano intrinsecamente ligado com a água do mar, e como os ribeirinhos, também possuem um ethos aquático, porém, marinho.

Em razão da influência das condições físicas do lugar em que vivem, estes moradores, mesmo nos dias atuais, reproduzem práticas aprendidas com seus antecessores no tempo e no espaço, numa relação com o ambiente marinho. O deslocamento diário para o mar em busca do peixe, utilizando o barco, posicionando sua rede na praia, ou construindo currais na praia ou em bancos de areia, ou mesmo, em busca do sarnambi, mexilhão e outras espécies de mariscos (nas pedras, ou caranguejo e turu no mangue). Esse ator, nesse movimento de seu cotidiano, da sua casa para o mar, e vice e versa, demonstra a constante interação

completando um ciclo que se cumpre diariamente por homens, mulheres, velhos e crianças, vivendo em dois espaços básicos na sua rotina diária, o espaço da casa e o espaço do mar.

No cotidiano esses moradores nativos desempenham um convívio social de assistência mútua, um compartilhamento de várias formas. Quando as pessoas precisam, sempre há uma ajuda em vários aspectos: na alimentação, quando estão doentes, ou em alguma outra necessidade material: como o empréstimo da bomba d'água para encher a caixa d'água, e principalmente na ajuda física, no esforço físico necessário para alguma tarefa como a construção dos currais, ou quando necessitam descarregar mercadoria entre outras atividades rotineiras.

### *O tempo local*

O espaço físico também impõe limitações e regras em relação ao tempo local do morador deste lugar, o qual é ditado pela água, neste caso, pelas marés, similarmente como rege a vida dos ribeirinhos “ *o tempo que regulamenta a vida do ribeirinho não é aquele contidos nos relógios e calendários da vida dos cidadãos*” (FRAXE, 2004, p. 298). Desta maneira, os turistas que transitam neste local são afetados por estarem acostumados com as tabelas de horários das cidades, agendas, metas, compromissos e principalmente com horários de ônibus, voos e outros transportes. Na travessia de barco no sentido Marudá – Vila / Vila – Marudá, apesar de haver tabelas de horários para atravessar, no momento da baixamar, os barcos não conseguem navegar no canal próximo a Marudá, porque há uma bancada de pedras e o risco de acidente com as embarcações é iminente, sendo assim, é prudente esperar uma ou duas horas para que a maré possa permitir a navegação novamente, contrariando e frustrando muitos visitantes que não atentam para essa alteridade de tempo local.

ALGODOAL / MARUDÁ		MARUDÁ / ALGODOAL	
<b>SEGUNDA A QUINTA</b>		<b>SEGUNDA A QUINTA</b>	
06:00H		09:00H	
08:00H		11:00H	
10:30H		13:30H	
13:30H		15:00H	
15:00H		17:30H	
<b>SEXTA-SÁBADO E DOMINGO</b>		<b>SEXTA SÁB / DOMINGO</b>	
06:00H		08:00H	09:00H
08:00H		09:00H	10:30H
10:30H		10:30H	12:30H
13:30H		12:30H	15:00H
15:00H		15:00H	17:30H
17:00H		17:30H	17:30H
Obs: FÉRIAS E FERIADOS OS BARCOS SAIRÃO POR VEZ		20:30H	
<b>ARCON 0800 091 1717</b> <b>CAP. 080028017200</b> Email: climam_algodual.maruda@hotmail.com			

**FIGURA 6-** Horário das embarcações que realizam a travessia para a Vila de Algodóal

Fotografia: Roberto Lisboa, Julho, 2016

*A Pesca: economia, práticas, tradições e relações de poder*

A pesca ainda ocupa lugar importante economicamente e socialmente na vida dos moradores da vila. O cenário preenchido com os currais na praia, as embarcações no porto e na praia, e as redes penduradas nas frentes das casas dos pescadores ainda simbolizam a paisagem deste lugar como um local de pesca.

Atualmente, ainda existem práticas as quais são tradicionais e responsáveis pela perpetuação da pesca, como a engenharia de construção dos currais, a qual ainda é transferida de geração para geração no interior das famílias dos pescadores. Porém, segundo um pescador local, essa é uma atividade que pode acabar. Porque, de acordo com este pescador, os filhos da nova geração de pescadores ainda estão aprendendo tal técnica com os pais, no entanto, alguns deles já constituíram família e possuem filhos, e estes, já não se interessam tanto pela atividade da pesca e sim por esportes como o surf e o futebol, e também, por conhecerem na atualidade novas formas de diversão, como o uso da internet e suas redes sociais via aparelho celular (whatszapp).

Outra pratica ainda reproduzida desde a época do primeiro núcleo populacional, é a comunicação noturna durante a despesca<sup>4</sup> dos currais e redes na praia. Este conjunto de sinais

<sup>4</sup> Ato ou efeito de despesca; recolhimento, com rede ou tarrafa, de peixes em açudes, viveiros ou currais

e códigos é fundamental para esses pescadores durante as pescarias noctívagas. Esta habilidade é somente desempenhada durante a noite, pois o pescador arrasta o pé no chão produzindo riscos na areia que vão sinalizar o local por onde ele passou, a razão desse procedimento ocorre: caso haja necessidade de encontrá-lo durante a pesca ou quando algo inusitado acontecer. Outra prática muito comum, são os sinais emitidos pelas lanternas durante a pescaria na navegação e caminhadas de noite pela praia e mangue.

Outra procedimento ainda desempenhada atualmente desde de décadas atrás, é quando um pescador encontra um peixe morto, ou quase sem vida no mar, e a rejeição nessa situação é a mais prudente decisão a ser tomada, é uma verdadeira regra entre esses profissionais, porque isto significa o desconhecimento do motivo da morte do peixe, que pode colocar em risco a vida dos pescadores por intoxicação, caso venham se alimentar deste animal.

#### *A mulher na pescaria*

Algumas tradições e crendices dos primeiros moradores do lugar ainda percorrem o imaginário dos moradores atuais, os quais herdaram através de gerações certos receios e cuidados em relação a pesca. Até os dias de hoje, a má sorte na pescaria ainda é atribuída à participação da mulher na pesca, pois, *“a mulher quando está menstruada não pode passar por cima da rede quando a rede estiver armada no chão, porque causa “panema”* (Cleiton Silva, 27 anos, 2016), ou seja, a má sorte na pesca, e o mesmo acontece se a mulher embarcar na canoa, se isso acontecer a pescaria será fracassada.

#### *Relações de poder*

Quando o pescador vai despescar o curral e encontra peixes menores mortos, dizem que sentem um “dor” no coração por aquele peixe ter morrido, e assim, fazem uma oração para Deus pedindo perdão pela morte dos peixes menores, e ao mesmo tempo, agradecem a boa pescaria, caracterizando o comportamento herdado pelos seus antepassados em relação à natureza, numa relação de poder com a divindade. Alguns pescadores falaram que fazem orações para São Pedro, porque segundo eles, este santo é conhecido como protetor dos pescadores.

## CONCLUSÃO

Nesse sentido, estas práticas que perduram desde as décadas da formação do primeiro núcleo populacional, continuam a fazer parte da vida desses moradores. São ações inerentes das comunidades haliêuticas do litoral do Estado do Pará, porque tais comunidades mesmo passando por todas as mudanças na sua organização social, geradas pela a atividade econômica do turismo, ainda desenvolvem saberes e comportamentos herdados de décadas atrás desde o início da formação dessa vila de pescadores.

Uma das principais razões para a produção e reprodução destas práticas, isto é, a recursividades das atividades humanas (como observado anteriormente pela teoria de Gidens) nessa comunidade, situada no tempo e no espaço, se dá em função do meio físico (espaço) situado entre a terra e o mar, o qual fornece o sustento para estes moradores nativos descendentes de gerações. Eles, mais conhecedores e dependentes do meio natural para viver (por dele extrair o alimento e materiais para suas habitações) mantém uma relação próxima, íntima e integrada com a natureza.

Este vínculo relevante com o meio natural, é que faz com que estes moradores possuam um olhar distinto, permeado de paixão e sentimento de pertencimento pelo lugar, e assim, sejam aqueles que mais discordam das normas e regras impostas pela gestão da APA Algodal-Maiandeuá fundamentadas nos conceitos ambientais criados na Europa na década de 1970. E estas regras foram utilizadas pelas administrações da APA ao longo dos anos, realizadas pelos órgãos estaduais administradores da unidade como SECTAM, SEMA e atualmente pela Ideflor-Bio.

No entanto, os preceitos ambientais criados em 1972 pelo Tratado de Brundtland na Europa, os quais foram elaborados para conter os prejuízos ambientais gerados pelas grandes indústrias. Por mais que tivessem o objetivo de conservação dos recursos naturais, estes foram concebidos e fomentados pelo capital na intenção de perpetuar a exploração os recursos da natureza. E essa utilização destes recursos em larga escala e de forma desenfreada, é proveniente de um pensamento do homem separado da natureza, isto é, quando dela extrai desordenadamente o que quiser estando esta totalmente submissa a ele -. Nesse sentido, numa relação dicotômica, estes preceitos foram muito utilizados nos discursos ambientais para a perpetuação dos recursos da natureza, assim como, para o norteamento das administrações de unidades de conservação.

Sendo assim, mais adiante, nos capítulos três e quatro, será possível perceber a reação contrária desses moradores nativos em relação as regras da gerência quanto aos uso dos recursos da naturais, as quais são muitas das vezes coercitivas e tendenciosas, e que também prejudicam estes distintos moradores mais dependentes do ambiente natural para viver,

porque estes habitantes não possuem outra atividade econômica capaz de fornecer o seu próprio sustento.

Poderemos também observar por outro lado, a partir da comparação com o pensamento e modo de vida desses moradores nativos, a visão diferente dos residentes migrantes e veranistas, os quais se instalam na vila com o propósito de lucro e especulação imobiliária, e que ao mesmo tempo se beneficiam por possuírem poderes (capital na teoria de Pierre Bourdieu) para entender as regras do campo socioambiental da APA.

Estes moradores fazem usos destas normas em proveito próprio mostrando que pensam conforme o pensamento nativo-ocidental, isto é, do homem separado da natureza, estando esta submissa as suas necessidades. Porque para estes, o interesse e cuidado em valorizar o meio natural está voltado para apenas vê-lo como um objeto paisagístico e de contemplação. E a razão deste pensamento se dá pelo fato dos turistas os quais se deslocam para este lugar, terem essa finalidade, ou melhor, de se deleitarem e relaxarem com o plano paisagístico do local, que lhes dá uma certa renovação de forças para encararem as atividades cansativas e desgastantes do trabalho e do ambiente urbano.

Desta forma, há a necessidade que a frequência destes seja constante, pois para estar no local precisam suprir necessidades como: moradia, alimentação, lazer e outros, e com isso passam a gerar lucros para aqueles que se sustentam da atividade turística, principalmente para aqueles moradores migrantes possuidores de um maior capital financeiro no mercado turístico local.

## **CAPÍTULO 2 - O TURISMO COMO AGENTE DE MUDANÇAS NO TERRITÓRIO DA VILA DE ALGODOAL**

Neste capítulo apresento a análise das mudanças ocasionadas pelo turismo na Vila de Algodoal, ressaltando como tais mudanças afetam de forma significativa este território, tornando-o um produto turístico que com o decorrer do tempo se constituiu também em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

O turismo “A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência não-residentes, na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionado a nenhuma atividade remuneratória” (BENI, 2001, p.36). Na vila de Algodoal, inicialmente essa atividade se mostrou de forma incipiente contando com a presença de pequenos grupos de aventureiros que para lá se deslocavam com o objetivo de desfrutar as belezas cênicas do local. Essa quantidade de pessoas prosseguia aumentando e por meio disso,

desencadeando um processo de aquisição de lotes de terra dos nativos pelos turistas, os quais tinham o propósito de construção de casas de veraneio, meios de hospedagem e restaurantes, ocasionando o processo de turistificação no lugar.

Este processo, conseqüentemente cria parcialmente um território turístico, ou seja, adaptado para o suprimento das necessidades de turistas, fazendo com que posteriormente esta ação transforme a Vila de Algodual em um produto turístico<sup>5</sup>. A consequência dessa alteração, modifica parte da antiga economia de subsistência baseada na pesca e a pequena agricultura, por outra nova economia, a economia do turismo. Que ocasiona uma nova produção e reprodução do espaço da vila, pois os que dominam essa nova atividade econômica, tornam este, um espaço hierarquizado alterando de maneira significativa a sua configuração.

Concomitantemente a esses acontecimentos, o turismo na Vila de Algodual permitiu também que um grupo de turistas, frequentadores assíduos da vila, despertasse a sensibilidade e preocupação com a proteção de suas belezas cênicas deste lugar, e isto se torna objeto de motivação para este grupo que engajados com esta causa, conseguem com que a Ilha de Algodual-Maiandeuá, onde está situada a vila, seja decretada como uma área de Proteção Ambiental, a APA Algodual-Maiandeuá, uma unidade de conservação de uso-sustentável, um território de conservação criado pelo Governo do Estado do Pará, por meio da Lei Estadual nº 5.621 de 27 de novembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado em 06/12/1990.

Este fato influenciará de forma contundente a vida dos moradores desta localidade, e será responsável pela inclusão desta, na hierarquia das políticas públicas nacionais do turismo para a Amazônia Legal.

## 2.1 - A MUDANÇA DO TERRITÓRIO FÍSICO DA VILA DE ALGODOAL DECORRENTES DAS RELAÇÕES DE PODER OCASIONADAS PELO TURISMO

De acordo com o conceito de turismo visto anteriormente, podemos identificar dois fatores importantes para que a atividade do turismo ocorra: primeiro, um lugar a ser visitado

---

<sup>5</sup> O produto turístico é compreendido como o resultado entre os recursos naturais e culturais e os serviços disponibilizados por uma localidade, com o intuito de despertar o interesse de um número de pessoas dispostas a consumir o produto oferecido com suas singularidades



**FIGURA 7- Por do sol na Praia da Caixa d'água na Vila de Algodual**

Foto: Oswaldo Forte, 2016

De acordo com o conceito de turismo visto anteriormente, podemos identificar dois fatores importantes para que a atividade do turismo ocorra: primeiro, um lugar a ser visitado, e segundo pessoas com o interesse em conhece-lo. O turista<sup>6</sup>, componente essencial, elemento humano, agente desencadeador de toda a atividade turística, que ao se movimentar (sua viagem de ida e conseqüentemente seu retorno), gera um deslocamento no espaço, ou seja, a mudança de sua moradia habitual até o destino turístico e nesse movimento faz com que seu dinheiro usado na satisfação de suas necessidades, nesse intervalo de tempo, suscite um efeito multiplicador<sup>7</sup> econômico, ocasionando alterações na dinâmica do lugar visitado. Tal destino é um território fixo, possuidor de belezas naturais capaz de induzir o turista a visitá-lo, é o lugar onde a atividade turística é desenvolvida.

Não é possível precisar quando exatamente ocorreu a primeira viagem de cunho turístico para este local, o primeiro viajante que desembarcou na vila com a finalidade de apreciar as belezas naturais, descansar e degustar da gastronomia local. Porém, a história do turismo não somente nesta localidade, mas também em toda ilha de Algodual-Maiandeuá, surgiu por sua porta principal, A Vila de Algodual.

E isso se deu em razão do favorecimento geográfico, pois a cidade de Marudá, situada no município de Marapanim, contíguo a essa área, serve de uma espécie entreposto turístico

<sup>6</sup> Toda pessoa sem discriminação de etnia, sexo ou religião entra em um território contratante diferente do local de residência, com um prazo superior a 24 horas e inferior a 12 meses com o objetivo de lazer, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinação religiosa ou negócio.

<sup>7</sup> O efeito multiplicador também chamado de efeito linkage, é produzido pela sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia setores ligados diretamente e os ligados indiretamente ao fenômeno turístico. A unidade monetária recebida por diversas transações cujo número depende do círculo consumidor-renda de cada país ou região (BARRETO, 2002).



por estar no meio do trajeto para a vila, e em possuir relevante infraestrutura turística. Essa logística permitiu que o turista que estava em trânsito em Marudá, tivesse a oportunidade de fazer a travessia para conhecer a ilha e retornar em um mesmo dia.

Além disso, a vila situa-se na parte noroeste da ilha de Algodal-Maiandeuá, podendo ser vista pelos turistas em trânsito em Marudá a partir deste balneário, o que se supõe ter sido esse o motivo de ter despertado a curiosidade destes em conhecer o lugar.

As visitas nessa localidade não eram frequentes, pois as condições de travessia: Barco a vela (não adaptado para transporte de passageiros), mar revolto e a impossibilidade de navegar na maré seca, assustavam muitas pessoas que tinham vontade de conhecer o local. Entretanto, com a introdução do barco a motor, a viagem se tornou mais rápida e segura, e fez com que a quantidade de turistas crescesse cada vez mais.

Com isso, o contato destes com os moradores aumentava consideravelmente, ocasionando mudanças de diversas formas no local. Essas alterações decorrentes do contato com turistas, aconteceram também em várias comunidades de pescadores artesanais do litoral paraense, como nos municípios: de Salinópolis, Bragança, Maracanã, Curuçá, e suas áreas insulares, respectivamente – Praia do Atalaia, Praia de Ajuruteua, Praia da Marieta e outras.

As mudanças causadas pela proximidade com essas pessoas (turistas), os quais cada vez mais passaram a frequentar esta localidade, é consideravelmente importante no sentido de entendermos a mudança na organização social que aí ocorreu, pois, na condição de ser uma comunidade pesqueira, (sua principal atividade econômica baseava-se na realização da pesca) dependia de um processo de organização da produção do pescado, ou seja: Nas relações bilaterais de pescadores, na organização do trabalho familiar e na produção direta para o consumo.

Porém, com a chegada do turismo, essa forma tradicional de organização social foi mudando. Os moradores da comunidade passaram a obter uma renda nova, passaram a cobrar dos turistas pelo suprimento de suas necessidades: alimentação estadia, e transporte. E ao suprirem aquilo que o turista precisava, novas atividades econômicas começaram a oportunizar os nativos a conseguirem um rendimento adicional, principalmente no período de movimento turístico.

Essa busca de faturamento extra de serviços na temporada de férias e feriados, é característico em outras comunidades do litoral paraense, conforme constatado por Maneschky (1988) que, ao tratar da comunidade pesqueira da Ilha de Ajuruteua, observou que:

em períodos “normais”, fora das temporadas de veraneio, há poucas oportunidades, além da pesca e da “marretagem”. Assim, a expansão do turismo é vista em parte

pelos moradores como representando oportunidades de ganhar dinheiro, ainda que periodicamente (MANESCHY, 1988, p.196).

No entanto, essas novas formas de trabalho aparecem apenas como uma espécie de solução paliativa às necessidades dessas comunidades, provocando o abandono de atividades tradicionais, como: a pesca, a pequena agricultura e outras.

De maneira semelhante, na Vila de Algodoal, estas atividades tradicionais passam a se tornar submissas em relação as novas formas de obtenção de renda por meio da atividade do turismo, pois estas, apesar de serem mais atraentes economicamente, dependem de períodos de grande visitação, e em consequência disso, não se mostram como atividades seguras que sejam autossuficientes para os moradores desses lugares. Além disso, essas novas possibilidades de renda, se tornaram empregos subordinados e desvalorizados observa Quaresma e Campos,

“No âmbito social, há modificação da estrutura populacional e ocupacional da comunidade (aumento populacional e ocupacional e surgimento de trabalhos temporários, respectivamente), abandono das atividades agropesqueiras, introdução de novas técnicas produtivas para atender a demanda turística, carência de mão-de-obra qualificada e consequente subemprego” (QUARESMA; CAMPOS, 2006, p.145).

No início da década de 1970, os turistas mais privilegiados economicamente se encantavam com o lugar, e ali, despertavam a possibilidade de comprar lotes de terra dos nativos, principalmente àqueles situados de frente a praia. Dessa forma, o comprador que detinha maior condição financeira, repentinamente, oferecia uma “elevada” soma em dinheiro como pagamento do lote ao morador local, e este, que jamais receberá, uma elevada quantia em espécie, efetuava a venda. E como consequência disso, os moradores nativos começaram a se deslocar e ocupar áreas periféricas do espaço da vila.

Situação semelhante também ocorreu na Praia de Ajuruteua, em relação ao aumento da presença de turistas interessados em comprar lotes ou casas de nativos. Em seu trabalho Maneschy observa que,

Por ora, a presença periódica de veranistas na vila tem provocado certas alterações. Por exemplo, cresce o interesse de pessoas de fora em adquirir terreno ou casa no próprio povoado. Este interesse levou algumas famílias locais a venderem suas casas para veranistas. Obteve-se informações de famílias que após venderem suas casas para veranistas, ficaram morando como caseiros na mesma casa (MANESCHY, 1988, p.195).

No decorrer da década, com o aumento da demanda turística<sup>8</sup> na Vila de Algodal, outra situação que ocorreu como consequência das compras dos terrenos dos moradores nativos foi a transformação das propriedades dos turistas em hotéis e pousadas, assim como, o surgimento de restaurantes.

O aumento do número de visitantes, fez com que a frota de barcos de travessia ampliasse, bem como, a contratação de nativos para trabalhar nas pousadas dos turistas crescesse. Por outro lado, houve também o crescimento de meios de hospedagem de nativos, os quais começam a alojar turistas em suas casas e transformá-las em pousadas. Isso se dá após o processo de turistificação da vila se assemelhando ao que Quaresma (2003) observou em seu estudo “*A diversificação econômica ocorre de forma mais intensa após o processo de turistificação, a partir da década de 1970, quando a ilha passou a ser um polo de atração turística do litoral do estado*” (QUARESMA, p.202).

Para Kanafou (1969) é importante considerar três agentes de turistificação dos lugares e do espaço: os turistas, os mercados e os planejadores. Para esse autor, os turistas são responsáveis pelas práticas sociais de deslocamento provisório de pessoas no espaço.

Estas pessoas descobrem os lugares com potencial turístico, quando buscam paisagens e cultura diferentes, e com isso, se apropriam de trechos singulares do espaço. Kanafou propõe o mercado como o segundo agente de turistificação, é a ação do mercado e não mais das práticas sociais dos turistas que turistificam os espaços, ou seja, a partir de modismos e tendências que novos destinos e produtos turísticos são elaborados e postos a venda para o consumidor. Na terceira condição de agente, estão os planejadores e promotores regionais, que intervêm planejando os lugares e preparando-os para o turismo. Estes fatos resultam da racionalidade imposta pelo mercado bem como da competitividade espacial dos destinos turísticos, ou seja, numa relação de turistificação.

De acordo com as análises de Kanafou, na Vila de Algodal o turista fez surgir o fluxo turístico direcionado a vila, e depois, o mercado consolidou esta localidade como um produto para o consumo no mercado turístico: regional, nacional e internacional. E no final, o Estado começa a elaborar planos de ação como parte de suas políticas objetivando desenvolver o turismo na vila. Então, conforme Kanafou, a vila na década de 1970 estava passando pelo primeiro agente de turistificação e não havia ainda passado pelo segundo e terceiro agentes. Entretanto, para Fratucci (2017), o processo de turistificação dos espaços é o modo pelo qual

---

<sup>8</sup> Número total de pessoas que viajam ou desejam viajar para desfrutar das comodidades turísticas e dos serviços em lugares diferentes daquele de trabalho e de residência habitual (1982, apud, OMT, 2001, p.53)

regiões que no passado tinham sua economia e sociedade girando em torno de uma determinada atividade, diferente da turística, passam a se orientar a partir desta nova atividade que alterou como mostrado mais acima, a organização social das comunidades pesqueiras do litoral paraense. Este fato foi também confirmado pelas análises de Issa (2006) e Dencker (2006), que defendem que este processo ocorre quando *“um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos”* (ISSA e DENCKER, 2006, p.2).

Desta maneira, a sociedade do primeiro núcleo populacional, desenhava o seu território conforme a atividade da pesca, que era o meio de produção desempenhado por seus atores sociais, porque *“toda prática espacial, mesmo que embrionária e induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial”* (RAFFESTIN, 1998, p.150). Porém, este território é alterado por uma nova produção territorial que redesenha o local através da característica mais marcante do turismo, ou seja, a modificação que a atividade impõe sobre do território, transformando este em um lugar preparado para o suprimento das necessidades dos turistas. A organização social se altera com o objetivo de se preparar para receber a demanda turística. Desta forma, a turistificação ocorrida na vila modificou um território já existente, porque *“o efeito territorial mais marcante do turismo é justamente a modificação que a atividade impõe sobre o território, ou seja, a sua turistificação”* (LEITE, 2008, p.44).

Outro fator importante resultante do processo de turistificação é a transformação do lugar em um produto turístico, que é *“um conjunto de elementos ou produtos específicos que engloba os meios de hospedagem, os serviços de restaurante, os equipamentos turísticos, os serviços de apoio (segurança, saúde e etc.), a infraestrutura urbana e viária, os meios de transporte, a qualidade do meio ambiente e etc”* (FONSECA, 2005, p.39). Este produto apresenta diferenças inerentes e significantes em relações a outros produtos existentes na realidade e apresenta duas principais características: a primeira é que o produto turístico é um lugar fixo, o seu consumidor necessita se deslocar até ele diferentemente de qualquer outro produto adquirido por um consumidor na prateleira de um supermercado, e é comprado anteriormente, por exemplo: em uma agência de viagens e consumido no desenrolar da viagem, e mais precisamente, no lugar escolhido pelo turista. *“Da fixidez do produto turístico decorre a necessidade do seu consumo in situ e, conseqüentemente, dos deslocamentos espaciais de consumidores turistas”* (CRUZ, 2002, p.17) e a segunda característica é que sua

produção e seu consumo acontecem aos mesmo tempo, “*consumo e produção realizados de forma simultânea*” (LEITE, 2008, p.44).

A Vila de Algodual na atualidade, se tornou um destino turístico consolidado no estado do Pará, no Brasil e no mundo, e assim, deixou de ser um atrativo turístico que, “*é composto de locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados*” (BRASIL, MTUR, 2007b, p.27) e passou a ser um produto turístico. Ou seja, um atrativo se torna produto quando passa a possuir todos os serviços para fazer com que o turista chegue ao lugar e consuma a praia, a paisagem, os lagos, mangues e outros atrativos ambientais. Dessa forma ele precisará suprir necessidades como transporte, hospedagem e alimentação, pelo fato de não estar no seu cotidiano, onde possui todos esses itens como bens próprios a sua disposição.

*O circuito de visitação em função do segmento turístico de Sol e Praia e a produção do espaço hierarquizado da vila de algodual.*

Como observado anteriormente, a turistificação altera o território da Vila de Algodual em razão deste se tornar um território voltado para o atendimento das necessidades do turista. Seguindo esse circuito de visitação, o turista ao desembarcar começa a fazer uso dos serviços - consumo do produto turístico- e, conforme se desloca ao longo do espaço físico da vila, suas necessidades são atendidas por um sistema de serviços que compõem uma cadeia produtiva turística que é “*uma rede de serviços apoiados no desenvolvimento de uma infraestrutura local e regional, cuja dinâmica pode promover o incremento dos fluxos de informação, produção, distribuição e consumo, que, adequadamente geridos, permitem ao turismo atuar como vetor da economia dentro de parâmetros de sustentabilidade*” (IPARDES, 2008, p.3). Essa cadeia é responsável pela produção e reprodução do território da vila, ao mesmo tempo que o redesenha e o hierarquiza.

Antes de o turismo vir a ser mais consistente na vila, em meados da década de 1960, a presença de turistas era bem pequena, assim como, a estrutura para recebê-los e suprir suas necessidades praticamente não existia, estes é que se adaptavam com o que era disponível naquele momento, “*Não havia hotel, não havia pousada, hoje em dia existe... tem hotel, bares. Os barcos eram todos a vela e atravessavam poucos turistas. Hoje tem a cooperativa com vários barcos ..*” (Dona Hilda Rabelo- Moradora da Vila de Algodual, 2016). Pelo relato da entrevistada, o barco foi o primeiro elemento a existir da cadeia produtiva, porque não

havia hotéis e restaurantes. As hospedagens e refeições eram feitas nas casas de pescadores, o deslocamento do porto para a vila era realizado por uma longa caminhada, e às vezes, os pescadores para ganharem um dinheiro a mais carregavam as sacolas até a Vila. Não existiam carroceiros com a finalidade de transportar turistas. Os carroceiros se limitavam a prestar os serviços da comunidade como o transporte de materiais de construção e de peixe entre outros.



**FIGURA 08** - Porto da Vila de Algodóal, janeiro de 1978, quando as carroças ainda não transportavam turistas. Foto: Bruno Alves, 1978.

Na fala do entrevistado Dico “Teso” é possível perceber como os turistas se hospedavam e se alimentavam, assim como, o surgimento dos primeiros carroceiros a se especializarem no transporte de pessoas, “*os turistas ficavam na casa do pescador dormiam de baixo cajueiro.... daí começaram a transportar na carroça.... Só tinham duas carroças, o Tralhoto, e o Galo de Ouro que já morreram*” (Dico Teso, 2016).

A diversidade dos serviços com o decorrer do tempo foi crescendo e mudando de acordo com o perfil da demanda turística, por onde o fluxo de turistas circula na vila estes serviços foram sendo disponibilizados, dispostos funcionalmente, seguindo um circuito que obedece ao contorno do litoral, porque o principal atrativo da vila é a Praia da Princesa.

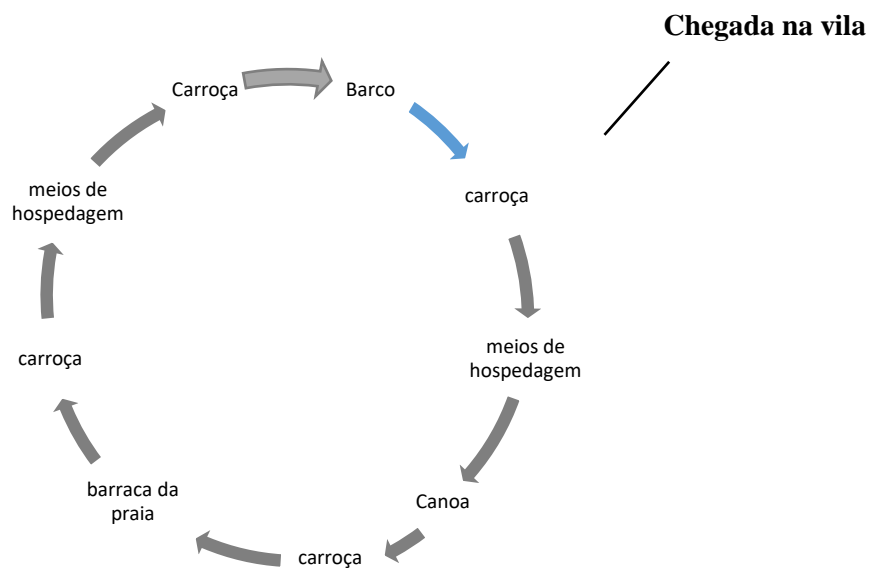
A maioria dos turistas que frequentam este destino vem em busca do banho de mar, e este fato é determinante para caracterizar este destino turístico no segmento de turismo de Sol e Praia<sup>9</sup>, apesar de outra modalidade como o Ecoturismo ser praticada por influência da APA, atividades como trilha de praia, de terra firme, passeios no mangue e outros são oferecidos,

<sup>9</sup> Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (BRASIL, Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006).

porém de forma tímida comparado à modalidade de turismo principal deste destino. Desta forma, no movimento em direção a esse principal atrativo, o produto Algodão é consumido, juntamente com seus serviços e suas paisagens.

O turista ao desembarcar no porto faz uso da carroça até o hotel, depois de se hospedar, ele faz uso da carroça em direção aos atrativos naturais como a Praia da Princesa e a Lagoa da Princesa, porém, se o canal que separa a vila da praia estiver cheio em virtude da maré, o turista terá que fazer uso de outro elemento da cadeia, a canoa. Depois da travessia do canal, o turista fará uso de outra carroça, e daí ele segue em direção à praia aonde usará outro elemento da cadeia produtiva, a barraca da praia, onde ele fará sua alimentação.

Seguindo o circuito de visitação do turista e de acordo com o seu deslocamento no espaço, suas necessidades são atendidas e os serviços oferecidos por trabalhadores diferenciados em ambientes e espaços distintos, dispostos de maneira funcional. O circuito de visitação turística obedece ao seguinte ciclo:



**FIGURA 09 - O circuito de visitação turística**

Elaborado por Roberto Lisboa, 2017

*A valorização do espaço turístico*

Como visto anteriormente, por onde esse fluxo de pessoas em busca do atrativo se desloca, ao mesmo tempo consomem o produto turístico (seus serviços e paisagens). Pois, “A vila é dotada de exuberante beleza cênica, com muitos coqueiros, característica de vilarejos litorâneos. A parte frontal voltada para o poente propicia um belíssimo entardecer, em tons dourados” (SECTAM, 1999). Nesses lugares de beleza cênica relevante foram instalados os melhores serviços para atender às necessidades dos turistas, nesse trajeto se situam também outros serviços que não são diretamente serviços turísticos, mas são de

relevante importância para turistas e moradores do local, como: Padarias, Farmácias, açougues, supermercados e pequenos mercados.

E nesses locais está o elemento central da cadeia produtiva do turismo, o meio de hospedagem. Nas proximidades destes meios de hospedagem se forma uma infraestrutura de qualidade para atender as necessidades de turistas. Porque estes, geralmente procuram farmácias em busca de um remédio para alguma enfermidade, ou produtos para proteção contra os raios do sol, ou até mesmo pequenos lanches, e casas de diversão.

Nesse sentido, esse atendimento significa obtenção de receitas consideráveis. E isso, resulta na formação de uma rede de serviços de qualidade situados nas duas primeiras quadras da vila próximas ao mar, ocasionando uma hierarquização no território, pois, nas outras quadras situadas nas periferias os serviços não são frequentes e alguns até mesmo inexistentes.

O turismo é responsável pela mudança do espaço da vila, onde o fluxo transitório de pessoas no espaço e no tempo, em busca do contato com a natureza e lazer, forma meios pelas forças de trabalho (cadeia produtiva) que fornecem serviços para atender os turistas, gerando um espaço socialmente produzido. O movimento desse fluxo acaba por formar um espaço valorizado por uma hierarquia de paisagens, recursos naturais e serviços, os quais são responsáveis pelo redesenho do lugar como um território turístico. O território da Vila de Algodual na atualidade, revela as relações de produção da atividade turística, onde estão localizados portos, hotéis, restaurantes e serviços em geral, de utilização dos turistas e moradores, que contribuem na produção das imagens desse território, como podemos ver na Fig.15. Uma maior concentração de comércio na cor amarela, serviços de alimentação na cor azul, casas de veraneio na cor ocre, hospedagem na cor vermelha algumas áreas sem uso e algumas residências. Mapa do uso do solo abaixo.



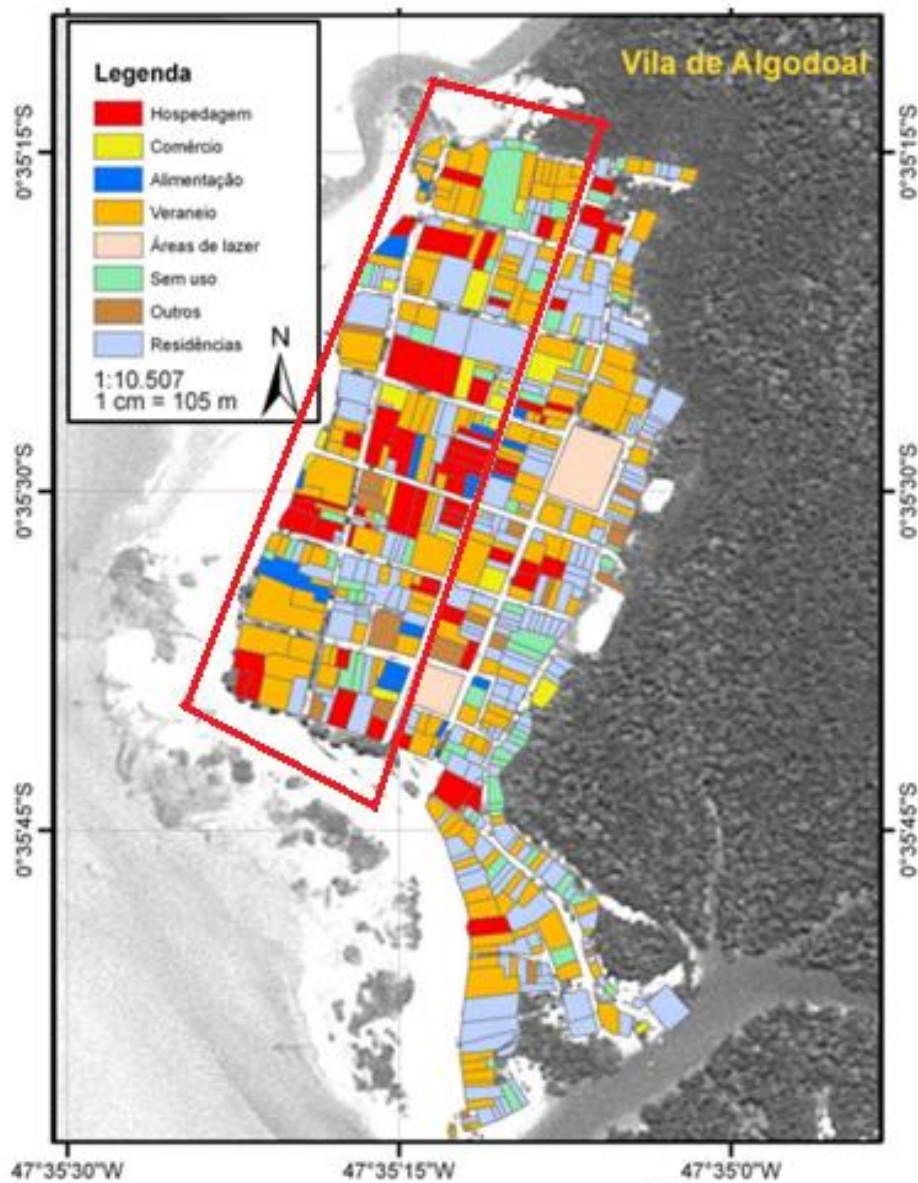


Figura 2.62 Mapa de uso do solo da Vila de Algodão. Fonte: SEMA (2012)<sup>15</sup>

**FIGURA 10** - Mapa do uso do solo  
Fonte: SEMA, 2012

Por onde o fluxo turístico percorre, e são oferecidos os serviços turísticos, se desenvolve uma infraestrutura de qualidade como: comércio, posto de saúde, água, energia elétrica, comunicação, limpeza pública e etc, porém essa produção do espaço gera uma contradição no território, ficando aqueles que residem distantes, a viverem desassistidos dessa estrutura e serviços, como os moradores da periferia da vila que residem no Bairro do Camambá e na Baixada Fluminense, como aparecem na imagem de satélite, estão localizados mais próximos à vegetação do mangue.



**FIGURA 11 - Mapa das áreas de expansão da Vila de Algodal, na parte de cima do mapa está a área 1 – O Bairro da Baixada Fluminense, e na parte de baixo a área 2 - O Bairro do Camambá.**

Fonte: SEMA, 2012

De acordo com a realidade que acontece nessa localidade para Coriolano (2003)

O espaço físico recebe sua importância a partir da forma como se organiza “e o seu sentido são produtos sociais, são espacialidades, ou seja, espaços produzidos através das relações de forças e de poder que se estabelecem de forma contraditória (CORIOLANO, 2003, p.1).

E do mesmo modo observa Santos (1979),

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo no interior da totalidades, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios (SANTOS, 1979, p.56).

## 2.2 – AS PRIMEIRAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO PARA A AMAZÔNIA LEGAL E A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALGODOAL MAIANDEUA

As políticas públicas do turismo para Amazônia iniciaram na década de 1970, tais políticas seguiram os objetivos dos grandes projetos da era da ditadura militar, que intencionavam ocupar o território brasileiro e salvaguardar suas fronteiras, entretanto, para o Estado do Pará, essas ações foram centralizadoras e não incluíram a Vila de Algodual. Pois tais ações, se resumiram a destinos mais elitizados como Belém, Salinópolis, Santarém e Alter-do-chão. Entretanto, com o passar dos anos, A Ilha de Algodual-Maiandeuá se torna uma Área de Proteção Ambiental (APA), e esse fato, passa a ser de fundamental importância para a inclusão deste local nas políticas públicas de caráter mais ambientalista como a ECO-92, e os planos PTA II e PROECOTUR.

O Governo Federal na década de 1970 desenvolvia políticas para alavancar o turismo na Região Amazônica, seguindo a linha dos “grandes projetos” que objetivavam a ocupação econômica e social da Amazônia. Com isso, iniciam em 1974, por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) a elaboração do Plano de Turismo da Amazônia Legal I (PTA I), que tinha como meta: “a) *contribuir para uma ocupação territorial ordenada da Amazônia; b) participar no desenvolvimento econômico e social da região; c) defender e valorizar os recursos naturais e o seu patrimônio histórico-cultural*” (SUDAM, 1978a, p. 29).

O PTA I foi planejado para entrar em execução entre os anos de 1980 a 1985, quando os investimentos em equipamentos turísticos estariam direcionados. Todavia, tal plano não contemplava a Vila de Algodual, que ainda se mostrava como um destino turístico ainda incipiente, sendo Salinópolis, a única localidade no litoral da costa do salgado paraense sugerida pelo plano como área potencial para complexos turísticos.

O motivo o qual suscitou a sua escolha, se deu pelo fato de que, em 1966 a Lei nº 3.798 da Assembléia Legislativa do Estado, sancionada pelo então Governador, Alacid da Silva Nunes, ter transformado a sede do município de Salinópolis em Estância Hidromineral por ser considerada o principal balneário do Estado.

Mesmo ficando de fora das primeiras políticas públicas para o turismo da Amazônia, a Vila de Algodual, passava por uma mudança significativa como destino turístico em razão de três acontecimentos. O primeiro, pela escolha da Praia da Princesa (a qual faz parte do entorno da vila) pela Revista Quatro Rodas, como uma das dez praias mais bonitas do Brasil,

e mais tarde, esta praia ganhou a mesma titulação pelas revistas TIME e PLAYBOY. Isto tornou a Vila conhecida internacionalmente, e assim começou a atrair uma demanda internacional.

O segundo, contribuiu consideravelmente para o aparecimento de turistas estrangeiros neste destino, a inclusão da Vila de Algodual nos guias turísticos internacionais: Guide du routard <sup>10</sup>(França) e Lonely Planet <sup>11</sup>(USA).

E o terceiro acontecimento e mais significativo, ocorreu no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando a Unidade de conservação, área de Proteção de Algodual-Maiandeuá foi criada pelo Governo do Estado do Pará, no entanto para que isso viesse acontecer, foi necessário que aproximadamente entre os anos de 1987 e 1990, que um grupo de jovens, *“artistas, intelectuais, estudantes e jovens, movidos pela ânsia de buscar uma sociedade alternativa, impregnada pelo ideal de “liberdade, paz e amor”, deslocou-se para a ilha”* (QUARESMA, p.208).

Entre essas pessoas estavam: biólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiros florestais, entre outros profissionais, que influenciados pela concepção americana de áreas protegidas, perceberam a fragilidade dos ecossistemas locais e as ameaças que passariam a sofrer com o crescimento da atividade turística, uma atividade urbano-industrial, que seria responsável pela destruição da natureza, pois *“A ideia subjacente a isso é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do mundo natural em seu estado primitivo, anterior a intervenção humana”* (DIEGUES, 2001, p.13).

Neste contexto, a Ilha de Algodual, se apresentava como essa porção do mundo natural, pois na época, apesar de já ter sido conhecida por poucos visitantes, seu ecossistema se apresentava num estado quase prístino, e este grupo percebendo isto, passou a despertar o interesse em preservar as belezas cênicas do lugar, e também, começaram a articular para tornar a Ilha de Algodual - Maiandeuá numa APA. Tal ação, foi responsável pelo embrião que impulsionou criação Área Proteção Ambiental pelo Governo do Estado do Pará.

A escolha por essa categoria de unidade de conservação, do grupo de uso sustentável, foi proposta pelos integrantes do GEIMA, pelo fato de um dos principais membros, o Sr. Wilson Morato “Tito”, ser um geógrafo e ter conhecimento sobre unidades de conservação, e compreender que ali já existia uma vila de pescadores, os quais, já faziam o manejo dos recursos naturais, isto é, já exerciam o uso sustentável da natureza ali existente.

---

<sup>10</sup> É uma coleção francesa de guias turísticos fundada em abril de 1973 por Michel Duval e Philippe Gloaguen..

<sup>11</sup> Guia criado pelo casal Tony e Maureen Wheeler, que após a viagem de lua de mel publicaram o guia Across Asia on the Cheap, que em apenas uma semana vendeu mais de 1500 exemplares, na atualidade, acumula um total de mais de 100 milhões de guias vendidos

No Brasil, A primeira unidade de conservação de uso sustentável criada foi a Floresta Nacional de Araripe – Apodi, no Ceará, em 1946, pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Essa categoria de manejo fora instituída pelo Código Florestal, aprovada pelo Decreto nº 23.793/1934. Após esta, nenhuma unidade de uso sustentável mais foi criada. No entanto, mais tarde, entre os anos de 1960 e 1964 surgiu apenas a Floresta Nacional de Cauxianã, considerada de grande porte, como a maioria das unidades criadas na Amazônia.

As primeiras Áreas de Proteção Ambiental – APA e Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE surgiram entre os anos de 1980 a 1984, contabilizando sete (07) APA's e quatro (04) ARIE's e uma (01) floresta nacional. As categorias APA e ARIE foram estabelecidas pelas Leis nº 6.902/81 e a nº 6. 938/81, respectivamente.

O período seguinte, 1985 a 1989, foi o mais marcante em relação ao número de hectares protegidos pelas unidades do grupo de uso sustentável, correspondendo a mais de nove milhões de hectares. As unidades criadas, responsáveis pelo aumento da área protegida foram mais uma vez, as grandes Florestas Nacionais criadas na Amazônia, ocupando mais de 80% do total.

Como observado, o contexto nacional das unidades de conservação nessa época era impulsionado pelo surgimento das UCs do grupo de uso sustentável, e este período, corresponde a escolha da categoria de APA para a ilha de Algodal Maiandeuá pelo GEIMA. O objetivo dessa iniciativa era de que fosse elaborado um projeto *“para resguardar as belezas cênicas e os recursos naturais locais. A intenção naquela época se pautava na preocupação dos impactos decorrentes da ação dos visitantes, que desembarcavam nas ilhas sem consciência da importância daqueles ecossistemas”* (PLANO DE MANEJO, p.24).

Os principais componentes do GEIMA, “Tito” e Roberto, foram em busca de pessoas capacitadas tecnicamente que pudessem ajudar na criação da unidade de conservação na Ilha de Algodal-Maiandeuá.

Para isso, se dirigiram ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP<sup>12</sup>, onde conheceram um funcionário chamado Crisomar Lobato (que também já era frequentador da Vila de Algodal) e que estava retornando de um curso de pós-graduação em ecologia em São Paulo. Crisomar, nessa época, passou a ser membro titular da comissão de meio ambiente da Constituição do Estado do Pará em 1988, quando participava nas discussões da criação da Área de Proteção Integral do Arquipélago do Marajó – APA Marajó

<sup>12</sup> O Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social (IDESP) nasceu em 1966, criado pela Lei Estadual nº3.649, de 27 de janeiro. A Legislação transformou em autarquia com personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira. O IDESP se concentrava em estudos profundamente em questões pertinentes ao desenvolvimento do Estado com estudos em áreas com já destacado potencial econômico.

– a qual foi criada pela constituição do Estado do Pará, e que segundo ele “ *até hoje é discutível porque uma unidade de conservação da natureza é criada por lei ordinária*”.

Toda a experiência adquirida por Crisomar na Comissão de meio ambiente foi aplicado na criação da APA – Algodual-Maiandeuá, e em 1990, ele encaminhou o projeto para o GEIMA, o qual deu entrada para a criação da APA.

Para a criação do projeto, Crisomar se sustentou nos estados que já possuíam unidades de conservação como o Rio de Janeiro e São Paulo tomando por base os projetos desses estados pode redigir o projeto para a criação da APA Algodual-Maiandeuá.

“Eu escrevi a minuta do projeto de Lei baseado nas leis do Estado de São Paulo... eu morei lá 5 anos por isso tinha todas essas informações... trabalhei com as informações da legislação do Rio de Janeiro, pois esses estados já tinham unidades de conservação estaduais e foi baseado no projeto da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, primeira APA do Brasil criada em 1982, que eu elaborei o projeto da APA Algodual-Maiandeuá “ (Crisomar Lobato, Engenheiro Florestal- Ideflor-Bio 2016).

Na época, foram realizados levantamentos de dados secundários e visitas a campo, para a verificação dos ecossistemas da ilha. Com base nesses e em outros dados foi elaborada a minuta de um projeto de lei, assim como, a fundamentação técnica para corroborar a criação da respectiva área protegida.

A justificativa técnica para o projeto foi baseada de forma contundente na conservação das belezas cênicas, uma vez que este quesito se encontrava bem definido no Código Florestal de 1965, e aliado a isto, estava também a importância dos ecossistemas costeiros, principalmente do manguezal, onde vários estudos já ressaltavam a relevância desse ecossistema de transição (entre o mar e a terra-firme). Tais argumentos deram suporte para a justificativa técnica que acompanhou a minuta do projeto de lei.

Os documentos foram encaminhados pela Sociedade de Proteção dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREM) e GEIMA, para o Deputado Estadual, Durbiratan De Almeida Barbosa (Bira Barbosa), na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, onde foi titulado como Projeto de Lei nº 110/89, em 30 de novembro de 1989. Na ocasião, o Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública e do seu Departamento de Meio Ambiente (DMA), desenvolveu pesquisas no local, e assim elaborou um diagnóstico precedente da área determinada a se tornar uma área protegida. Cabe ressaltar que o GEIMA na ocasião já estava denunciando um crime ambiental para ser averiguado por tais órgãos. “*O referido trabalho atendia também à solicitação do Conselho de Saúde,*

*Saneamento e Meio Ambiente (CONSAMA) e a uma denúncia de agressão ambiental feita pela organização não governamental (ONG) GEIMA” (PLANO DE MANEJO, P.24).*

Toda essa articulação juntamente com o trabalho dos atores sociais envolvidos resultou na promulgação da Lei Estadual nº 5.621 de 27 de novembro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado em 06/12/1990, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Algodoal-Maiandeuá no Município de Maracanã.

Vale ressaltar também que o início da criação da unidade é proveniente de uma ação externa do local, por pessoas de fora da vila, turistas, que passaram a despertar um sentimento pelo lugar e se atentaram para a proteção a partir do momento que conheceram o destino, e assim, e procuraram proteger os recursos naturais, para estes visitantes era objeto de contemplação, pois, como ressaltou Crisomar Lobato na entrevista *“O Tito e o Roberto (principais membros do GEIMA) queriam mesmo era proteger a ilha de Algodoal-Maiandeuá e não deixar que ela fosse alterada, destruída..... eles eram ambientalistas de uma forma não técnica apesar do Tito ser geógrafo”* (Crisomar Lobato). Porém, apesar da intenção dos integrantes do GEIMA não ser má, eles não tinham a noção de que uma unidade de conservação estaria sujeita a uma gestão e passaria a deliberar pautas que iriam influenciar de forma profunda sobre a vida desses moradores do lugar. Desta forma, a partir da criação da unidade se iniciava, não ainda de forma tão atuante, uma relação de poder com toda a Ilha de Algodoal-Maiandeuá, onde a vila está situada.

Passado dois anos após a decretação da APA, seguindo o sentido do legado deixado pelo GEIMA e pela criação da Unidade, no ano de 1992, na Vila de Algodoal é criada outra Organização não Governamental - a Associação Comunitária da Ilha de Maiandeuá (ACEDESPIM), formada por moradores da vila (nativos) e por pessoas de Belém que frequentavam a ilha e alguns que já tinha passado a morar de forma definitiva no local, *“A Associação Comunitária da Ilha de Maiandeuá (ACEDESPIM), composta por nativos e moradores de Belém (alguns deles já morando na vila)”* (QUARESMA, 2003, p.208). Essa ONG, seguindo os passos do GEIMA, se posiciona como uma entidade que iria estabelecer o diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado.

### 2.3 - A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE ALGODOAL – MAIANDEUÁ NO CONTEXTO NACIONAL E ESTADUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DE TURISMO

No contexto nacional, as políticas voltadas para impulsionarem o turismo no Brasil, estavam passando por tentativas de reorganização quanto à preservação da natureza. Estas influenciadas pelos acontecimentos de contexto mundial voltado para preservacionismo, como, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco-92,<sup>13</sup> realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, e também nesse mesmo eventos, a também conhecida Cúpula da Terra, que reuniu mais de 179 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.

No mesmo ano, a Embratur lança o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) com o propósito de enaltecer o patrimônio natural e cultural do país, além de defender a valorização do homem.

Nesse mesmo período, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com uma proposta que seguia a linha do PLANTUR, e contando com entidades como, o Banco da Amazônia (BASA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Lançam O Plano de Turismo da Amazônia Legal II (PTA II), que assim como PTA I, acompanhava tendências mundiais. Contudo nessa versão, planejava de forma mais atenciosa com o meio ambiente e a sociedade e também quanto a necessidade de valorizar e preservar o patrimônio natural e cultural da Amazônia. Ainda, tentavam equilibrar a relação do crescimento econômico e a preservação ambiental, incentivando a promoção e o desenvolvimento turístico de maneira ecologicamente sustentada com a

revitalização das ações estruturais das instituições públicas e privadas componentes do trade turístico regional; maximização do aproveitamento dos recursos naturais e culturais na produção do turismo receptivo; integração dos roteiros turísticos regionais e revigorar a imagem da Amazônia com destino das correntes turísticas (SUDAM,1992).

O PTA II, foi o primeiro plano na Amazônia a trabalhar com uma nova forma de turismo que acompanhava uma direção da ECO-92, daquilo que deveria ser ecologicamente sustentado. O ecoturismo nessa época era pouco conhecido no Brasil e menos ainda na Amazônia, assim como, suas características e como este funcionava na prática. Este plano iria atuar nos seguintes estados que fazem parte da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Cuiabá e arredores do Mato-Grosso, com o conceito de polos consolidados como Manaus e a Região Metropolitana de Belém e polos em desenvolvimento, sendo que no Pará o litoral paraense estava incluso nas metas do plano. Porém, esse plano

---

<sup>13</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Também conhecida como Cúpula da terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.



acaba sendo extinto porque não tinha como prioridade a participação dos atores locais em seu planejamento e acabava por criar ações totalmente desarticuladas com a realidade da região com baixo monitoramento nos impactos ambientais.

No contexto Estadual, a criação da APA Algodual-Maiandeuá pelo governo do Estado, em 1990, valoriza e reconhece suas belezas cênicas, e impulsiona a atividade turística, fazendo com que este lugar ganhe certo destaque entre as áreas destinadas ao turismo.

Em decorrência disso, três anos depois a criação desta UC, o Governo do Estado, seguindo orientações de atos normativos do governo federal como o Decreto nº 20<sup>14</sup>, de 13 de julho de 1972, e do Governo do Estado de São Paulo, nesse caso o Decreto nº 11.022<sup>15</sup>, de 28 de dezembro de 1977, por meio da Assembleia Legislativa do Pará, sanciona a Lei nº 5.770, de 17 de novembro de 1993. Que, em seu art. 1º, apresentava a seguinte redação “*O município, distrito, vila ou área delimitada do Estado poderá ser considerado Estância, e no seu parágrafo único, classificava as estâncias em: Hidrominerais, climáticas e turísticas*”, e no seu artigo. 6º considerava Algodual pertencente ao município de Maracanã como estância turística.

Art. 6º - Ficam desde logo considerados:

I - Os Município de Salinópolis, Soure, Salvaterra, Cameté, Óbidos, Vigia, Marapanim, Cachoeira do Arari, Curuçá, Abaetetuba, Porto de Moz, Santa Cruz do Arari, Barcarena, Ponta de Pedras, Conceição do Araguaia e Bragança como Estâncias Turísticas;

II - O Município de Peixe-Boi como Estância Climática;

III - O Município de Monte Alegre como Estância Hidromineral;

IV - Os Distritos ou Vilas de Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro, do Município de Belém, Algodual, do Município de Maracanã, e Alter-do-Chão, do Município de Santarém, como Estâncias Turísticas.

(ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARÁ, 1993).

Em 1997, visando desenvolver estratégias para do desenvolvimento regional por meio de polos de turismos integrados, o PLANTUR institui, seguindo orientações da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal, O PROECOTUR, que iria tratar com mais especificidade o ecoturismo e as unidades de conservação já existentes, e até mesmo a ajuda e o incentivo para criação de novas unidades.

Desta forma visava promover o desenvolvimento sustentável na região aliando desenvolvimento econômico e proteção, conservação e preservação da natureza, envolvendo 9

<sup>14</sup> Classificava as estâncias em todo Brasil em balneárias, climáticas e hidrominerais

<sup>15</sup> Que regulava as estâncias turísticas no Estado de São Paulo e estabelecia a existência das mesmas pelo cumprimento de requisitos mínimos como atrativos de lazer e outro de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos

estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No Pará seria dividido nos seguintes polos:

O Pólo Tapajós, a oeste do estado; o Pólo Marajó, na maior ilha fluvio-marinha do mundo; e o Pólo Costa Atlântica, que envolve a capital, Belém, e outras nove cidades de seu litoral atlântico.

O Polo Belém Costa Atlântica envolveria a APA Algodual-Maiandeuá, incluindo vários municípios desta região: a capital paraense Belém e os municípios de Curuçá, Marapanim, Maracanã, São João de Pirabas, Salinópolis, Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu. Entretanto, o programa possuía um arranjo de execução muito intrincado e a falta de pessoal para intermediar a inter-relação e a interlocução entre as partes desse arranjo levou à não criação dos grupos de trabalho nos municípios envolvidos limitando a participação dos atores locais às oficinas e seminários.

A falta de qualificação dos gestores do núcleo de gestores do programa e dos municípios envolvidos e a falta de divulgação das atividades fez com que os atores não tomassem conhecimento do andamento do programa (NASCIMENTO, V, 2014, p. 640).

Nesse contexto, o turismo no estado do Pará passa a se estruturar com o passar dos anos, aglutinando o destino turístico da Vila de Algodual a esse todo complexo, tornando este, parte da estrutura maior que as esferas federais e estaduais dominantes das políticas do turismo detêm.

É possível fazer a análise sobre como esta vila alcançou a categoria de Estância Turística e a sua inclusão por parte do PTA II do litoral Paraense, e da inclusão da APA Algodual – Maiandeuá no Polo Belém Costa Atlântica do PROECOTUR, que assim começou a fazer parte dessa “*estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes*” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Podemos considerar, nesse sentido, com observado no início desse capítulo, o turismo é responsável por mudanças consideráveis, é uma delas, a mais importante, foi a decretação por meio de lei pelo Governo do Estado, da Área de Proteção Ambiental de Algodual-Maiandeuá. Esse fato influenciou expressivamente, quanto a inclusão da ilha em vários programas de fomento à atividade do turismo e titulações, como a de estância turística.

Desta forma, a APA, além de ter contribuído para a valorização deste lugar como destino turístico, este, também, passa a ser um ponto de apoio para a comunidade local (migrantes, veranistas e ONGS), assim como, um campo de lutas de interesses e de reivindicações de atores sociais, como: o Mercado, o Estado, as Ong’s e a comunidade local.

Neste campo de poder, a comunidade local juntamente com as ong's, lutam na intenção de buscar por melhorias de qualidade de vida, e passam a se defrontar contra o Estado por: Segurança, saúde, educação, saneamento básico e outros, iniciam um a luta para implementação da unidade, assim como, o Estado, no intuito de fazer valer sua autoridade com suas políticas ambientais, o mercado na intenção de que cada vez mais a atividade do turismo cresça gerando lucros para os empresário envolvidos no setor.

### **CAPÍTULO 3 – O CAMPO SOCIOAMBIENTAL DA APA DE ALGODOAL-MAIANDEUA**

#### *A construção do campo socioambiental*

Neste capítulo tomo por fundamento as análises de Pierre Bourdieu como instrumento metodológico da pesquisa, para identificar a realidade social da Vila de Algodual que é modificada com a criação da APA Algodual-Maiandeuá, caracterizando essa situação como a criação de um campo socioambiental (MOURA, 2007).

A APA envolve toda a Ilha de Algodual Maiandeuá, localizada no Município de Maracanã, Nordeste Paraense, englobando quatro vilas: Vila de Algodual, Vila de Camboinha, Vila de Fortalezinha e Vila da Mocóoca. No entanto, este estudo evidenciará a Vila de Algodual que se tornou a sede da APA por reunir nesta localidade a maioria dos moradores da UC e entidades não governamentais.

Este núcleo administrativo, encarregado por todas as diretrizes ambientais da APA, tem por finalidade a gerência deste território por meio de regras e normas voltadas para a conservação do meio ambiente, trazendo novas oportunidades de melhoria da qualidade de vida dos moradores e chances para reivindicações e apelos da comunidade. Por outro lado, este, se torna um espaço de disputas por diferentes atores sociais na economia principal, o turismo, e também cria desigualdades e conflitos quanto ao uso dos recursos naturais, que são importantes para o sustento da população mais carente da vila. Esta estrutura administrativa (APA), criada pelo governo também é envolvida por territórios imbricados da administração federal e municipal que, conseqüentemente, passam a se conflitar quanto às responsabilidades para atender as demandas dos moradores da APA, causando divergências entre estes agentes da administração pública.

Esta estrutura coercitiva e exterior aos atores sociais da vila é o cenário de relações de poder simbólico entre diversos agentes que lutam pelo seu domínio para adquirirem melhores

posições em busca de vantagens, nessa relação do sujeito e o campo onde se apresenta a realidade social neste lugar.

*A teoria do campo de Bourdieu e as relações de poder*

Para Bourdieu, o campo é um espaço onde existem várias posições que formam a sua estrutura. É onde se consolidam lutas entre os agentes sociais por interesses específicos. “O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura” (BOURDIEU, 1996:50). Essas lutas estruturam-se dentro do campo, resultantes de uma formação desigual de várias formas de capitais (formas de poder no campo) específicos (econômico, ecológico, social, político entre outros), como o autor esclarece:

*o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico (BOURDIEU, P. 1987. p.4).*

Nesse quadro de forças atuantes (diferentes tipos de capital) se formará a estrutura do campo, ou seja, aqueles que neste estado de relação de forças possuem o monopólio de um capital específico imprescindível para deter o poder no campo, e assim, estes estarão posicionados de forma propensa às estratégias de conservação. Por outro lado, outros que possuem um capital menor, estão inclinados às táticas de subversão. Neste sentido, Bourdieu visualiza o campo como um espaço de relações de poder e traz à discussão de que o agente é capaz de mudar essa estrutura por meio de lutas, assim como, pela não sujeição completa de quem as domina, buscando lugares estratégicos e capacidades para esta modificação.

A mudança da estrutura, pela não subordinação dos dominantes do campo (teoria de Pierre Bourdieu) através do enfrentamento por parte dos agentes também é defendida pelo sociólogo Anthony Giddens, o qual argumenta que a relação estrutura-ação na sociologia, adquire o significado no qual a atividade do homem não está numa correspondência somente de dependência da estrutura. Assim como Bourdieu e diferentemente de Durkheim que defendia na sua teoria dos fatos sociais haver uma relação submissa do indivíduo, que sofria com a dominação dos fatos sociais (estruturas), Giddens aponta para a duplicidade das estruturas, ou seja, “Constrangimento/limitação e habilitação/possibilidade” (GIDDENS,

1989; p.133). Nesta composição dupla o autor, menciona a integração ação-estrutura, isto é, da mesma forma que o agente se torna dependente do sistema social, este, também sofre mudanças pelas ações dos agentes.

Sherry B Ortner, também aponta para a capacidade da mudança da estrutura pelo agente, porém, por meio de relações de poder, onde, ele existe de duas formas, tanto pelos que dominam quanto pelos dominados:

*Na realidade, “agência” nunca é meramente um ou outro. Suas duas “faces” – como (perseguir) “projetos” ou como (o fato de exercer ou de ser contra) o “poder” – ou se misturam/transfundem um no outro, ou mantêm sua distinção, mas se entrelaçam em uma relação de tipo Moebius. Além disso, o poder, em si, é uma faca de dois gumes, operando de cima para baixo como dominação, e de baixo para cima como resistência (ORTNER, 2006, p. 58).*

Seguindo a teoria de Bourdieu, para explicar como acontecem as relações de poder no campo socioambiental da APA Algodal-Maiandeuá, na Vila de de Algodal, pelos os agentes ali posicionados na intenção de conservar ou subverter com o propósito de controlar a estrutura (campo), essas relações ocorrem por meio de estratégias utilizadas para impor uma forma de organização fazendo uso do capital simbólico, que é “a forma que os diferentes tipos de capital tomam uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos” (BOURDIEU, P. 1987. p.4). Quando conhecido pelas categorias de percepção dos agentes essa expressão do capital simbólico impõe as relações de força, produzindo-as e reproduzindo-as, constituindo a estrutura objetiva do campo, e assim legitimando a ordem social. Quer dizer, os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de assimilação e julgamento que são provenientes dessas estruturas objetivas, e inclinando-se dessa forma a perceber o mundo como óbvio, como natural.

A luta por essa maneira dos indivíduos de compreender a dominação como se natural fosse é que Bourdieu classificou como o Poder simbólico, “É um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: O sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social)” (BOURDIEU, p.9), ou seja, no confronto da produção simbólica do senso comum.

### 3.1 - A ESTRUTURA DO CAMPO SOCIOAMBIENTAL DA APA ALGODOAL-MAIANDEUÁ

O campo socioambiental da APA Algodual-Maiandeuá começa a se estruturar com a criação da APA no ano de 1990. Esta UC, mesmo tendo sido instituída, existia apenas de forma documental no “papel” fazendo com que este campo ainda não se estabelecesse de forma contundente, isto é, quando pudesse ser possível detalhar a sua estrutura e quais integrantes se situariam nesse campo juntamente com seus objetos de interesses, e também, como se travaria a luta por melhores posicionamentos entre atores sociais, agentes e instituições, assim como, as regras e os objetos de disputa e de interesses.

No entanto, com a criação do Conselho Gestor da APA no ano de 2006, esse campo passa a se reestruturar, e daí em diante com regras sistemas simbólicos e preceitos estruturantes oriundos da política ambiental internacional, criada com o propósito de conservar o meio ambiente influenciando de forma decisiva o Brasil, o qual passou a adotar estes princípios em relação aos recursos naturais como elementos norteadores das políticas nacionais envolvidas com essa temática, que conseqüentemente inspirou as diretrizes ambientais estaduais.

Esse regime ambiental internacional, ofereceu a base do pensamento e ideologias ambientais ao redor do mundo. Esse regime foi elaborado na década de 1970 por meio de uma série de conhecimentos científicos e tinha dupla finalidade: a primeira, de apontar a ameaça da perda dos recursos naturais ocasionadas pelo intensivo e extensivo avanço da indústria econômica mundial sobre os recursos naturais, a qual causou prejuízos ao meio ambiente, assim como, desigualdades sociais e poluição gerada pelas indústrias; a segunda tinha o objetivo de procurar uma solução para a continuação do desenvolvimento econômico, pois a sua interrupção significaria prejuízo financeiro e desemprego para as pessoas e muitas indústrias de todo o planeta.

Nessa direção, no ano de 1972, em Estocolmo na Suécia, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, onde a preocupação com a relação entre o desenvolvimento e a preservação da natureza começava a ser discutida, destacando com relevância os assuntos relacionados à economia, política e temas sociais.

Neste evento o economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs, juntamente com Maurice Strong (canadense) e Marc Nerfin (suíço), contribuíram na redação da declaração final da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo e a partir desse acontecimento a proteção do meio ambiente passou a ser tratada como um problema e a sua amenização um objetivo a ser alcançado.

Diante desse desafio, Ignacy Sachs desenvolveu o conceito de eco desenvolvimento em 1976. Este conceito trazia na sua fundamentação três princípios: prudência ecológica, justiça

social e eficiência econômica. Para Sachs, o desenvolvimento deveria proporcionar qualidade de vida e o bem-estar das populações menos favorecidas e a prudência ecológica na intenção de deixar os recursos naturais para as gerações vindouras. Este processo de desenvolvimento teria cinco dimensões principais: sustentabilidade social; sustentabilidade econômica; sustentabilidade ecológica; sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

Depois de quase uma década após a Conferência de 1972, no ano de 1983, a Assembleia das Nações Unidas, encomendou um relatório à Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento que foi publicado posteriormente no ano de 1987 com o título de “Our Common Future”, Nosso Futuro Comum, conhecido também como, Relatório de Brundtland.

Este Relatório, foi responsável por propalar o conceito de Desenvolvimento Sustentável com o significado de ajustar o desenvolvimento econômico à conservação da meio ambiente, considerando à natureza fundamentos da justiça social e uma conduta de responsabilidade com as gerações futuras. O documento também apontava a pobreza como responsável pelo crescimento da degradação ambiental, numa relação de causa efeito dos problemas ambientais decorrentes do modelo econômico exercido nos países desenvolvidos.

Cronologicamente, resultantes dessa questão ambiental, um evento ambiental mundial marcou essa temática no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro - Brasil, a II Conferência Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CUMAD), ECO-92.

Neste acontecimento foi elaborado um documento chamado Carta da Terra, composto pelas Convenções de Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas e a criação da Agenda 21, a qual instruía os países participantes de 176 países a elaborarem seus planos de preservação do meio ambiente.

No acontecimento, havia a tendência de introduzir o conceito de Desenvolvimento Sustentável definido no relatório de Brundtland de 1987 como o padrão a ser seguido na problemática entre desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais.

Desta forma, todos os países participantes do evento passaram a adotar as regras impostas pela agenda 21, que os norteiam em suas políticas de desenvolvimento através de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável em áreas naturais com a presença de populações humanas, as quais fizessem uso dos recursos da natureza para seu sustento.

Nesta ocasião, um contingente considerado de organizações não governamentais ambientalistas trabalharam em união com órgãos governamentais, e também separadamente, no intuito de desenvolverem projetos voltados para populações residentes em unidades de conservação.

Como ressalta Cristina Teixeira: “após a Rio-92, uma série de projetos de conservação e desenvolvimento passaram a ser executados em unidades de conservação na esteira do desenvolvimento sustentável, envolvendo ONGs ambientalistas” (TEIXEIRA, 2005).

#### *O homem e o Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação*

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no ano de 2000, a legislação brasileira começou de forma mais contundente a incluir a presença do homem em UC's com o propósito do uso sustentável de parte dos recursos naturais, seguindo o conceito de DS que foi propalado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no ano de 1992: “*é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro*”. E desta forma, subsidiando o SNUC que conceituou o Desenvolvimento sustentável da seguinte maneira:

*(...)o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC, 2000, Art. 2º. II).*

Nesse entendimento de sustentabilidade, o SNUC, criou 2 grupos de unidades de conservação: aquelas que devem proteger de forma total os recursos naturais, e outras permitindo o uso sustentável de parte desses recursos por populações que habitariam a UC. No capítulo III (Das Categorias de Unidades de Conservação), no Art. 7º, declara que:

*As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: I - Unidades de Proteção Integral; II - Unidades de Uso Sustentável. § 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. § 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (SNUC, 2010, p.9).*

Subsequentemente, em seu Art. 8º, o SNUC determinaria esses dois grupos de unidades de proteção integral e uso sustentável, os quais abrigariam as seguintes categorias de unidades de conservação:

*“Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I - Estação Ecológica; II -*



*Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.*

*Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural” (SNUC, 2010, p.9).*

O SNUC aponta para a promoção do desenvolvimento nas unidades de conservação de forma sustentável com a seguinte redação: “*promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais*” (SNUC, 2016, Art. 4º. IV), isto é, o desenvolvimento sustentável foi institucionalizado como solução para a resolução de “problemas” causados pela ocupação humana em unidades de conservação (UC), um dos aspectos polêmicos na administração de áreas protegidas.

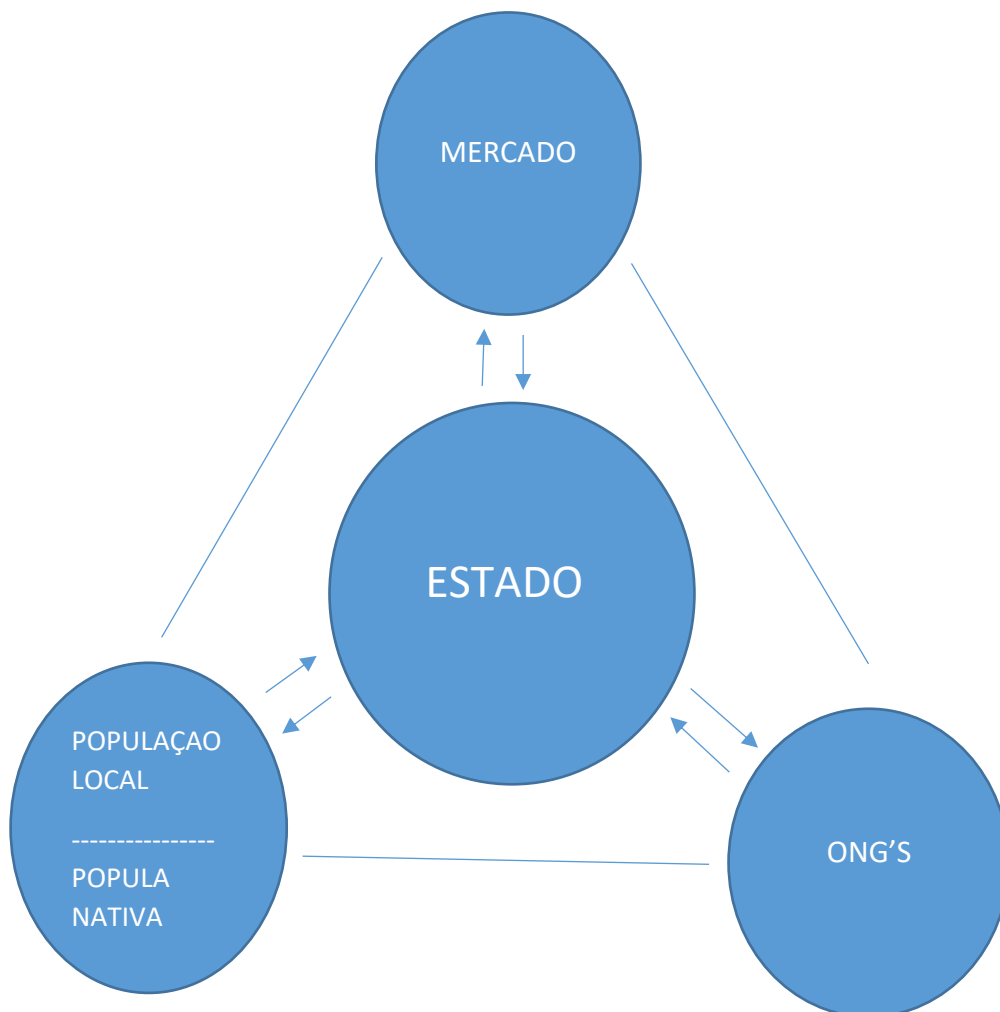
No Estado do Pará, dentre as unidades de uso sustentável, onde há a presença humana (de acordo com o SNUC), a APA Algodual-Maiandeuá, que é uma UC do grupo de uso sustentável, o discurso do desenvolvimento sustentável também foi propalado durante a criação do Conselho Gestor da referida UC, onde a gerência se basearia na relação do homem com o uso dos recursos naturais de forma sustentável, na intenção de minimizar os impactos no tocante a perda da biodiversidade em áreas de ecossistemas frágeis, assim como, a Educação ambiental se estabeleceria como uma norma de conduta aos moradores da Vila de Algodual, turistas e veranistas.

No entanto, em todo país, a realidade das Ucs tem afetado a vida de seus moradores, entidades governamentais e mercado, ocasionando interesses distintos e acirramentos entre grupos sociais e gerando um campo de disputas entre os seus integrantes. Na identificação da estruturação desse campo da teoria de Bourdieu como socioambiental da APA de Algodual - Maiandeuá, pois, os recursos naturais estão em jogo tanto para os moradores que dependem dela para viver, assim como, outros da cadeia produtiva do turismo que dependem dele para faturar financeiramente - foi possível situar como diferentes agentes moradores da APA de Algodual Maiandeuá, participam desse espaço lutas, onde seus integrantes buscam entender as regras do jogo e de forma estratégica lutando com o objetivo de melhorar suas condições de vida.

Para a distribuição dos elementos nesse campo, propomos a sua configuração de forma circular, na intenção de mostrar as relações entre os agentes mais fortes que detêm a maior quantidade de capital necessários no jogo, demonstrando desta forma, a hierarquia de poder dos agentes representados exercendo força contra o Estado, e este, exercendo força entre os

agentes que o circundam, e também as linhas que ligam os agentes circundantes demonstram que muitos sujeitos se entrelaçam, isto é, transitam entre os grupos do mercado e população local, ou ong e mercado, como pode ser percebido na Figura 10: O Estado, representado pelo círculo maior como detentor de maior poder, O Mercado posicionado acima como detetor de uma parcela significativa de poder, e na parte de baixo os círculos representando as Ongs, e a

População local, as quais possuem poder, entretanto, na parte mais inferior do círculo da população local está a população nativa, detentora de menos recursos financeiros, conhecimento acadêmico, uma menor rede de articulação com pessoas importantes como autoridades, influencia, poder econômico e prestígio, sendo a mais prejudicada do projeto socioambiental, por sua reprodução social estar significativamente voltada para o uso dos recursos naturais.



**FIGURA 12 – Campo sócio Ambiental da APA de Algodual – Maiandeu -**

Elaborado por Roberto Lisboa

- a) O Estado está representado pela Ideflor-bio, que estabelece o sentido da realidade social do campo sócio ambiental por meio de códigos de condutas e princípios ambientais, impondo relações objetivas de poder com a comunidade local espalhados pela administração da APA de Algodual-Maiandeu que e em décadas passadas era realizado por meio da SECTAM e SEMA. O Estado tem trabalhado a questão ambiental desde a estrutura organizacional das secretarias que envolvem a gestão das unidades de conservação, assim como, os elementos que constituem os processos estruturantes da gestão dessas unidades em relação a proteção do meio ambiente.
- b) O Mercado: que compreende os empresários locais do turismo e outros empreendimentos e empresários externos que possuem capital econômico, cultural e social.
- c) O terceiro setor representado pelas várias associações e ongs, assim como seus respectivos atores e agentes que estão envolvidas nesse campo.
- d) Os moradores: Nativos, migrantes e população flutuante (veranistas e turistas)

### 3.2 - O ESTADO DO PARÁ SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE GERENCIAMENTO DO MEIO AMBIENTE

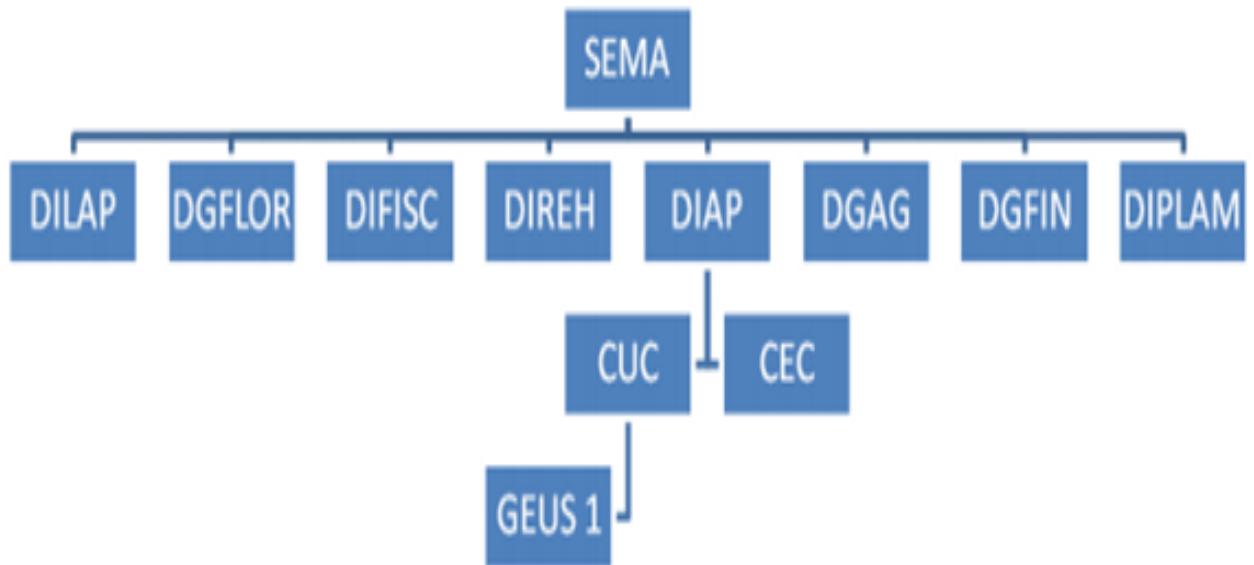
Desde a década de 1950 o Estado brasileiro vem trabalhando com planos de desenvolvimento econômico e superintendências regionais, numa tentativa de administrar a região. Nos municípios a gestão se configura, a princípio, apenas no planejamento urbano. No nível governamental a gestão ambiental é institucionalizada em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior e analisando a problemática ambiental, bem como, o gerenciamento do meio ambiente. Neste período, de 1950 até o final da década de 1970, a idéia que se tem de gestão ambiental é a de criar “Reservas Naturais”. Porém, esta prática encontrou dificuldades, já que as “áreas intocadas” revelaram-se onerosas para o Estado, e a consequência foi o abandono e descaso com inúmeras áreas de preservação (BORDALO, 1998).

Em 2003, foram criadas as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais e Comissão Técnica Bipartite do Distrito Federal, que funcionam como espaços de diálogos ambientais, entre os órgãos e entidades dos entes federados, fortalecendo o Sisnama. No Estado do Pará, fazem parte da Comissão Tripartite Estadual: o IBAMA, como órgão federal; a SECTAM, como órgão estadual; a Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins – AMAT, o Consórcio de Desenvolvimento Sócio Econômico Intermunicipal – CODESEI, e a Prefeitura

Municipal de Belém, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, como órgãos e entidades municipais.

A administração do Meio Ambiente no Estado do Pará teve seu início em maio de 1988, quando o Governo do Estado criou a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), e com o decorrer do tempo, este órgão foi reestruturado pela Lei nº 5.752, de 26 de julho de 1993, e em 30 de julho de 2007, pela Lei de nº 7.026 foi desmembrada da Ciência e Tecnologia, ficando apenas com o Meio Ambiente, e passou a ter a denominação atual. Até o ano de 2015, a gestão das unidades de conservação do Estado ficava sob a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). A SEMA, em 2012, possuía oito Diretorias sendo que a APA de Algodoal Maiandeuá estava subordinada à Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP), que possuía duas coordenadorias: Coordenadorias de Unidades de Conservação da Natureza (CUC) e Coordenadoria de Ecossistemas (CEC).

A Diretoria de Áreas Protegidas tinha a responsabilidade de coordenar os trabalhos de planejamento, criação e gestão das Unidades de Conservação e a implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza o SEUC, que seria o SNUC em uma versão regionalizada, o qual seguiria essa legislação maior (SNUC), e também se articulava com as instituições afins, bem como, implementaria e executaria as ações de promoção do desenvolvimento sócio-ambiental em territórios especialmente protegidos. A Figura 11 a seguir ilustra essa organização administrativa da SEMA.



**TABELA 1 – Organograma simplificado da SEMA**

Fonte: SEMA, Plano de Manejo, 2012

### *A gestão das unidades de conservação no Estado do Pará*

As gerências eram administradas por gerentes ou pontos focais, responsáveis pela execução de atividades. O gerente era responsável pelo planejamento, organização, direção e controle das ações pertinentes à UC. O Planejamento era realizado anualmente, por meio do Plano Operacional Anual (POA), instrumento de gestão que concentrava os Programas e Ações Estratégicas que seriam desempenhados na UC, prazos, metas e orçamento. O POA começou a ser desenvolvido na Gerência da APA de Algodoal-Maiandeuá a partir de 2009.

O POA foi regulamentado pela SEMA através da Portaria nº 3.640/2010, e no ano de 2012, este plano já totaliza 126 atividades, distribuídas entre 11 programas: Plano de Manejo, Conselho Gestor, Educação Ambiental, Infraestrutura, Manejo dos Recursos Naturais, Desenvolvimento e Valorização das Comunidades Locais, Uso Público, Proteção e Fiscalização, Administração, Capacitação Técnica e Comunicação. Para cada programa eram definidas atividades com seus respectivos orçamentos e definição de períodos de execução.

COORDENADORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – CUC		
GERÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO	GEUPI 1	Parque Estadual do Utinga APA da Região Metropolitana de Belém
	GEUPI 2	Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas APA de São Geraldo do Araguaia
INTEGRAL (GEUPI)	GEUPI 3	Parque Estadual Monte Alegre e APA Paytuna
	GEUPI 4	Reserva Biológica Maicuru e Estação Ecológica do Grão-Pará
	GEUPI 5	Parque Estadual do Charapucu Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia
GERÊNCIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL (GEUS)	GEUS 1	APA de Algodual-Maiandeuá
	GEUS 2	APA da Ilha do Combu
	GEUS 3	APA Triunfo do Xingu
	GEUS 4	RDS Pucuruí-Ararão RDS Alcobaça
	GEUS 5	APA do Lago de Tucuruí
	GEUS 6	Floresta Estadual do Iripi
	GEUS 7	Floresta Estadual de Faro
	GEUS 8	Floresta Estadual do Trombetas
	GEUS 9	Floresta Estadual do Paru
NÚCLEOS	---	Núcleo de Apoio Geral
	---	Núcleo de Conselho Gestor
	---	Núcleo de Infraestrutura
	---	Núcleo de Informática

**TABELA 2** - Coordenadoria das Unidades de conservação do Estado do Pará

Fonte: SEMA, Plano de Manejo, 2012

#### *A Gestão da área de Proteção Ambiental de Algodual-Maiandeuá*

No ano de 1990, ano em que a APA foi criada, não havia secretaria de Estado que gerenciasse o meio ambiente, somente alguns departamentos eram encarregados dessa área, então, o Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) elaborou um Diagnóstico Ambiental Preliminar da área territorial que estava sendo indicada para área de proteção ambiental. A elaboração deste diagnóstico iria atender ao mesmo tempo, à solicitação do Conselho de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente (CONSAMA) e a uma denúncia de crime ambiental feita pela organização não governamental (ONG) GEIMA no ano de 1989.

No ano de 1988, em maio, foi criada a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), pela Lei n 5.457 como órgão do governo do Estado encarregado de coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à proteção e conservação do meio ambiente no Pará.

O Estado mesmo incluindo o meio ambiente na administração estadual, este estaria dividido juntamente com a ciência e tecnologia, não havendo uma preocupação específica com a questão ambiental. Desta forma, de 1993 em diante, esta secretaria definiu seu organograma e esta passou a atuar.

Em sua estrutura organizacional, contava com a Divisão de Estudos e Educação Ambiental (DIAMB) para efetivar suas ações educativas. A sua criação do DIAMB, e as atuações da SECTAM, certamente fortaleceram a Gestão e a Educação Ambiental no Pará.

Em junho de 2006, a então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), através da Portaria nº 291/2006, criou o Conselho Gestor da APA de Algodual-Maiandeuá, com 22 membros, com composição paritária como rege a legislação, sendo no caso, 11 entidades governamentais e 11 não-governamentais, ficando a presidência com um representante da SECTAM. No mês de Julho do ano de 2009, foi publicada a portaria nº 1.357/2009–GAB/SEMA que tratava da renovação do Conselho Gestor, com 20 membros (10 entidades governamentais e 10 não governamentais). A Gerência da APA de Algodual-Maiandeuá foi criada após a extinção da SECTAM pela Lei nº 7.026/2007, que criou a SEMA e implantou as Gerências de Unidades de Conservação, os quais seriam setores lotados na Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUC), subordinada à Diretoria de Áreas Protegidas (DIAP).

Em fevereiro de 2008, o primeiro gerente da APA foi nomeado e no período entre 2008 e 2012, a unidade passou pela administração de três gerentes, com corpo técnico variado. O planejamento na Gerência da APA, ocorre através do Plano Operacional Anual (POA) desde 2009, que organiza as atividades que devem ser realizadas, bem como, seus orçamentos e os períodos em que serão executadas tais ações. Os Relatórios Gerenciais e o Relatório Anual de Gestão (RAG) auxiliam no monitoramento da exequibilidade do POA.

#### *A missão da gestão*

A missão da APA pela SEMA foi elaborada com a intenção de preservar os ecossistemas frágeis e promover o uso sustentável dos recursos naturais, e ao mesmo tempo, em compatibilizar as atividades econômicas que correspondessem com a vulnerabilidade dos atrativos naturais e garantissem a subsistência das comunidades,

Ser uma área de relevante importância para o equilíbrio dos ecossistemas existentes, a partir de áreas que conservam a fauna e a flora, e visando o uso sustentável desses recursos naturais para o desenvolvimento de atividades econômicas e sociais, como o Ecoturismo, que valoriza os atrativos naturais (manguezais, rios, praias, lagos, trilhas, falésias, dunas, dentre outros) e atividades que garantam a subsistência das comunidades (pesca, agricultura e extrativismo). Ser uma UC que atua de forma

participativa por meio do Conselho Gestor da APA de Algodual-Maiandeuá (SEMA, Plano de Manejo, 2012)

Projetos e/ou Planos de Ação foram elaborados para orientar na execução dessas atividades de maneira exequível e com efetividade. As determinações de ações para o POA ocorriam a partir das demandas originadas nas reuniões do Conselho Gestor da APA, e pelas orientações de servidores que integravam a equipe da Gerência.

Era recomendado que após a publicação do Plano de Manejo o POA contemplasse as ações estratégicas presentes nos Programas que visavam o uso dos recursos naturais. As metas do Plano Operacional Anual da APA de Algodual-Maiandeuá, em 2012, eram:

- I- Apoiar atividades das comunidades locais que visam novas alternativas de renda; Capacitar a equipe técnica da gerência; Concluir o Plano de Manejo;
- II- Custear os gastos administrativos da Base da unidade a partir do seu funcionamento; Desenvolver ações que visem o **desenvolvimento sustentável** e a valorização de comunidades residentes na unidade e em seu entorno por meio de cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- III- Dotar a unidade de equipamentos para auxiliar as atividades de fiscalização, bem como, garantir a maior frequência das ações fiscalizadoras e punitivas;
- IV- Dotar a unidade de infraestrutura básica para sua gestão e atração turística, como bases administrativas, veículos, equipamentos, centro de visitantes, sinalização turística e material de divulgação; Fortalecer o Programa de **Educação Ambiental**, por meio de atividades formais e não-formais;
- V- Promover ações de proteção, manejo e conservação dos ecossistemas locais; Renovar e capacitar o Conselho Gestor.

Para executar as atividades previsíveis pelo POA da gerência da APA, era necessário recursos oriundos do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), e seu limite era estipulado da fonte de recursos para a execução das atividades previstas no POA. O valor máximo para determinação de orçamento na APA é oriundo com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Pará. Portanto, esse não é um valor fixo, variando a cada ano de acordo com as receitas e despesas do Estado. Para exemplificar, no ano de 2012, a previsão orçamentária previsível pelo Plano Operacional Anual da APA de Algodual-Maiandeuá era de R\$ 192.567,09, e o monitoramento desse recurso é feito pela Coordenadoria de Unidades de Conservação da Natureza (CUC), por meio de Relatórios Gerenciais. Normalmente, a cada



bimestre estes relatórios auxiliam na gestão identificando ações realizadas e não realizadas ou parcialmente realizadas.

Nesses relatórios também precisam conter os custos previstos e realizados pela gerência no intervalo de tempo concernente ao relatório. A CUC com a ajuda do Núcleo de Apoio Geral (NAG), juntamente com um membro da equipe da APA, trabalha na avaliação dos projetos e ações com metodologias adequadas para as atividades de acordo com as demandas das gerências.

No quadro pessoal da gerência da APA até o ano de 2008, as tarefas entre os técnicos da SEMA eram fracionadas entre 19 Unidades de conservação no estado do Pará, havendo também responsáveis por projetos de emergência e atividades singulares ligadas ao CG da APA. No apoio dessas atividades que trabalhavam temas específicos, alguns técnicos que exerciam sua função na SEMA (mais precisamente na CUC) costumavam participar das atividades de acordo com a programação característica. Desta forma, temas como a Educação Ambiental, tinham a colaboração de cinco a dez técnicos que contribuíam para a realização do Projeto Lazer Consciente (executado no período das férias escolares no mês de julho), este apoio também englobava as reuniões do CG: como autorizações de pesquisa, acordo de Pesca e ações de fiscalização.

Durante os anos de 2008 a 2009, a gerência não possuía sede administrativa e somente no ano de 2010 conseguiu alugar um imóvel na Vila de Algodoal por um período de três meses (julho, agosto e setembro). Em 2011, a gerência não pôde adquirir um imóvel para abrigar a sede administrativa, e os equipamentos e materiais permanentes que eram utilizados nas atividades administrativas e de manejo, não podiam ser obtidos por meio de colaborações formais com algumas instituições que desempenhavam ações na APA. No entanto, algumas atividades de manejo eram desenvolvidas em parceria com colaboradores voluntários oriundos de instituições que participavam do conselho gestor. Esses apoios informais foram firmados no ano de 2012 entre as seguintes instituições: Associação Comunitária dos Pescadores Artesanais da Vila de Algodoal – ACPAVA, da Associação dos Canoeiros de Algodoal – ACA, do Grupo Ambiental de Fortalezinha – GAF, da Associação Comunitária dos Moradores de Maiandeuá – ACMM, da Associação dos Moradores da Camboinha – AMC, entre outros.

Na época, também foram elaborados pela gerência dois Termos de Cooperação Técnica: o primeiro com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Superintendência do Patrimônio da União – SPU e a Prefeitura de Maracanã; e o segundo com a SEMA e a Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.

A APA possui um Conselho Gestor, criado por intervenção da Portaria da SECTAM nº 291 de 6 de junho de 2006, e seus membros nomeados em 2006 e renovados em 2009 (pela Portaria nº 13.217/2009).

No ano de 2012, este conselho encontrava-se no segundo processo de renovação sendo formado por 18 membros que representavam as seguintes instituições com um representante do poder público de cada órgão a seguir discriminado:

Entidades Governamentais: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA, Secretaria de Pesca e Aquicultura – SEPAq, Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, Prefeitura de Maracanã; Batalhão de Polícia Ambiental – BPA; Divisão Especializada em Meio Ambiente - DEMA; Superintendência do Patrimônio da União - SPU; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. –

Entidades Não-Governamentais: um representante da sociedade civil de cada entidade a seguir discriminada: Associação Comunitária de Desenvolvimento da ilha de Maiandeuá – ACDESPIM; Cooperativa de Lancheiros da Ilha de Maiandeuá/ Marudá – CLIMAM; Associação Comunitária dos Moradores de Maiandeuá – ACMM; Grupo Ambiental de Fortalezinha - GAF; Associação Comunitária dos Pescadores Artesanais da Vila de Algodual – ACPAVA; Associação Pró-Ilha de Algodual/Maiandeuá – SUATÁ; Associação dos Moradores de Camboinha – AMC; Associação dos Canoeiros de Algodual – ACA; Associação das Pousadas e Hotéis de Algodual – APHA. A SEMA comandava o conselho e, de acordo com o Regimento Interno. As reuniões ocorriam a cada 4 meses.

Cabia aos seus membros acompanhar a elaboração implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação na intenção de assegurar seu princípio participativo. O Conselho objetivava obter a composição da Unidade de Conservação com outras unidades e espaços territoriais singularmente protegidos e com o seu entorno, utilizando esforços para harmonizar predileções dos diversos segmentos sociais envolvidos com a unidade.

As atividades desenvolvidas pelos conselheiros incluíam também avaliações de orçamento e o relatório financeiro anual, assim como, a confirmação, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP - no caso de administração conjunta da unidade por decisão do órgão executor. A gestão por OSCIP tem o acompanhamento dos conselheiros e é recomendado o cancelamento do termo de parceria quando for observada alguma irregularidade.

No ano de 2009, em razão do processo de renovação do conselho, a gerência da APA efetuou a apreciação do 1º biênio (2006-2008) de andamento do CG. Os pontos verificados

foram: a frequência dos membros, a participação das comunidades, o tempo de duração e de atraso das reuniões e outros. Esta observação auxiliou o CG a determinar importantes providências com aqueles membros (conselheiros) que pouco atuam no conselho gestor e aqueles os quais tiveram um bom desempenho, foi verificado o esforço e o compromisso entre cada membro a partir da análise de encaminhamentos que tiveram êxitos e fracassos durante o biênio. Com esse parecer, verificou-se que os conselheiros representantes de órgão governamentais foram os mais faltosos e a participação popular inclinou-se a ser superior nas reuniões iniciais, ocorridas no começo do ano de 2008. Concluíram também que o presidente do Conselho deve atuar como moderador das disputas, na intenção de sensibilizar os atores sociais corroborarem efetivamente a gestão da APA.

Nestas avaliações, observaram igualmente que os membros governamentais enfrentam adversidades como: carência de recursos e de transporte para o deslocamento do técnico até a Unidade, a grande rotatividade dos técnicos que representam a instituição, mudança de chefias, falta de prioridade com as questões ambientais e com a UC, restrições financeiras para ações e projetos, falta de interesse das chefias, falta de comunicação com as instâncias superiores, entre outros.

Os membros não governamentais passam pelas seguintes dificuldades: redução do número de associados, falta de empenho dos associados e da comunidade e outras demandas como: geração de renda, saúde, educação, luz e outras.

Além disso, há formação educacional deficiente, falta de recursos financeiros para participar de reuniões, falta de entendimento sobre o papel do conselheiro, conhecimento restrito sobre a gestão da SEMA e da APA, falta de apoio governamental, falta de parceiros e outros.

Na intenção de atenuar esses problemas a gerência da SEMA já realizou duas formações continuadas para os membros do Conselho Gestor: a primeira, compreendendo palestras sobre a questão ambiental e Unidades de Conservação voltadas para todos os membros; a segunda, destinada à elaboração de projetos voltada para os membros residentes da APA, ministrada pelo SEBRAE e realizada com o apoio da Gerência da APA da Ilha do Combu.

Observou-se também que o Conselho ainda está em processo de maturação, embora tenha sido criado em 2006 chegando a seguinte conclusão:

É necessário que processos de formação continuada sejam amplamente investidos e que novas metodologias de reunião sejam utilizadas. Vale ressaltar que a comunidade tem cobrado, demasiadamente, dos órgãos governamentais. Porém, a transparência dos encaminhamentos e o esclarecimento sobre o funcionamento da

SEMA e da gestão da Unidade podem ser ferramentas de grande ajuda ao Presidente/Gestor da UC. É importante reforçar que além da cobrança, haja também a valorização e o reconhecimento da contribuição de cada membro, pois todos estão em caráter voluntário (SEMA, Plano de Manejo, 2012, p.54).

#### *A gerência do Ideflo-bio a partir do ano de 2015*

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor-bio, foi criado por meio da Lei Estadual nº 6.963, de 16 de abril de 2007 e modificado pela Lei Estadual nº 8.096/2015, cumprindo a imposição da Lei Federal nº 11.284 de 02 de março de 2006, que trata sobre a Gestão de Florestas Públicas.

É uma entidade de direito público instituída como autarquia, com autonomia técnica administrativa e financeira, sediada em Belém e circunscrição em todo o Estado do Pará tendo por objetivo realizar a gestão das florestas públicas para produção sustentável e da biodiversidade, e ainda, a administração da política estadual para produção e desenvolvimento da cadeia florestal e a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Neste sentido, a instituição trabalha com os seguintes temas: Desenvolvimento Florestal, Gestão Florestal, Gestão de Unidades de Conservação e o fundo Estadual de Desenvolvimento e conservação da Biodiversidade. Cada tema executa projetos e funções administrativas dos recursos florestais.

#### *A gestão das unidades de conservação pela ideflor-bio*

Diferentemente da gestão da Sema que atuava por grupo de unidades de conservação e dispunha de um gerente para cada UC, a Ideflor-bio passou a trabalhar as UCs por regiões, formando um quadro de nove regiões administrativas, sendo, cada região administrativa administrada por um gerente. Desta forma, a divisão ficou da seguinte maneira:

1. A Região Administrativa Belém é composta por quatro Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental de Belém, Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia e Parque Estadual do Utinga;
2. A Região Administrativa Calha Norte I é composta por duas Unidades de Conservação: o Parque Estadual de Monte Alegre (Pema) e a Área de Proteção Ambiental Paytuna;

3. A Região Administrativa Calha Norte II é composta pelas Unidades de Conservação Florestas Estaduais de Faro, Paru e Trombetas;
4. A Região Administrativa Calha Norte III é formada pelas Unidades de Conservação Estação Ecológica Grão-Pará e Reserva Biológica Maicuru;
5. A Região Administrativa do Xingu é formada pelas Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu, Floresta Estadual do Iriri, Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel;
6. A Região Administrativa do Marajó é formada pelas Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental Marajó e Parque Estadual do Charapucu;
7. A Região Administrativa do Nordeste Paraense é formada pelas Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental de Algodal-Maiandeuá, Refúgio de Vida Silvestre Padre Sérgio Tonetto e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas;
8. A Região Administrativa Tucuruí é constituída pelo chamado Mosaico do Lago de Tucuruí, formado pelas Unidades de Conservação Área de Proteção Ambiental (APA) Lago de Tucuruí, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Pucuruí-Ararão (mosaico criado pela Lei Estadual nº. 6.451, de 08/04/2002);
9. A Região Administrativa do Araguaia é formada pelas Unidades de Conservação Parque Estadual de Serra dos Martírios / Andorinhas (Pesam) e Área de Proteção Ambiental (APA) Araguaia.

*Educação Ambiental, um preceito de conduta na Gestão da APA de Algodal-Maiandeuá*

Na APA Algodal-Maiandeuá a Educação Ambiental foi a ferramenta mais utilizada para justificar os princípios ambientais criados pelos países do primeiro mundo.

A EA iniciou na APA com a determinação de grupos como a ACEDESPIM na Vila de Algodal, formados por pessoas de Belém e alguns moradores locais e o Grupo Ambiental de Fortalezinha, formado pela comunidade local da vila de Fortalezinha, entretanto, idealizado por uma moradora de Belém.

Inicialmente, este grupo trabalhava com denúncias ambientais e mais tarde desenvolveu várias ações pelas outras vilas da referida UC. E assim, com a criação do CG, este adotou uma série de trabalhos com essa temática com princípios de ambientalismo, desenvolvimento sustentável e educação ambiental.

### *Histórico da Educação Ambiental*

Para o melhor entendimento do tema é necessário compreender seu surgimento no contexto histórico e mundial, assim como no Brasil.

Cinco anos após o tratado de Brundtland na Suécia, em Tbilisi, na Geórgia, foi realizada a Conferência Intergovernamental para tratar sobre a Educação Ambiental em uma cooperação entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente (Pnuma).

Em 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República, se iniciou o processo de institucionalização da EA no Brasil.

Em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), determinou na esfera legislativa a importância em incluir a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade com a intenção de instruí-la para a atuação diligente na defesa do meio ambiente.

Na intenção de fortalecer essa propensão, a Constituição Federal em 1988 determinou no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “*promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*”.

Outro documento relevante na temática foi o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidades Global durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na Rio 92, onde determinava os princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis com o propósito de formar nas pessoas um pensamento crítico, comunitário e humanitário, interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade, estipulando uma conexão entre políticas públicas de Educação Ambiental e sustentabilidade.

Neste evento, foram norteados princípios e um plano de ação para educadores ambientais, salientando processos participativos relacionados com a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

#### *A Educação Ambiental na APA Algodão-Maiandeuá*

Em 1990, com a criação da APA de Algodão-Maiandeuá, a questão ambiental atinge dimensões governamentais, porque as concepções as quais passam a reger esse território tem a finalidade de preservar a área usando os princípios do desenvolvimento sustentável como

fundamentos para nortear o desenvolvimento da UC e com isso não causar tanto impacto aos recursos naturais.

No entanto, as ações governamentais não causavam tantas alterações em relação a conservação e a preservação da biodiversidade neste lugar, assim como, não eram expressivas, e pouco era feito no sentido de usar a Educação Ambiental como um elemento conscientizador dos moradores locais quanto a preservação da natureza.

A criação do Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF) em 1997, deu início a entrada da Educação Ambiental na APA. Seu líder, Manoel Oliveira Teixeira, apoiado por jovens da Vila de Fortalezinha e veranistas frequentadores da localidade, criaram essa entidade civil de direito privado, de caráter socioambiental e sem fins lucrativos, regida por um estatuto social com disposições legais estabelecidas em um documento.

A urgência da criação do grupo, acontecia em razão de problemas ambientais que ocorriam no lugar como a questão do despejo do lixo a céu aberto e sua respectiva destinação final. Na intenção de atenuar a situação o GAF empreendeu um projeto piloto na Vila de Fortalezinha. Este projeto depois foi ampliado para as outras vilas e de acordo com as demandas que ocorriam, as ações desses projetos eram direcionadas por coordenadores e profissionais de instituições convocadas por uma coordenação geral para porem em prática tais ações.

Em 2008, a SEMA iniciou diversos projetos de EA na APA e um dos projetos que se tornou bem evidente foi o projeto “*Lazer Consciente*”, o qual tem o objetivo de conscientizar: moradores, turistas e visitantes a respeito do problema de geração de resíduos sólidos durante a alta estação turística. Com o tempo, o projeto se fortaleceu gerido de forma integrada por uma equipe multidisciplinar, com o suporte da SEMA e de atores locais (professores, turistas, associações e ONG’s).

Mais adiante. as escolas deram início a atividades sistemáticas de EA, e ainda em 2008, a gerência da APA juntamente com as escolas da APA, proporcionou a primeira feira de meio ambiente que tinha como título “*Ideias tiradas do lixo*”, pretendendo incluir no calendário escolar local programações com a temática do meio ambiente com o objetivo de que, através da realidade pudessem encontrar soluções para os problemas das unidades, e a partir esse evento, por iniciativa da comunidade escolar, outros foram realizados.

Em 2009, a comunidade local demonstrou interesse pela EA e alguns membros do CG participaram das Conferências Municipais e Estaduais de Meio Ambiente realizadas em Maracanã e Belém, e dois desses participantes foram selecionados para participarem representando o Estado do Pará da 3ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, em Brasília.

No ano de 2010 foi desenvolvida a logomarca da APA em um trabalho conjunto com o Projeto Lazer Consciente. A marca foi desenvolvida através de um concurso com a intenção de criar um símbolo que apresentasse as características principais dessa unidade de conservação porque *“sendo a APA um lugar paradisíaco, dotado de belas paisagens e rica cultura local, era necessário que esse símbolo fosse elaborado e produzido pela comunidade local, afinal, são essas pessoas que melhor a conhecem”* ( MAUÉS, A. NOGUEIRA, C. OLVEIRA, D. LAMEIRA, J. 2011, p. 15).

O concurso foi lançado pela gerência da APA, e tinha como público alvo os moradores de faixa etária entre 8 a 14 anos das quatro comunidades da UC e algumas exigências foram feitas pela gerência: os desenhos foram feitos à mão e foram analisados por uma comissão julgadora, algumas oficinas foram realizadas para esclarecer os conceitos da logomarca e sua finalidade de resgatar a identidade e as belezas locais.



**FIGURA 13 - Logomarca da Área de Proteção Ambiental de Algodual-Maiandeuá**

Fonte: SEMA, PLANO DE Manejo 201



### 3.3 O MERCADO

O mercado no campo socioambiental é formado pelos profissionais que fornecem os serviços prestados aos turistas, eles são responsáveis (como já assinalado no capítulo anterior) pela produção do produto turístico e formam uma cadeia produtiva, geralmente são moradores do local, assim como, moradores migrantes que em sua maioria são donos de pousadas, campings e hotéis.

No entanto, existem as agências operadoras de viagens, as quais trabalham com o destino em parceria com os hotéis e pousadas locais.

Na composição local do mercado temos esta cadeia produtiva do turismo estabelecida da seguinte forma:

**Barqueiros:** Existem 28 barcos que fazem a travessia para a Vila de Algodal, todos são associados na Cooperativa dos Lancheiros da Ilha de Maiandeuá-Marudá (CLIMAM). Geralmente duas pessoas trabalham na embarcação, um piloto e outro ajudante que trabalha na atracação do barco, ambos do sexo masculino.

**Carroceiros:** Há 61 carroças e condutores cadastrados na Associação de Carroceiros de Algodal (AC), os quais trabalham na atividade de transportar passageiros. Apenas uma pessoa trabalha conduzindo a carroça e todos os condutores são homens.



**FIGURA 14 - Carroceiro da Vila de Algodal**  
Foto: Oswaldo Forte, Julho, 2017

**Meios de hospedagem:** Existem vários tipos de meios de hospedagem na vila como Hotéis, Pousadas, Redários, Camping e alguns de uso misto englobando três categorias em um só empreendimento: pousada, camping e redário.

A empregabilidade varia entre quatro a 15 pessoas, entre homens e mulheres. A entidade representativa desse grupo é a Associação dos Empreendedores de Turismo de Algodual (AETA).



**FIGURA 15 - Vista de um hotel em uma das principais ruas da vila**  
Foto: Oswaldo Forte, Julho, 2017

**Canoeiros:** assim como o carroceiro há apenas um condutor para cada canoa. Ao todo são 31 canoas cadastradas e seus respectivos condutores associados na Associação dos Canoeiros de Algodual (ACA), que fazem a travessia do canal que liga a Praia da Princesa, todos são condutores do sexo masculino. Todos os canoeiros possuem registro de filiação a sua respectiva associação, assim como, possuem uma ordem de travessias por canoa.

**Barraqueiros:** Geralmente várias pessoas são empregadas no período de feriados e férias. Trabalham entre três a 12 pessoas nas barracas da Praia da Princesa durante esse período, geralmente são sobrinhos, filhos e outros parentes que vem para aproveitar o feriado e ajudar o pai ou a mãe (proprietários da barraca), e também faturar uma renda extra. Estes trabalhadores também possuem representantes no conselho gestor.



**FIGURA 16 - Barracas da Praia da Princesa**

Foto: Oswaldo Forte, Julho, 2017

Nessa lógica de produção, os atores sociais que compõem a cadeia produtiva, também se estabelecem de forma hierárquica pelo capital econômico. E quanto à hierarquia financeira da cadeia produtiva, podemos perceber no Gráfico 1 a distribuição de seus setores econômicos, e para se conseguir chegar aos dados deste quadro realizei a seguinte pesquisa durante o período do feriado do final do ano (feriado do Ano Novo) de 2015 para 2016, correspondendo a cerca de seis dias de trabalho de campo, isto é, do dia 26 de dezembro de 2015 à primeiro de janeiro de 2016. Estes dados foram registrados em referência aos ganhos financeiros de Hoteleiros, Carroceiros, Canoeiros, e dos Barqueiros da seguinte forma.

**Meios de hospedagem:**

Pousada Mitologia.....	R\$ 10.000,00
“ dos Corais .....	” 15.000,00
Redário Carrilo .....	” 5.000,00
Pousada ABC .....	8.000,00

Total: R\$ 30.000,00 faturamento médio:  $30.000,00 \div 4 = \text{R\$ } 7.500,00$

**Carroceiros:**

Carroça Amarok .....	R\$ 1.500,00
“ Blindado .....	” 600,00

Transgarotinho .....	600,00
Mustang .....	1.000,00

Total: R\$ 30.000,00 faturamento médio:  $3.700,00 \div 4 = \text{R\$ } 925,00$

### **Canoeiros:**

Canoa Sereia .....	R\$ 700,00
“ Ferrari .....	600,00
Estrela .....	600,00
Lembrança de Jah...	600,00

Total: R\$ 2.500,00 faturamento médio:  $2.500,00 \div 4 = \text{R\$ } 625,00$

### **Barraqueiro da Praia da Princesa**

Barraca Gil .....	R\$ 8.000,00
“ Marisca.....	5.000,00
Mary's.....	10.000,00
Do Côco.....	3.000,00

Total: R\$ 26.000,00 faturamento médio:  $26.000,00 \div 4 = \text{R\$ } 6.500,00$

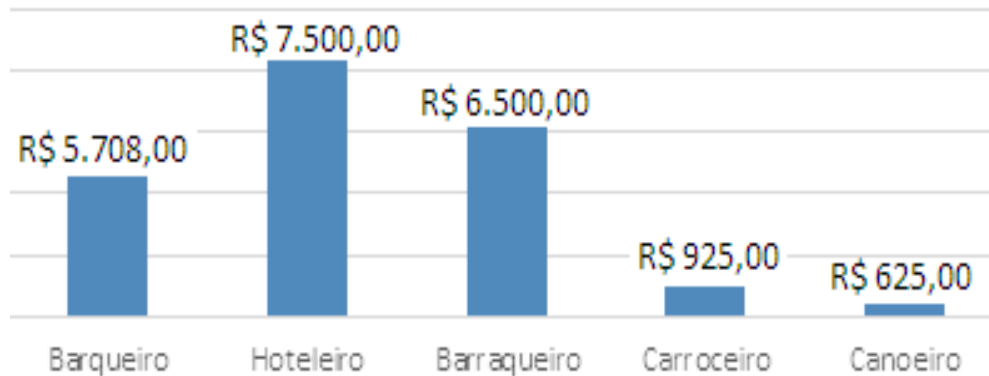
### **Barqueiros**

O cálculo dos barqueiros foi realizado da seguinte forma:

- O total de passagens vendidas (dados fornecidos pela Cooperativa de Lancheiros da Ilha de Maiandeuá - CLIMAM) entre os dias 26/12/2015 à 02/01/2016, nos mesmos dias em que foram realizadas as pesquisas com os outros setores econômicos da cadeia produtiva foi de 11.702 passagens, porém, 2.300 foram gratuidades sendo o número real de pagantes de 9.402.
- O valor da passagem no período citado era de R\$ 8,50, no entanto somando a passagem de volta o valor duplicava para R\$ 17,00, o qual multiplicado pelo total de passageiros pagantes desta forma:  $9.402 \times \text{R\$ } 17,00$ , teremos o resultado de R\$ 159.000,34.

Dessa forma, esse valor dividido pelo número de barcos que fazem a travessia, que é de 28 barcos, iremos obter o valor médio de R\$ 5.708,00 para cada barco desse setor econômico, como mostra a tabela abaixo:

## Faturamento por setor econômico da cadeia produtiva do turismo na Vila de Algodual, nos festejos de passagem de ano de 2015 à 2016



**GRAFICO 1 – Faturamento médio por setor econômico da cadeia produtiva**

Fonte: Lisboa, 2017

Como podemos observar no gráfico, os hoteleiros ocupam o topo da cadeia produtiva do turismo por conseguirem faturar um maior montante em dinheiro com a atividade turística, é possível perceber que esse setor detêm maior poder financeiro em relação aos outros setores econômicos do referido sistema produtivo.

Entretanto, existe uma estratificação econômica entre estes proprietários de meios de hospedagem. Uma parcela consegue obter um maior faturamento e continuidade em seus ganhos, e outra, às vezes, apenas um ganho irrisório, pois, os hotéis e pousadas menores conseguem apenas um faturamento melhor durante a alta estação por causa da grande demanda que não é absorvida totalmente pelos hotéis e pousadas de níveis grande e médio, e assim, o turista é obrigado por se hospedar nesses hotéis menores, porém, estes hotéis na baixa estação não conseguem uma clientela razoável.

Os proprietários dos maiores e mais conhecidos meios de hospedagem da vila conseguem receber uma demanda turística considerada na alta estação, e ocupar todos seus leitos mesmo quando a frequência diminui no período de baixa-estação, pois sempre há um determinado fluxo de turistas nestes estabelecimentos. Consequentemente, isso se dá em razão da melhor estrutura oferecida e também do trabalho de publicidade realizados por meio de panfletos de divulgação (folders), sites na rede internacional de computadores (internet) e redes sociais (Facebook, Instagram, whatsapp e outros).

Os proprietários das pousadas de média estrutura conseguem obter uma demanda considerada durante o período de grande fluxo, porque possuem um preço mais acessível e ao mesmo tempo, conseguem oferecer um conforto regular. Na baixa estação também conseguem receber certo fluxo de pessoas e, além disso, fazem propaganda em sites, folders e redes sociais. Entretanto, os donos de meios de hospedagem de menor porte somente conseguem receber uma quantidade significativa de hóspedes em seus estabelecimentos no período de alta-estação, quando os outros hotéis e pousadas já estão todos ocupados, restando aqueles como opção. No período de baixa estação a frequência diminui consideravelmente. Estes estabelecimentos possuem um trabalho interno pequeno e às vezes, quase nenhum trabalho de publicidade. Seus proprietários geralmente desenvolvem outras atividades como comerciante, transporte, pesca e outros.

Por ser o setor produtivo que possui um relevante faturamento na cadeia produtiva, em razão disso, os meios de hospedagem têm predomínio no espaço físico da vila em relação aos outros elementos da cadeia produtiva do turismo. No ano de 2011, a SEMA realizou uma pesquisa na Vila de Algodal e constatou que existiam cerca de 654 lotes, dos quais 225 eram residenciais, (34,4%), 58 comerciais (8,9%), 54 de hospedagem (8,3%), 208 de veraneio (31,8%), 3 de lazer (0,5%), 58 sem uso (8,9%) e 48 de outros usos (7,3%) (PLANO DE MANEJO, p.117). De acordo com essa pesquisa e também como elucidado no mapa de uso do solo (Figura 15, a seguir), o maior percentual de ocupação pertence às residências, logo em seguida, as casas de veraneios e depois os lotes comerciais que estão divididos entre mercadinhos, padarias, farmácias lanchonetes, restaurante e, na quarta posição, os meios de hospedagem que ocupam grande parte do solo da vila.

Os meios de hospedagem além de se situarem no extremo da cadeia produtiva do turismo, também detêm a maior ocupação do solo, em razão do número de unidades habitacionais edificadas, porque este segmento da cadeia produtiva está relacionado diretamente à hospedagem e nos períodos de alta estação a procura de hotéis e pousadas é muito alta, o que demanda a oferta por mais leitos. Por este motivo, este elemento aparece como sendo o maior responsável pela hierarquização e redesenho do território influenciando diretamente na produção espacial. Outro fato importante que deve ser considerado é que o meio de hospedagem pode tornar-se a moradia temporária dos turistas, e conseqüentemente se aglutina em seu redor uma rede de serviços públicos e privados de melhor qualidade.

Estudos específicos da área do turismo, como o Diagnóstico do Potencial da Atividade Turística da Área de Proteção Ambiental de Algodal-Maiandeuá, realizado pela SEMA em 2009, os quais que integraram, o Plano de Manejo do ano de 2012, consideram que os



proprietários dos meios de hospedagem da Ilha, incluindo as vilas de Algodual, Fortalezinha, Camboinha e Mocooca, estão distribuídos desta forma: “*No que diz respeito à procedência do proprietário, destaca-se que 37% é proveniente de Algodual; 37% de Belém, 04 de Maracanã; 04% de Castanhal, 02% não responderam, sendo que os demais, 16% provém de outras localidades, tais como: Icoaraci; Marajó; Breves; Marapanim; Fortalezinha e demais localidade próximas*” (SEMA, 2009).

O referido diagnóstico também aponta para a distribuição dos meios de hospedagem entre as quatro vilas da Ilha de Algodual-Maiandeuá, “*Tomando por base os dados coletados, destaca-se que com relação à localidade do estabelecimento, 94% se encontra localizado em Algodual, 02% em Fortalezinha e 04% em Mocooca*” (SEMA, 2009). Diante desse cenário, é perceptível que a maioria dos proprietários dos meios de hospedagem de toda a Ilha de Algodual é de fora da Ilha, e esse contexto se repete na Vila de Algodual, onde a maior parte não reside na vila, assim como, possuem maior poder financeiro e seus estabelecimentos de hospedagem apresentam melhor estrutura para acomodar seus clientes. Desta maneira, como visto nos dados apresentados pela SEMA, a Vila de Algodual por receber a maior demanda de turistas possui a maior rede de meios de hospedagem e interfere de maneira mais densa nesse território.

O barraqueiro de praia apesar de ser um elemento muito importante na cadeia produtiva por ser responsável pela venda de alimentos e bebidas na praia, sua expressividade no território se limita à praia, assim como, o canoeiro que atua apenas em um deslocamento muito pequeno de aproximadamente 100 metros.

O barqueiro é um elemento fundamental e funcional na cadeia produtiva do turismo. Sem ele seria impossível o acesso à Vila de Algodual. Os turistas, assim como os moradores da vila dependem exclusivamente desse agente para seu acesso à vila. Outra dependência de todos os moradores e comerciantes é das cobranças de frete de suas mercadorias, que refletem no preço final repassado ao consumidor.

O carroceiro, apesar de não figurar entre as primeiras posições na tabela de faturamento, é um agente que detêm muito poder pelo fato de ser o único meio de transporte terrestre, porque o transporte de veículos automotores na APA é proibido. Sendo assim, ele é responsável pelo deslocamento de turistas, moradores, mercadorias, materiais e outros por uma grande extensão territorial. E também, é um agente muito polêmico pelo fato de seu transporte ser de tração animal, sobrecarregando de peso o cavalo e o jumento (animais utilizados) e submetendo a horas de esforço tais animais, pois, na ânsia de ganhar dinheiro realiza várias viagens transportando turistas em um período de alta estação, como o feriado do

fim de ano, quando a demanda chega a aproximadamente 12 mil pessoas. Essa sua ação, causa uma sobrecarga de trabalho ao cavalo, e segundo técnicos da Universidade Rural da Amazônia – UFRA, que já desenvolveram estudos no local, o cavalo não pode “trabalhar” mais de quatro horas diárias e estes às vezes acabam por “trabalhar” durante até dez horas.

Este fato provocou indignação em muitas pessoas, resultando em denúncias em relação a maus tratos desses animais para o Juiz da Comarca de Maracanã que imputou um Termo de Ajustamento de Conduta para esses trabalhadores cumprirem. Apesar do termo imposto pelo magistrado que obrigou esses profissionais a se ajustarem a várias normas, alguns, ainda continuam a abusar do uso destes animais, não obedecendo tais determinações.

Outra ação polêmica desses agentes é quanto ao abuso dos valores das corridas aos principais atrativos turísticos da vila e do seu entorno, que apesar de serem tabelados pela Associação dos Carroceiros, muitos não cumprem a tabela e cobram um valor bem acima do convencional, o que ocasiona muitos protestos de turistas. Outro problema frequente que acontece durante o período de alta estação, é da recusa destes profissionais em transportar mercadorias de comerciantes, assim como, bens e objetos de moradores, pois, transportar turistas nesse período é consideravelmente mais rentável e vantajoso.

### 3. 4 – A POPULAÇÃO DA VILA DE ALGODOAL

De acordo com os estudos do Plano de Manejo elaborado no ano de 2012, a maior população da área de Proteção Ambiental de Algodoal-Maiandeuá é a da Vila de Algodoal,

Nas quatro localidades de maior densidade demográfica contabilizaram-se cerca de 1800 pessoas em 2007, que formavam aproximadamente 450 núcleos familiares, com uma média entre 4 e 5 moradores por residência. A maior parte desta população concentra-se na Vila de Algodoal, a mais extensa e antiga a se estabelecer na UC (SEMA, Plano de Manejo, 2012, p. 107).

A localidade possuía aproximadamente uma população de 971 habitantes e 251 residências, sendo formada por moradores nativos e migrantes, entretanto, durante as férias de julho e feriado, período considerado como de alta estação, o número de moradores cresce consideravelmente em razão da população flutuante<sup>16</sup>, chegando a ser registrado a entrada de 12 mil pessoas no feriado de final de ano.

Conforme o trabalho da pesquisadora Tharyn Machado Teixeira, foi constatado que na Vila de Algodoal,

---

<sup>16</sup> É o conjunto de indivíduos presentes no Território na data de referência, por um período de curta duração, por motivos recreativos, de turismo, visita a familiares ou de negócios. (Organização Mundial da Saúde, 2016)



45% dos atores locais que apresentam renda menor que um salário mínimo referem-se às seguintes ocupações: os 25% dos poucos pescadores que praticam essa atividade mais para subsistência, os 10% dos rabeteiros, os 10% das domésticas e os 5% dos artesãos locais (TEIXEIRA, Tharyn, 2016 pg.87).

No Bairro do Camambá e na “Baixada Fluminense”, a maior parte desses moradores ra constituída de moradores locais, porém, nos últimos anos, tem havido uma migração de moradores de Belém e outros municípios para estes bairros, já não sendo a sua maioria moradores do lugar. Ambos os bairros são considerados área de expansão, porque estão situados próximo ao mangue.

Seus moradores, durante o período de “marés grandes”, passam por dificuldades ocasionadas pelos alagamentos das residências. Durante a pesquisa, no momento das entrevistas, um morador que não quis se identificar relatou a ausência de recolhimento de lixo no local e da falta de água de qualidade e por causa disso, os moradores locais é “que se viram” para tentar resolver os problemas, e até mesmo, já furaram um poço no local, porém, não conseguiram água boa porque o local fica muito próximo ao mangue.

O Bairro do Camambá está localizado próximo ao mangue, o que o torna vulnerável a alagamentos, constituindo-se numa área de risco. Este bairro está continuamente recebendo novas edificações e, segundo relatos locais, a maioria dos moradores é constituída pela população natural da vila. Desta forma, convém que sejam previstos mecanismos para disciplinar o uso e ocupação do solo desta vila, assim como de toda a APA (SEMA, Plano de Manejo, 2012, p.117).



**FIGURA 17 - Casa situada no mangue**

Foto: Oswaldo Forte, dezembro, 2015

Várias são as reclamações desses atores sociais, moradores do referido bairro, dentre as quais destacam-se: as altas taxas de energia elétrica, assim como, as taxas que a prefeitura

estipula para eles, como alvará de funcionamento e a taxa do lixo, que tem o mesmo valor cobrado para as grandes pousadas, dificultando para esses moradores de conseguirem obter lucro por meio de uma tímida atuação no mercado turístico.

Na mesma pesquisa, uma moradora do bairro quando perguntada sobre ter conhecimento da mudança da administração da APA para a Ideflor-Bio, ela respondeu não conhecer a instituição IDEFLOR.BIO, e declarou : “ *O tempo que eles trabalham nisso, já era para ter feito alguma coisa*” (Rosilene Melo de Reis, 2015 – moradora do Bairro do Camambá). Acrescentou ainda que as instituições responsáveis pela APA apenas proíbem de tirar madeira do mangal, areia e pedra e prosseguiu na sua crítica dizendo que: “ *As pessoas precisam fazer casa de alvenaria*” (ROSILENE MELO DE REIS, 2015).

Alguns entrevistados do respectivo bairro também declararam que não participam das reuniões por estarem desacreditados como também apresentado no trabalho da pesquisadora Tharyn eixeira:

Algumas narrativas de moradores apontaram o desinteresse de participação nas reuniões lideradas pelo órgão ambiental, justificada pelo sentimento de distância em relação ao conselho gestor. Nesse sentido, é regular uma opinião entre os moradores quando questionados sobre o motivo da ausência nas reuniões do conselho, os mesmos alegam que só participam o “pessoal deles”, referindo-se aos representantes do conselho gestor (TEIXEIRA, Tharyn, p.68).

Além do descrédito, outro fator de desinteresse na participação desses atores sociais nas reuniões do CG, é o vocabulário acadêmico e rebuscado utilizado pelos técnicos de várias entidades governamentais que fazem parte do conselho.

Mediante essa dificuldade de entendimento, a participação destes é dificultada por acabarem por não entender assuntos importantes que os técnicos falam, o que prejudica na decisão sobre assuntos que influenciarão diretamente na vida desses moradores, limitando também a contribuição que estes poderiam dar em problemas eventuais da comunidade, além de que suas ausências e desistências acabam por tirar a voz desses atores no projeto.

*Os Veranistas:* Os veranistas<sup>17</sup> são os moradores temporários, residentes do lugar com o objetivo de passar o veraneio<sup>18</sup>, ou seja, o período da estação do verão amazônico, no caso, em nossa região, entre os meses de julho (que corresponde também ao mês de férias escolares) a setembro.

---

<sup>17</sup> Caracterista de pessoa que passa férias ou temporadas, geralmente durante o verão, em lugar – praia, campo, cidade provinciana, estação termal-diferente daquele onde vive habitualmente; veraneante.

<sup>18</sup> **I.** Ato de veranear, de aproveitar o verão com lazer e descanso

[F.: Regr. de *veranear*. Hom./Par.: *veraneio* (fl. de *veranear*).]

O objetivo da viagem do veranista se assemelha com o turista, ou melhor, com o objetivo de lazer, apesar de muitos autores da área de turismo apontarem para diferenças, mas, o veranista não pode ser desconsiderado em estar fazendo turismo, pois, se afasta de seu ambiente habitual, e passa a viver em um outro ambiente longe de seu lugar de moradia, como explica Javier Calétrio:

Ao tentar de cifrar o significado desta previsibilidade e familiaridade por meio de teorias sociais do turismo, somos levados seja a descartar o veraneo como uma forma de turismo, seja a não conseguir compreender seu potencial emancipatório. Ao tomar como pressuposto a dicotomia entre casa e alhures (home and away), na qual a casa é associada ao familiar e o alhures à novidade e ao exótico, o familiar tende a ser compreendido como tudo aquilo que o turista deixa para trás. Em um de seus escritos mais antigos sobre o assunto, Urry (1990: 2-3) argumenta que o turismo envolve o movimento de pessoas a “um novo lugar ou a novos lugares”, que logradouros turísticos são locais “fora do comum” e que há uma “clara intenção de voltar para ‘casa’ (CALETRIO, Javier, 2011, p. 124).

No entanto, no Brasil, o veranista também é aquela pessoa a qual, geralmente possui casa de veraneio.

Alguns veranistas não apenas despertam preocupação com as suas residência e acabam por se preocupar com a vila como um todo, sendo assim, alguns se engajam na defesa de algumas causas na intenção de solucionarem problemas como citado anteriormente na luta da ONG Suatá, formada por moradores veranistas e turistas na intenção de solucionar um sério problema relacionado a questão dos resíduos sólidos, e outros entraves que afetavam toda a população residente.

Apesar dessa atenção com os transtornos da comunidade, os veranistas não estão preocupados com as adversidades relacionadas ao cotidiano dos residentes permanentes da vila, pois para estes, a vila é um destino turístico, local de lazer e entretenimento., problemas como: a retirada de areia, madeira do mangue e outros empecilhos do cotidiano dos moradores nativos E em razão disso, estes atores sociais não possuem nenhuma representatividade no Conselho Gestor.

Apesar de a Ong Suatá ser formada por veranistas e já ter feito parte do CG, atualmente esta entidade se encontra afastada das reuniões, e conseqüentemente, não há a representatividade de nenhuma associação de veranistas da Vila de Algodual, o que seria relativamente importante, pois um dos entraves mais relevantes que ocorre desde de muitas décadas atrás e perdura até os dias de hoje (como já mostrado no capítulo dois) é a compra de residências e lotes dos moradores locais, principalmente os terrenos localizados em locais de expansão para próximo de áreas de preservação permanente, como o mangue.

Além disso, mesmo a compra de residências dos nativos localizadas na parte mais urbana, gera outros problemas como o sub-loteamento dos terrenos por parte dos compradores, assim como, a construção de quartos para alugar, “hotéis de quintal” como muitos resolveram nomear os quartos que alguns moradores constroem no quintal para alugar para turistas durante a alta estação.

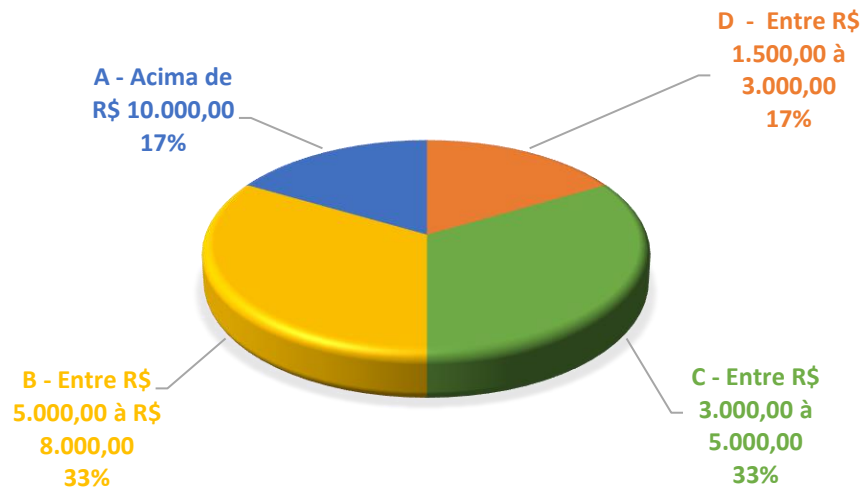
Tal ação, segundo alguns hoteleiros, é clandestina, por não possuir a autorização dos órgãos competentes, pois desta forma, as pessoas que negociam hospedagens desta forma, não pagam autorizações e não obedeceram as exigências de padrões de qualidade para atender as necessidades dos turistas. Consequentemente, esta irregularidade gera a não arrecadação de tributos pela prefeitura, e também impõe concorrência para os empreendedores do ramo hoteleiro, que atua de forma legal pagando impostos e taxas e seguindo as exigências dos órgãos competentes no quesito acomodação de turistas.

No entanto, os moradores veranistas já apresentam um oportunidade mais em conta para os turistas, ou seja, a modalidade de turismo que se chama “ cama e café da manhã” “ Bed and Breakfast”, modalidade turística que surgiu na Irlanda e se expandiu para outros países como o Brasil. Essa modalidade consiste na hospedagem em uma residência como, onde o proprietário aluga um comodo da casa com direito a uma refeição. O hospede utiliza um banheiro da casa destinado a ele em razão da hospedagem, assim como, passa a conviver em um ambiente familiar, onde o anfitrião é um amigo que desempanha uma de camareiro, governança e front-officer, dando dicas de como se deslocar na cidade, dicas de entretenimento, endereços, restaurantes, transportes, lojas de souvenirs e outros.

O interessante é que essa modalidade não passa pelo contexto mercadológico do turismo, ele é desenvolvido por donos de residências comuns, que decidem por alugar um cômodo da sua casa para o turistas. Esta modalidade já se expandiu tanto que já possui um aplicativo (airbnb) de celular com o roteiro e a lista de residências que oferecem a modalidade. E alguns moradores veranistas também já desenvolvem essa atividade na Vila de Algodal

Como estes moradores durante um período de suas vidas passam a residir neste local, para subsidiar esta dissertação de informações, seria interessante saber o poder desses agentes quanto a renda e o nível de conhecimento para melhor adequar a Teoria de Pierre Bourdieu (usada como instrumento metodológico) realacionando e ajustando estas informações ao capital econômico e o capital cultural ( conceitos de Bourdieu) desses agentes respectivamente, como também, mostrar como eles usam esses poderes para um melhor posicionamento no campo socioambiental. Sendo assim, desenvolvi a pesquisa durante a

última semana do mês de julho de 2016, entre os dias 25 à 29 deste respectivo ano, quando foi constatado que estes são profissionais liberais de diversas áreas: Administradores, Engenheiros civis, Agentes comunitários, aposentados, artesãos, autônomos professores, biólogos, advogados, jornalistas tem uma renda mensal como mostrada no gráfico abaixo.



**GRÁFICO 2-** REFERENTE A RENDA DOS VERANISTAS RESIDENTES DA VILA DE ALGODOAL - PA/ PESQUISA DESENVOLVIDA ENTRE OS DIAS 25 À 29 DE JULHO DE 2016.  
Fonte: Roberto Lisboa, 2017

Como podemos constatar a faixa salarial destes atores é bem superior aos moradores locais (nativos). Considerando estes residentes temporários, temos aqueles de nível D, com salário entre R\$ 1.500,00 e 3.000,00, equivalentes à 17% da amostragem, e os de nível C como salários entre R\$ 3.000,00 até 5.000,00 também correspondente a 33% da amostragem. Numa demonstração parecida, porém em relação a salários superiores, estão os residentes temporários de nível B que recebem salários na faixa entre R\$ 5.000,00 e R\$ 8.000,00 relativos à 33% do total, e finalmente aqueles que ocupam o topo da amostra, os residentes de salários de nível A, que possuem acima de R\$ 10.000,00 relativos à 17% do total.

### 3. 5 - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DA VILA DE ALGODOAL

A representação é o meio pelo qual os indivíduos representam objetos do seu mundo, buscando compreender a relação das construções simbólicas com a realidade social. A Vila de Algodual é um lugar de grupos distintos, como já mostrado nesse capítulo, um campo de relações sociais entre diferentes atores sociais de procedências distintas, assim como, cultura e conhecimento. E assim, estes se relacionam e constroem um espaço de inter-relacionamento simbólico.

Na intenção de perceber esse espaço social se faz mister compreender essas distintas visões de mundo. Este espaço é um lugar de união entre grupos aí existentes, assim como, de diferenciações e antagonismos entre eles. Os moradores da Vila de Algodual constroem sua visão de mundo a partir da posição que ocupam nesse espaço, e assim, seus pontos de vista são tomados a partir de um lugar nesse espaço,

As representações permitem que se criem redes sociais de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, as representações servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam (FERRARI, Cibeli; GUEDES, Sandra, 2012, p.7).

Então, entender as representações sociais (por meio da percepção destes, que é de acordo com o lugar que estão situados no campo) da realidade objetiva que os moradores da vila fazem de suas relações grupais, das instituições existentes e grupos, é uma forma relevante de compreender as relações no campo socioambiental e suas disputas pelo poder. É compreender como essas maneiras de ver o mundo desses dessemelhantes agentes, os quais a partir do uso das diferentes formas de poder (capital) e distintos interesses, interferem nas decisões do CG, afetando as suas vidas e a realidade social deste lugar, pois, conforme Bourdieu,

As representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu habitus como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social (BOURDIEU, 2004, p.158).

### *A representação social dos veranistas*

Para os veranistas, a Vila de Algodual corresponde ao lugar onde situa-se a sua segunda casa, porém, uma moradia temporária, específica, construída ou adquirida para aproveitar o tempo ocioso, o lazer e o descanso. É um lugar onde esses atores sociais convidam, parentes e amigos, para as férias, ou fins de semana, com o propósito de diversão e entretenimento.

Este momento também se torna uma ocasião de ostentação por parte do proprietário em exibir a aquisição de um bem em um local valorizado turisticamente durante os períodos de férias escolares e outros feriados prolongados.

Na visão destes atores a APA é um projeto necessário para a proteção da natureza, pois, muitos deles tem noção do que é uma unidade de conservação, na pesquisa de campo foi possível identificar esses atores como: Engenheiros ambientais, Biólogos, Engenheiros Florestais e outras profissões que mesmo sem estar relacionadas com a compreensão da temática ambiental, entendem ser a proposta positiva das unidades, e este projeto socioambiental levará à conservação do lugar, engrandecendo e dando visibilidade para o turismo e atração de investimentos semelhantes, e conseqüentemente valorizando seus imóveis.

Como mostrado no primeiro capítulo, os primeiros frequentadores da vila eram pessoas de espírito aventureiro, com disposição de conhecer lugares novos ainda não explorados e não modificados em função do contato de pessoas externas a essas localidades. Aliado a isso, a dificuldade de acesso na época ( o acesso era somente feito por barco a vela) exigia uma atitude desafiadora dos frequentadores

Para os turistas, a Vila e seu entorno representa um lugar aprazível, cercado de belas paisagens e recursos naturais a serem desfrutados. O lugar, para estes, é sinônimo de paz e de uma relação mais “igual”, pois diferentemente dos outros destinos turísticos do litoral paraense, a circulação de carros não é permitida e todos são obrigados a andar a pé. Essa imposição contribui para que não haja muita poluição sonora, risco de atropelamento e tanta ostentação de pessoas as quais desfilam em seus carros de luxo e caros pela praia, situação esta, muito comum em outros balneários do litoral do Estado do Pará.

Mesmo algumas pessoas mais abonadas as quais fazem o uso da carroça frequentemente, não existe atribuição de opulência quanto ao uso desse meio de transporte e o deslocamento imposto pelas caminhadas cria um clima de união, descontração e de certa aproximação entre os turistas.

### *Dos Turistas*

Nas relações sociais dos turistas com os moradores nativos, estes, representam aquelas pessoas que possuem um profundo conhecimento do lugar, que podem orientá-los quanto a hospedagens, restaurantes e diversão, levá-los com segurança nos atrativos naturais de difícil acesso e paisagens contempladoras.

Para os turistas a Área de Proteção ambiental significa um lugar de preservação, que deve ser protegido, onde deve ser evitado o despejo de qualquer objeto no local que estes estiverem portando como: garrafas e sacos plásticos, papel, lata e outros.

Conforme alguns turistas entrevistados, estes percebem certa preservação a qual no passado não havia, e de um certo tempo até os dias de hoje é possível perceber por conta do recolhimento do lixo, e pelo transporte ser a cavalo, ou seja, não haver nenhuma espécie de veículo automotor: *“percebi que está sendo preservado pelo meio de transporte ser de animal”* (VIVIANA SERAFIM/SP, Administradora de uma agência do Banco Itaú/ São Paulo), *“de um certo tempo para cá sim, de uns cinco anos atrás notei essa diferença”* (LUIS WANDERLEY, Marceneiro-Belém-Pa) . Outros turistas acham que deve haver conscientização ambiental, mormente dos moradores locais *“tem que ser consciente, primeiramente daqui”* (ZUREMA AZEVEDO, Turista de Belém).

#### *Para os nativos que trabalham para os turistas*

Na visão desses atores os turistas são aquelas pessoas de boa aparência e de conhecimento elevado, que possui também recursos financeiros para estar no destino turístico aproveitando seu tempo de lazer.

A relação como essas pessoas é em parte comercial, ou seja, o turista significa dinheiro, então a receptividade muitas das vezes é artificializada, e por de trás dessa relação subjaz o desejo em faturar oferecendo vários tipos de serviços e atrativos para serem visitados, pois a estada do visitante é curta e quanto mais é oferecido maior é a chance de conseguir mais dinheiro. No entanto, muitas das vezes verdadeiras amizades acontecem entre estes atores e muitos favores são trocados como: quando o nativo precisa vir a Belém resolver algum problema econômico, pessoal ou de saúde, este, fica hospedado na casa do turista.

#### *Os migrantes*

Para os migrantes a Vila de Algodão representa um lugar valorizado turisticamente, e promissor para investir no ramo hoteleiro, restaurantes ou casas noturnas. Para estes, a atividade do turismo foi boa para a vila e seus moradores nativos porque *“o processo do turismo realmente modificou a vila, todos participam da cadeia produtiva, os nativos passaram a fazer de suas casas pousadas e começaram a vender seus serviços”* (Sr. Luis Proprietário da Pousada Chalé do Atlântico – 2016).



Para estes moradores, o objetivo maior com o local é o de conseguir dinheiro por meio de lucros com a atividade turística, este ator social entende ser necessário a preservação do meio ambiente, e por causa disso, apoia a gerência da APA, entretanto, percebe que há muita promessa e pouco se cumpre em relação a estas.

Significativa parcela dos migrantes pertencentes a cadeia produtiva do turismo participa nas reuniões do conselho gestor, pois, com o capital cultural que possuem conseguem entender mais rapidamente o diálogo com os técnicos da Gestão da APA, e dos técnicos conselheiros de entidades de fora da vila, como: do Museu Paraense Emilio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Superintendência do Patrimônio da União e outras entidades. Isto significa uma vantagem no momento de se oportunizar de algum benefício. Suas relações com os moradores nativos são equilibradas, alguns possuem uma relação de solidariedade e ajuda.

#### *A representação dos nativos*

A Vila de Algodal para o morador nativo representa seu primeiro contato com o mundo, lugar de natureza exuberante onde nasceram e cresceram. A relação destes com o meio natural sempre foi intensa e imanente, pois, deste meio tiraram os recursos necessário para a sua reprodução social. As práticas como a pesca, a construção de curral, de redes, técnicas de pescaria, construção das embarcações e a colheita de ervas medicinais, são todas voltadas para a perpetuação da vida desses moradores, assim como, sua cultura, hábitos e atividades voltadas para a relação com o mar.

Nessa localidade, seus antepassados viveram e sempre mantiveram um relação simbólica com o lugar através da reprodução de histórias relacionadas a este universo natural, o qual, alimentou o imaginário desses moradores maridos, esposa, filhos, netos e bisnetos desta vila de pescadores. As gerações de pessoas que ai viveram criou um sentimento de pertencimento e identidade como o local, e da mesma forma esse processo também aconteceu em outras comunidades halieûticas como: Ajuruteua (Bragança), Praia do pesqueiro (Marajó), Marudá (Marapanim) e outras existentes no Litoral paraense.

Para o morador nativo o migrante que se estabeleceu na vila representa aquela pessoa que veio para usufruir do espaço economicamente, visando lucro com a atividade do turismo, e nessa intenção comprou lotes de terra, construiu hotéis pousadas, restaurantes e outros comércios nos terrenos que pertenceram aos seus antepassados, avós e bisavós que em consequência do turismo acabaram sendo vendidos, e nesse local hoje em dia foi construído

um hotel ou casa suntuosa. Na fala de alguns desses moradores ficam as palavras com certo tom de saudade e orgulho “*Olha!! Onde tá construído esse hotel, era tudo do meu avô*”.

A APA para eles significa um lugar controlado pelo Estado, o qual passou a impor diversas normas em toda Ilha de Maiandeuá. Representa para os nativos uma invasão e desrespeito com esses antigos moradores.

As imposições e regras executadas pela administração da APA são recebidas com certo ressentimento por estes moradores, porque estes precisam explorar os recursos naturais para viver e acabam sendo repreendidos e proibidos quanto ao uso dos mesmos.

Para eles a APA é uma invasão dos seus direitos, cultura, hábitos e práticas voltadas para a relação com o meio ambiente, assim como, seu território, que como propalado por um pescador, o qual falou que se algum dia alguém (Estado) viesse a se instalar na ilha passaria a comandar o lugar, “*A Ilha não é da União, a ilha é nossa, um dia que alguém vier para cá se instalar vocês vão comer na mão deles*” (Sr. Paulo, 2016).

Os moradores nativos reclamam também, quanto a proibição da retirada de caranguejo do mangue na época do Suatá<sup>19</sup>. Eles declaram também estarem desacreditados em relação à APA: “*Esse papo que vai melhorar é mentira que a APA ia mudar, é mais papo queria ser letrado para mudar.... Se fosse iria ajudar Algodóal*” (MANOEL LÁZARO TEIXEIRA – Morador local - 2016).



---

<sup>19</sup> Período de reprodução do caranguejo que ocorre entre os meses de janeiro a abril, quando a fêmea da espécie se prepara para a desova, ficando fácil de captura-lo, ficando vulnerável a ação do homem.

**FIGURA 18- Trabalho do tirador de carangueijo no mangue**

Foto: Oswaldo Forte, 2015

Para os nativos também é perceptível a desproporção na aplicação de penas e restrições. Os moradores migrantes por possuírem um maior capital econômico, social, conseguem ser temidos pelos fiscais da APA na hora das autuações, pois estes, sabem que aqueles vão brigar na justiça e conseguir reverter a infração aplicada.

Porque os migrantes com um certo poder financeiro, contratam um advogado para se encarregar do litígio judicial, e também, através da rede de suas redes relacionamentos conhecendo um juiz, ou alguém detentor de capital simbólico significativo é provável que consigam anular qualquer ato administrativo imposto pelos fiscais da APA, além de que, dependendo do imbróglio, o problema pode até mesmo trazer complicações para os fiscais diante dos seus superiores nos órgãos onde trabalham.

Para o nativo, o CG é um lugar onde o vocabulário técnico utilizado pelos técnicos de diversos órgãos governamentais como SPU, UFPA é de difícil compreensão tornando o CG em um espaço enfadonho e chato, sendo uma das causas de desistência de participação neste espaço de decisões.

Por outro lado, os migrantes que possuem um maior capital cultural conseguem entender melhor as palavras utilizadas pelos técnicos, e assim, se posicionam sempre em vantagem, compreendendo mais rapidamente uma explicação do técnico, o que pode beneficiar numa situação de precaução para não sofrer consequências de alguma penalidade, ou em uma vantagem em relação a algum benefício que pode acontecer como também em outras situações.

Este fato acaba intimidando os que mais precisam estar atentos as decisões, porque serão os mais afetados pelos resultados destas ações por tais decisões e mudanças quanto ao uso dos recursos. O CG para o nativo não é um lugar de igualdade, para eles é um lugar de interesses, onde “ No Conselho Gestor não há união, na hora de resolver os problemas cada um puxa *cada um puxa a sardinha para o seu lado*”, onde se visa vantagem, um lugar de desigualdade e relações de poder, onde se fala muito e nada acontece ‘*É só enrolação*’ “ *Só papo*”.

**3. 6 - A LUTA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA EM BUSCA DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS AMBIENTAIS, E A CONSEQUENTE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA APA**

Na APA de Algodual Maiandeuá atualmente, existem várias organizações não governamentais que representam diversos segmentos da Vila de Algodual, no entanto, serão evidenciadas as ONGs que trabalharam com a temática ambiental, pois, ao longo dos anos, estas vêm desenvolvendo atuações relevantes para a melhoria da qualidade de vida desta comunidade.

Na década de 1980, o Grupo GEIMA foi responsável pela idealização desta unidade de conservação, o qual também se empenhou e lutou para que ela fosse criada. Mesmo atuando em um contexto de poucos conflitos ambientais, já agia como uma entidade a qual denunciava crimes contra a natureza.

Mais adiante, no início da década de 1990, surgiu a ACEDESPIM, que tinha a questão ambiental como o eixo central dos seus objetivos, e por último, o surgimento da Associação Pró-Ilha de Algodual Maiandeuá – Ong Suatá, criada por turistas e veranistas, a qual atuou de forma significativa para a consolidação da APA.

A Ong Suatá por meio de sua diretoria, no intuito de resolver um sério problema decorrente da atividade turística (a concentração de resíduos sólidos, que causava sérios prejuízos para a população local, o mercado turístico e turistas), aproveitou a situação para incluir mais dois empecilhos que afetavam a população e o turismo na vila: a implantação da APA (que envolvia a criação do Conselho Gestor e a conclusão do Plano de Manejo<sup>20</sup>) e a regularização fundiária.

A regularização fundiária é um pleito recorrente de comerciantes e proprietários de hotéis e pousadas, pois estes, na intenção de obter financiamento bancário, se veem impedidos de consegui-lo, porque não possuem documentação legal da posse de seus imóveis (pois estes imóveis estão situados em terras da união), o que permitiria utilizá-los como garantia do empréstimo do banco.

Diante destes problemas a ONG Suatá, por meio de seu presidente, o advogado Marcelo Costa, entrou com três ações civis públicas contra três órgãos públicos: A Prefeitura Municipal de Maracanã (responsável pela coleta de lixo), A SECTAM, incumbida pela implantação da APA, e a GRPU.

O resultado das ações foram duas ações vencidas: uma contra o Governo do Estado e outra contra a Prefeitura Municipal, porém, contra o órgão do governo federal, a GRPU com o propósito de resolver o problema de questão fundiária), sofreu uma derrota.

---

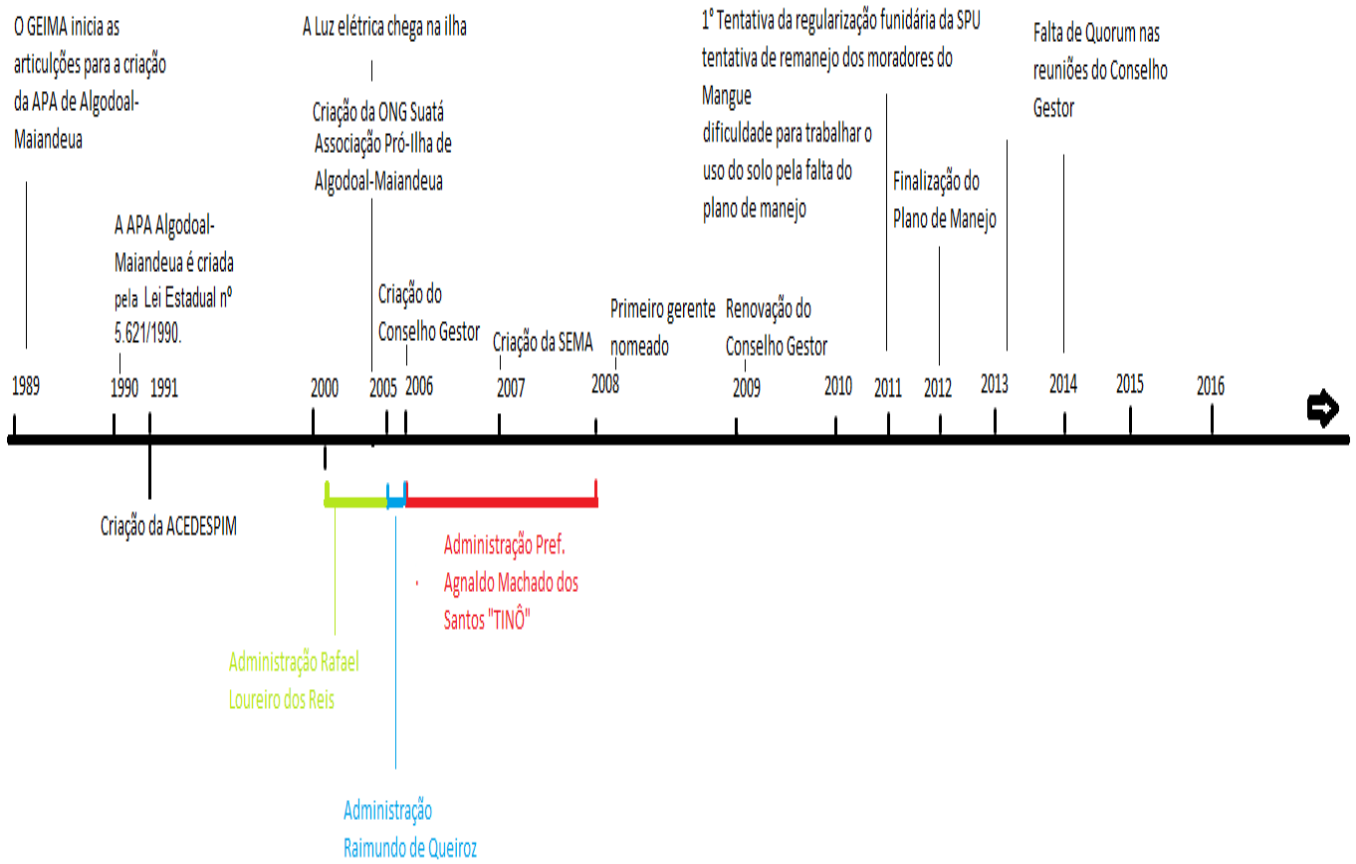
<sup>20</sup> O Sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu art.º2, XVII, define plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Mesmo com a derrota na esfera federal, as questões quanto a conclusão do plano de manejo e a criação do conselho gestor foram alcançadas, assim como, a garantia pela Prefeitura de Maracanã em recolher o lixo para sede do município.

Isso mostra que as reivindicações da ONG foram capazes de engendrar uma lógica de necessidades ou demandas, as quais o Estado e o município foram obrigados a atender.

Nesse espaço de tempo, vários conflitos aconteceram, e para elucidar o entendimento foi construída essa linha do tempo, representada na Figura 19. Nesta figura, as cores verde, azul e vermelho foram escolhidas para destacar as diferentes administrações, sendo que a cor vermelha simboliza o agravamento dos conflitos entre o prefeito Agnaldo Machado (Tinô), além da Prefeitura de Maracanã, foram envolvidos no embate com a ONG Suatá: O Governo do Estado do Pará (SECTAM E SEMA) e Governo Federal (Secretaria do Patrimônio da União -SPU).

Para melhor compreendermos os fatos ocorridos em questão, assim como, as relações que ocorreram durante esses referidos anos demarcados na linha de tempo, é importante ressaltar que a ONG SUATÁ se torna um mecanismo de reivindicação de denúncia e luta por parte da sociedade civil organizada mostrando como essas entidades da Vila de Algodal, serviram como exemplo para o surgimento de outras ONGs, as quais lutaram pela causa ambiental e pelos direitos da comunidade ali existente.



**FIGURA 19**– Linha do Tempo

Elaborado por Roberto Lisboa,

### *O que é uma ONG?*

A sigla ONG significa Organização não-governamental. Estas são organizações sem fins lucrativos, geralmente criadas por pessoas que trabalham de forma voluntária na defesa de uma causa, como a proteção do meio ambiente, erradicação do trabalho infantil, defesa de mulheres escarpeladas entre muitas outras causas.

Em 1950 a Organização das Nações Unidas (ONU), utilizou esta expressão para fazer referências às organizações civis que não possuíam nenhum vínculo com o governo. A partir dos anos 1960 e 1970, a preocupação com o meio ambiente ganhou proporções mundiais e aliado a essa causa surgiram várias organizações não governamentais.

No Brasil, nos anos 1970 surgiram diversas ONGs. No ano de 1992, durante a realização da Rio-92, cerca de 9 mil organizações não governamentais e governantes de 108 países se reuniram no Rio de Janeiro para debater sobre os caminhos futuros do planeta e assim influenciando de maneira significativa na história das ONGs do país.

As ONGs se fundamentam geralmente pelos ideais de seus participantes. Na condição de uma entidade sem fins lucrativos, seu caráter é político e seus objetivos devem estar direcionados e comprometidos por causas em prol da sociedade.

As ONGs fazem parte do chamado terceiro setor quando comparadas ao Estado (primeiro setor) e do chamado segundo setor, a iniciativa privada. Seu poder de ação é limitado porque não podem substituir o Estado por não terem recursos financeiros próprios e nem autoridade política.

É concernente a essa entidade protestar, mobilizar a sociedade, elaborar e apresentar propostas, aliar-se ao governo na execução de um projeto e pressionar o governo, “*mas ainda assim seria do Estado a responsabilidade de colocar a mão na massa*” (GWERCMAN, 2016).

É parte integrante deste campo socioambiental a reestruturação do poder das ONGs na Vila de Algodual. Desde a primeira ONG criada, o Grupo GEIMA, responsável pela criação da APA, e mesmo atuando em um contexto de poucos conflitos ambientais, já agia como uma entidade denunciante de crimes ambientais.

A outra ONG criada nesse campo, foi a ACEDESPIM, que tinha a questão ambiental como o eixo central dos seus objetivos, e por último a criação da Associação Pró-Ilha de Algodual Maiandeuá (ONG SUATÁ), criada por atores sociais, turistas e veranistas, que protagonizaram a formação de uma resistência por meio desses atores sociais, os quais se

uniram com o intuito de resolver problemas de ordem ambiental ocorridos na vila e na sua área de entorno.

O embate ocorrido no ano de 2007, por esta entidade, tinha como o objetivo, lutar por três questões importantes: o aumento do acúmulo de lixo e a sua destinação final, a implantação da APA criação do Conselho Gestor e a conclusão do Plano de Manejo<sup>21</sup>), e a regularização fundiária. Esta última era e ainda é um pleito de comerciantes e proprietários de hotéis e pousadas, uma vez que é estes, na intenção de obter financiamento bancário, não podem disponibilizar seus bens como garantia porque seus imóveis estão situados em terras consideradas bens da união.

Para a compreensão dessas demandas, entrevistamos os líderes e membros da ONG SUATÁ, ex-Presidentes do Conselho Gestor da APA Algodual-Maiandeuá e alguns moradores. Também foram utilizados levantamentos documentais em matérias de jornais a época do ocorrido.

O resultado das ações foram duas ações vencidas na esfera estadual e municipal e uma derrota na esfera federal no que tangia à regularização fundiária. Mesmo com a derrota, na esfera federal, as questões quanto à conclusão do plano de manejo e a criação do conselho gestor foram alcançadas, assim como, a garantia pela Prefeitura de Maracanã em recolher o lixo para sede do referido município. Isso mostra que as reivindicações da ONG foram capazes de engendrar uma lógica de necessidades ou demandas, as quais o Estado foi obrigado a atender.

### *Histórico das ONGS na Vila de Algodual*

O histórico da atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) na Vila de Algodual remete à década de 1970, como foi comentado no capítulo anterior, o GEIMA era formado por pessoas de Belém, que possuíam escolaridade de nível acadêmico superior e técnico e alguns já atuavam profissionalmente em suas respectivas áreas de conhecimento.

Esse grupo já tinha a noção da corrente conservacionista americana, e dos grandes eventos ambientais que estavam acontecendo no mundo (Tratado de Brundtland e outros),

---

<sup>21</sup> O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seu art.º2, XVII, define plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.



porque um dos integrantes, o Tito, estava desenvolvendo seu trabalho de conclusão de curso em geografia, e em razão disso, se aprofundava nas leituras e pesquisas a respeito do que acontecia no Brasil e no mundo quanto às unidades de conservação, este integrante era a pessoa que orientava o grupo.

Nessa época, em razão do contexto ser bem diferente dos dias atuais, as inquietações desse grupo eram pequenas e proporcionais a essa conjuntura, pois, a quantidade de turistas era menor, e os impactos sociais e ambientais causados pela a atividade do turismo também, ao compararmos com os dias atuais.

Durante os meses de julho, o grupo percebia as mudanças a cada ano que passava, pois, a demanda aumentava e trazia novos comportamentos.

De acordo com uma das remanescentes do grupo GEIMA, a administradora, Marcia Joana Souza Monteiro (hoje integrante da gestão da APA), relatou em entrevista que na década de 1970, os turistas vinham, acampavam e faziam suas refeições em alguns pequenos restaurantes, mas com o passar do tempo, começaram a trazer alimentos, mantimentos e outros utensílios, os quais eram comprados em supermercados em Belém e Marudá. Porém, as embalagens desses produtos eram descartadas pelos turistas, e iam se acumulando e formando amontoados de lixo:

“as pessoas começavam a trazer.. começaram a vir... não só a vir como antes vinham, com barraca, e ficavam ali com suas barracas, almoçavam um peixe assado, ou mesmo iam em algum restauantezinho, que tinha para a venda de refeição, mas começaram a trazer muita coisa né... vir para as casas e trazer muita... muita... mercadoria e consumiam....e.... descartavam o lixo aqui, latas, plásticos e tudo mais, e muita gente, cada ano que passava essa massa crescia de gente, aqui no mês de julho principalmente e ai a gente começou a se preocupar com isso” (MARCIA MONTEIRO, remanescente do Grupo GEIMA , 2016).

Alguns membros do GEIMA que moravam nas proximidades do Lago da Princesa se organizavam e recolhiam o lixo após as férias de julho e a falta da destinação final também era um transtorno. Todas essas questões ficam claras na fala da entrevistada como podemos ver abaixo:

as pessoas não estavam preparadas não tinha essa estrutura, o mês de julho por exemplo, nesse período ai já na década de 90 que o povo tava aqui ainda no mês de julho, ninguém, nenhuma mercearia dessa tinha um ovo se quer para vender, não tinha mais o que comer, eles não estavam preparados para isso... para esse volume de pessoas e a geração de resíduos só aumentava... ficava ai, porque não tinha quem tirasse não tinha coleta de lixo, hoje já tem então agente começou a ficar preocupado porque isso tava chegando a Praia da Princesa e chegando na Rocinha que era onde eu morava na época na Lagoa da Princesa, principalmente a Lagoa da Princesa que tava tomada de lixo, plástico principalmente.. íamos fazer.. juntavam duas ou três pessoas.. o Maneco também morava na Rocinha e a gente juntava, fazia um multirãozinho e juntava todo o lixo catava e não fazia o que fazer com ele, porque a gente tava lá na Rocinha. Ia levar para onde esse lixo.. ficava lá então a única

alternativa era enterrar ou queimar, as duas opções enfim eram vários problemas que começavam a surgir por conta dessa visita em massa” (MARCIA MONTEIRO, remanescente do Grupo GEIMA, 2016).

Nos anos de 1988, 1989 e 1990 (ano que APA tinha sido criada) a demanda continuava a crescer, o fluxo turístico aumentava, e com isso, começaram a surgir os primeiros casos de furtos pontuais praticados por meliantes que vinham de Belém e subtraíam os pertences de turistas em barracas de campings e casas de veraneio, este foi um problema que veio junto com o aumento da demanda de turistas, que com o passar dos anos só aumentava.

Outra percepção do grupo na época foi que a falta de planejamento para o turismo, ocasionou o não suprimento das necessidades dos turistas, o que existia na vila para atender a população não era suficiente, e mesmo com o esforço de alguns comerciantes em se preparar para as férias de julho, tudo era consumido, as mercadorias, o estoque de alimentos dos pequenos hotéis, e também as mercadorias do comércio local, o qual não conseguia dar conta da demanda turística.

Diante de todas essas complicações, o grupo começou a pensar em amenizar todos esses problemas, e se preocupando também com que estes não se agravassem no futuro. Assim, o grupo entrou em contato com um frequentador da vila na época, o engenheiro florestal que trabalhava no IDESP, chamado Crisomar Lobato (entrevistado mencionado no capítulo anterior). Os integrantes do grupo sabiam que Crisomar no momento desempenhava no referido órgão, um trabalho que consistia em fazer uma relação de lugares que precisavam ser protegidos por meio de lei no Estado do Pará.

No entanto, ao dialogarem com o engenheiro, este declarou para o grupo que as preferências para esses lugares seriam para os que, “*não tivessem gente, só planta e bicho né ...arvore, mato e bicho ele falou exatamente assim*” e falou também “*que unidade de conservação não poderia ser aprovada só para preservar belezas cênicas, era só o que tinha aqui belezas cênicas*” (MARCIA MONTEIRO, 2016).

Porém, o grupo relutou afirmando que a ilha de Algodão-Maiandeuá não era somente beleza cênica, pois conheciam a realidade local e os ecossistemas a serem protegidos, sendo assim, prometeram fazer o possível para que a Ilha entrasse como uns dos lugares a serem elencados na lista de possíveis unidades de conservação que o Estado iria criar.

Diante dessa constatação, o referido técnico do IDESP sugeriu que eles se organizassem e buscassem justificativas que comprovassem a necessidade de a Ilha de Algodão-Maiandeuá ser protegida. Daí surgiu a ideia de criar o GEIMA, esta entidade foi criada e legalizada com inscrição estadual, e recebeu uma contribuição de uma pessoa muito

importante no cenário ambiental paraense na época, o ecólogo Camilo Viana<sup>22</sup>, este, fundador da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREM), personalidade muito atuante nas causas ambientais do estado, Camilo compreendeu o apelo pela proteção da Ilha de Algodual-Maiandeuá e decidiu apoiar a luta do grupo.

Faziam parte do grupo as seguintes pessoas: O Tito, Roberto, Henrique (Preps) Rose e Marisa, estes, eram moradores de Belém, a Marcia Monteiro e o Felipe apesar de serem de Belém, haviam optado por morar em Algodual. Assim, na articulação para que a UC fosse criada, aqueles que residiam em Belém, articulavam o trâmite da criação da APA junto aos órgãos competentes, assim como, com as possíveis pessoas as quais poderiam dar apoio técnico e político ao pleito do grupo.

Na Vila de Algodual, eles também reuniam com moradores locais que participavam frequentemente das reuniões, essas pessoas eram: O Damião (já falecido), o Maneco, o Ribamar, o Provoca e o Dereco, porém, não faziam parte do grupo de forma efetiva, mas, segundo a entrevistada Márcia Monteiro, representavam a comunidade por serem lideranças locais, não como presidentes de associações de carroceiros, canoeiros como existe na atualidade, pois na época, não existiam nenhum tipo de entidade formada por esses moradores, entretanto, possuíam prestígio e respeito, um poder simbólico perante a comunidade como citou a entrevistada:

“Eles não faziam parte do grupo efetivamente, mas eles eram representantes da comunidade que nos considerávamos liderança, porque eram realmente pessoas que tinham uma força, que não era essa coisa de tá à frente de carroça, de canoa, mas eram pescadores artesanais, que tinham uma... eles impunham...essa liderança aqui dentro que tu podes chamar de poder, para gente era uma liderança, que a gente percebia que eles eram como se fossem mestres vamos dizer assim” (MARCIA MONTEIRO, 2016).

Nessa luta do grupo para que o Estado criasse a APA, houve a participação de uma pessoa importante do meio político a qual defendeu a causa do GEIMA, o Deputado Estadual, Durbiratan De Almeida Barbosa (Bira Barbosa), ele foi procurado pelos integrantes do grupo,

---

<sup>22</sup> Camillo Martins Vianna, nascido em 14 de abril de 1926, é médico, folclorista e ambientalista, ícone da luta pela Amazônia. Formado pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do estado do Pará, Vianna tem uma história de luta pela biodiversidade desta região e de seu povo, em suas mais de oito décadas de vida. Seu primeiro emprego foi no Museu Paraense Emílio Goeldi e, dentre suas contribuições, está um acervo de artefatos que coletou relativos às populações caboclas. Vianna foi o idealizador das Semanas Amazônicas de Preservação; responsável pelo 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu; criador da Sociedade de Preservação aos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN), em 1968, e coordenador: de saúde, educação e meio ambiente na região do Tapajós; do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária; do Conselho Estadual e Municipal de Saúde e Meio Ambiente; e do Projeto Rondon, propiciando a visita e desenvolvimento de atividades de estudantes com comunidades ribeirinhas, utilizando cordéis para alfabetização e sensibilização destas pessoas, dentre outras estratégias.

e estes, lhe apresentaram os motivos e preocupações para que a Ilha de Algodual se tornasse uma APA, o deputado sensibilizado com a questão resolveu apoiar o grupo, e assim, como pauta de uma sessão da Assembleia Legislativa, onde estavam reunidos, integrantes do GEIMA, da SOPREM, técnicos, moradores da Vila de Algodual e pescadores (que levaram até as suas redes e tarrafas no dia da sessão), conseguiram por meio de manifestação na plenária pressionar os deputados presentes, os quais com unanimidade dos votos, aprovaram a criação da APA Algodual-Maiandeuá pela Lei Estadual Nº 5.621, no dia 27 de Novembro de 1990, e após isso, cumprindo os princípios da publicidade da administração pública, esta lei foi publicada no Diário Oficial do Estado em seis de dezembro de 1990.

Portanto, depois de toda a articulação dos integrantes do GEIMA, a entrevistada Márcia Monteiro, fez questão de salientar que a comunidade local “participou” do processo de criação da unidade de conservação, alegando que a comunidade “representada” pelas pessoas (a maioria formada pelos pescadores artesanais) reconhecidas e respeitadas da Vila de Algodual, sabiam o que estava acontecendo.

Apesar dos moradores da comunidade não terem ficado totalmente desinformados do processo de criação, pois, os moradores locais que conheciam os integrantes do GEIMA, se incumbiam de levar o que estava ocorrendo para todos do lugar. No entanto, houve pouca informação para estes a respeito das origens da questão ambiental, assim como, esclarecimentos sobre os preceitos e denotações políticas que subjazem essa temática, juntamente, com suas possíveis consequências futuras para estes moradores. Esse desconhecimento por parte da população local, pode ser notado na fala do técnico, que hoje em dia trabalha na Ideflor-Bio, o qual foi quem escreveu o projeto de criação da APA, Crisomar Lobato (já mencionado no segundo capítulo), que declarou que a população local, que mesmo sem entender muito bem a respeito da APA, achava que seria bom para eles como comenta Crisomar Lobato,

“A população da Vila de Algodual mesmo sem saber o que era a APA eles... estavam envolvidos, porque “eles” moravam na casa dos pescadores.... O único hotel da vila era o Beira – Mar ali na frente.. muito incipiente e todo pessoal do GEIMA.. eles ficavam na casa dos pescadores... e os pescadores mesmo sem ter conhecimento do que era uma área de proteção ambiental achavam bom, né?” (CRISOMAR LOBATO, Engenheiro Florestal- Ideflor-Bio 2016).

Também, não houve um esclarecimento aprofundado para estes ilhéus que explicasse melhor o significado de uma área de proteção ambiental, por exemplo: O que poderia acontecer depois que esse território fosse administrado pelo Estado. Então se torna duvidosa a participação do morador local nesse processo, pois, Será que ir até a AL, lançar as redes e

tarrafas no chão é participar? Neste sentido, é possível concluir que a participação desse morador foi bem pequena perto do que significava a questão. A autora Helena Doris Quaresma cita em um trecho de seu livro “O Desencanto da Princesa” a seguinte redação: “Os pescadores artesanais que há anos estão presentes nessa área não participaram da criação da APA” (QUARESMA, 2003, p. 234). De fato, não participaram no sentido aprofundado da questão.

A ação do Grupo GEIMA com o propósito de pressionar o Estado a criar a unidade de conservação, mostrou como pessoas de fora da vila as quais detinham o poder (capital cultural) do conhecimento acadêmico-científico, e a capacidade de articular através de uma rede de relações sociais (com técnicos, ambientalistas e políticos), conseguiu atuar com sucesso em uma causa (ambiental).

A Criação desta Unidade de Conservação redesenha o território da Vila de Algodual, pois, fazendo parte desta unidade, estaria sujeita a normas e regras de conservação determinadas pela lei ambiental Estadual desse contexto.

Os reflexos dessa ação seriam duradouros, porque podemos perceber que no histórico da APA de Algodual-Maiandeuca (como mostrado na linha do tempo), esta perpassa por vários períodos de reivindicações por outras Ongs, as quais se apoiaram no decreto de criação desta UC para exigir melhoria para o local, e tais pleitos, culminam como veremos mais adiante, na sua implantação.

Esse grupo foi determinante neste histórico por ter influenciado na criação desta APA, a qual redesenhou o anterior território da ilha em um território ambiental, ou seja, amparado por uma legislação sob a tutela do Estado, que mais adiante causaria uma mudança no cenário político da Vila e de toda a Ilha de Algodual-Maiandeuca.

O Grupo também influenciou o processo de associativismo, o qual cresceu na ilha, pois, vários grupos de pessoas começaram a formar associações de vários segmentos sociais.

Mais adiante após dois anos da criação da APA, surge a ACEDESPIM no ano de 1992, a principal preocupação desta ONG era questão ambiental, seus integrantes trabalhavam como fiscais ambientais e já faziam delações sobre a retirada de pedras e areia da praia, entretanto, esse grupo não queria se limitar somente a fazer queixas “ queriam atuar como intermediadores entre o poder público e a comunidade, dada a grande distância existente entre essas duas esferas” (QUARESMA, 2003, p. 228).

Para este trabalho de conscientização, os integrantes da associação usavam em seus discursos com a população local, as regras ambientais contidas na legislação brasileira,

porém, parte dessa população se posicionava contra estes mandamentos propalados pelos integrantes da ACEDESPIM, considerados por eles como coercitivos:

“No entanto, parte dessa comunidade não vê com bons olhos a atuação da associação como se desprende do fragmento do discurso a seguir ‘esse pessoal que vêm de fora e quer mandar no lugar que não é seu, eles já fizeram muita besteira que o povo não acredita mais neles’” (QUARESMA, 2003, p. 228).

Ou seja, a comunidade local que já estava ali há mais tempo, subitamente, se defrontava com um grupo de pessoas que não eram daquele lugar com um discurso em defesa da natureza, impondo medidas de proteção e manejo dos recursos naturais.

A propagação dos princípios ambientais pela associação já apresentava sinais de controle dos recursos naturais, como se fosse uma pequena amostra do que seria a gestão de unidade de conservação, onde, o caráter de dominação e de apropriação no território ganharia outras proporções, e assim, se estabeleceria outro formato de relações de poder com esses moradores. Porque, em um primeiro momento, o Estado determinou que aquele local seria uma APA, e em um segundo momento, quando se aplicaria uma legislação em relação ao uso dos recursos naturais, impondo regras que restringiriam seu manejo, isto é, ditando o que deve ou não ser feito naquele local.

O que pode ser percebido na ação da ONG, foi desta não ter atentado em um quesito relevante, o respeito ao conhecimento dos saberes locais “ de respeitar-lhes as regras internas, não submetendo-as, necessariamente, a um olhar controlador” (LIMA,1989, p.56) impondo princípios da Educação Ambiental palpada no conhecimento científico moderno, que desconhece e despreza o conhecimento tradicional guardado por gerações por essa população que sempre respeitou os ciclos naturais: da reprodução e migração da fauna, da influência da lua e outros.

#### *A ONG Suatá*

A Associação Pró-Ilha de Algodal Maiandeuá (ONG Suatá), também foi formada por pessoas que não eram da vila. De acordo com a ex-gerente da APA, Adriana Oliveira Maués Ferreira, “ *Existia um senhor Marcelo, que era advogado e ele e mais uns dois amigos fundaram uma ONG que era a ONG Suatá,*” e continuando, “*ao que me consta não tinha um representatividade efetiva de moradores locais... entendeu*”. A entrevistada reitera o fato da ONG ser constituída de poucas pessoas, e estas eram frequentadores da vila que possuíam

capital cultural<sup>23</sup> “Era uma ONG formada por umas cinco ou três pessoas aproximadamente que eram visitantes da ilha e simpatizantes da ilha e por serem assim já bem letrados, entenderem sobre os problemas que estavam ocorrendo lá.. “. Os relatos da ex-gerente da APA podem ser confirmados pelas notícias do Blog Tropposfera, “em 2005, dezenas de visitantes da ilha resolveram se unir para articular soluções para os gravíssimos problemas que a ilha enfrenta: nasceu a Suatá – Associação Pró-Ilha de Algodual/Maiandeuá” ([troppos.wordpress.com/tag/lixo/](http://troppos.wordpress.com/tag/lixo/), 2008)

Como relatado pela ex-gerente da APA, esta ONG surgiu pela união de frequentadores da vila e proprietários de residências de veraneio, os quais indignados com o descaso do poder público, resolveram fundar a entidade. Estes, como relatado pela entrevistada, possuíam conhecimento jurídico que permitiu o enfrentamento da Prefeitura Municipal, Governo do Estado e União, pois o presidente Marcelo entrou com três ações civis públicas contra três órgãos públicos: A Prefeitura Municipal de Maracanã (responsável pela coleta de lixo), A SECTAM, incumbida pela implantação da APA, e a GRPU.

Era esperado por parte da população da vila, que estas ações trouxessem benefícios para os moradores. Principalmente, na ação contra a prefeitura concernente ao recolhimento do lixo, pois, a falta de destinação final e o acúmulo deste afastava a demanda turística e prejudicava vários moradores que vivem do turismo.

O aumento da falta de confiança de veranistas e turistas pela atuação órgãos competentes, os quais deveriam estar cuidando dos problemas dessa comunidade, os levou a procurarem soluções próprias, e assim buscarem uma nova forma de fazer política, por meio das organizações não governamentais. Porque, como observa Beck, “*procuramos o político no lugar errado, nas tribunas erradas e nas páginas erradas dos jornais*” (BECK, 1997, p.30), ou seja, a política foi feita por estes cidadãos organizados que praticaram uma nova concepção política em relação a forma tradicional, criando uma ONG com novas ideias e concepções diferentes das políticas tradicionais abrangendo uma maior participação social. Conforme Beck, esta é uma forma de moldar a sociedade de baixo para cima, as micropolíticas, que enfatizam seus aspectos locais, comunitários, ou seja a experiência localizada, tornando permanente esses movimentos locais “que ampliam enormemente as perspectivas de transformações sociais” (WARREN, 1996, p.07), como nesse caso ocorreu por meio da ONG Suatá.

---

Para Bourdieu, a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família transforma-se em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa.

### *A ação contra a Prefeitura*

A ação civil pública contra a prefeitura de Maracanã, como comentada no início do capítulo, se deu em decorrência do agravamento do não recolhimento dos resíduos sólidos, este, um serviço obrigatório prestado pela Prefeitura Municipal, o qual se agravou na gestão do prefeito Agnaldo Machado dos Santos “Tinô”.

A questão do lixo na Vila de Algodual já despertava preocupação de frequentadores desde a década de 1980, quando, o Grupo GEIMA já fazia denúncias de alguns impactos ambientais e a ACEDESPIM tentava nessa época desenvolver um trabalho de conscientização com campanhas de educação ambiental. Contudo, o imbróglio se intensificava, pois, durante os feriados e férias de julho, a quantidade de resíduos sólidos produzida pelos turistas aumentava concomitantemente e se acumulava nas dunas da Praia da Princesa.

Entre os anos de 2000 e 2005 a Vila de Algodual vivia um cenário de abandono, que chamava a atenção de turistas e veranistas. Problemas como, os banheiros da Praia da Princesa (que eram insuficientes para atender uma quantidade significativa de turistas) e as ruas da vila, as quais ficavam imundas após os feriados, se agravavam consideravelmente.

O lixo estava se acumulando nas dunas e na vila, pelo fato de não haver um tratamento adequado: Na Praia da Princesa, como havia uma carência de banheiros nas barracas de praia, os turistas eram obrigados a fazerem suas necessidades na parte de trás das dunas, e ali também despejavam papéis e outros objetos, assim como, os barraqueiros também usavam o local como depósito de lixo de garrafas e velhos utensílios domésticos.

E na Vila, o chorume proveniente da decomposição da matéria orgânica do lixo, acumulava em alguns locais, contaminava os lençóis freáticos, comprometendo a saúde das pessoas ao ingerirem água contaminada dos poços do local.

Diante da situação, os membros da Suatá por meio do presidente Marcelo Luis, “*por ele ser advogado...*”, o presidente “*deu entrada nessa ação civil pública*” na subseção judiciária de Castanhal, assim, “*A juíza federal Carina Senna, condenou a União Federal, o Estado do Pará e o município de Maracanã por crime ambiental, em ação civil pública interposta pela Associação Pró-Ilha de Algodual/Maiandeuá, com pedido de antecipação de tutela.*” (Portal ORM, 20/04/2009-atualidades). Com essa decisão, a juíza obrigou o município a “*implementar, de imediato, a coleta seletiva e o destino final adequado dos resíduos sólidos e líquidos produzidos na APA de Algodual/Maiandeuá, bem como o cumprimento das medidas necessárias à preservação ou à correção dos inconvenientes e os*



*danos causados pela degradação de qualidade ambiental”* (Portal ORM, 20/04/2009 - atualidades).

A prefeitura deveria corrigir os prejuízos causados pelo uso incorreto dado ao destino final do lixo. Porém, nesse ínterim, o prefeito Agnaldo dos Santos, descumpria a determinação da Juíza não coletando o lixo doméstico da vila, enterrando *“em buracos com cerca de seis metros quadrados de largura por dois metros de fundo, escavados na beira da praia, o que ocasionava sérios risco de contaminação ao ecossistema marinho”*.

Diante disso, a ONG Suatá, solicitou à delegacia geral de policia civil, a abertura de inquérito policial para constatar tal crime ambiental sob a responsabilidade do Prefeito de Maracanã, e do administrador da ilha de Algodual-Maiandeuá, Emilson Carrilho. Crime esse tipificado como crime ambiental, capitulado no artigo 54, da Lei nº 9.605/98 (Lei dos crimes ambientais), juntamente com o pedido de abertura de inquérito na delegacia geral.

Esta entidade da sociedade civil organizada, também fez O pedido de uma liminar em parceria com a União e governo do estado na subsecção de Castanhal à Juíza Cátia Bastos Sena. A decisão da juíza obrigava o prefeito a disponibilizar

Um caminhão, cinco carroças, dez catadores de lixo e 24 camburões metálicos para serem colocados em pontos específicos da APA, com o objetivo de realizar a coleta seletiva de detritos, além de mil sacos plásticos de 60 quilos, para o devido armazenamento do lixo a ser coletado e transportado (O DIÁRIO DO PARÁ).

Essa medida que o prefeito deveria cumprir ficaria sob a coordenação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). Caso o não cumprimento da referida liminar se repetisse, o município e o prefeito teriam que pagar multa diária de R\$ 10.000,00, a ser cobrada de forma solidária.

Além disso, a ONG requereu ao Ministério Público Federal, que o prefeito fosse denunciado por crime de responsabilidade, previsto no Decreto Lei nº 201/1967 que dispõe sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores tipificado no inciso XIV, do artigo 1º, do citado decreto lei que prevê: Pena de 3 meses a 3 anos de detenção, perda do cargo de prefeito e inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de qualquer cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo de reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular (art. 1º, § 2º).

Em razão do não cumprimento da tutela antecipada da ação civil pública movida pela ONG, que determinava um prazo de 30 dias para o recolhimento do lixo, assim como, seu destino final, além de adotar medidas para que particulares não viessem a jogar lixo no local.

Depois dessa incumbência, o prefeito passou a recolher o lixo regularmente em todas as vilas da ilha, colocando um barco a disposição no transporte do lixo para o município de Maracanã, onde é dado o destino final. Atualmente, essa ação de recolhimento do lixo na Ilha é seguida pelas novas gestões que sucederam o prefeito Tinô, ou seja, em decorrência da ação judicial as novas gestões passaram a cumprir com o recolhimento do lixo de forma temerária.

A condenação foi muito importante, uma vitória alcançada por essa disputa de poder entre a sociedade civil organizada e a prefeitura, pois, serviu como exemplo para as outras administrações que sucederam a gestão do prefeito Agnaldo dos Santos.

#### *As ações contra o Estado*

A ação civil pública contra o Estado, dentre as três ações movidas pela ONG Suatá, era a mais importante. Porque forçaria este ente governamental a consolidar e implantar a APA Algodoal-Maindeua.

Isto, era o esperado pelos integrantes da ONG, os quais achavam que a UC traria para os moradores locais, veranistas e turistas a “solução” de todos os transtornos vivenciados por esta população, e para que isso acontecesse, a ação exigia que esta esfera do poder público concluísse o Plano de Manejo da unidade e criasse seu devido Conselho gestor<sup>24</sup>.

Como já observado na ação contra a prefeitura, a juíza Carina Catia Bastos de Senna<sup>25</sup>, na época do ocorrido, lotada da subseção judiciária de Castanhal, também condenou o Estado determinando “*que o Estado crie o conselho gestor da APA de Algodoal/Maiandeuá e dê início à primeira fase do plano de manejo da APA Algodoal/Maiandeuá, a cargo do órgão gestor daquela unidade de conservação, ou seja, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema)*” (PORTAL ORM, 20/04/2009 - atualidades).

O Conselho gestor, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, é “*Um fórum de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas.*

*Ele é constituído formalmente e vinculado à estrutura de gestão da UC*” (ICMBIO, 2014), e o plano de manejo de acordo com a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação o SNUC, é “*O documento técnico*

---

<sup>24</sup> Sucintamente, os conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos”. (GOHN, 2001, p.7).

<sup>25</sup> Mestranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa-Portugal. Pós Graduada em Direito do Estado pela Fundação Faculdade de Direito - UFBA. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Juíza Federal lotada na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belém/PA do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Professora de Direito Constitucional e Prática Jurídica na Faculdade Estácio do Pará.

*mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (SNUC, 2000).*

Como podemos observar, a intenção da ONG em criar desses dois instrumentos, tinha como finalidade colocar em prática as regras que iriam regular o uso da área, assim como, o devido manejo dos recursos naturais, no intuito de resolver os problemas como: as questões ambientais, a situação do lixo, as ocupação irregulares, segurança, saúde e outros.

No entanto, o Estado relutava em não cumprir as exigências impostas pela justiça, justificando e contrapondo-se ao Poder Judiciário, *“alegando falta de recursos orçamentários (reserva do possível), afirmando que não cabe ao Judiciário se imiscuir em questões de governo para legislar positivamente”* (PORTAL ORM, 20/04/2009-atualidades), porém, a magistrada respondeu ressaltando que: *“in casu, o Judiciário não está substituindo o Poder Legislativo. Está sim, cumprindo sua missão constitucional, que é a de fazer valer a lei criada pelo Poder Legislativo, que, através de lei, determinou ao poder Executivo que implementasse uma política pública específica, através da Lei 9.985/2000”* (Portal ORM, 20/04/2009-atualidades). E, prosseguiu explicando que: *“não pode o Poder Executivo ser omissivo quanto a às leis elaboradas pelo Poder Legislativo, sob a desculpa de falta de dotação orçamentária, pois esse é o Poder do Estado que representa a vontade do povo brasileiro. Dessa forma, cabe ao Poder Executivo, enquanto gestor do dinheiro público, utilizar esse dinheiro para satisfazer as necessidades coletivas, expressadas em lei, e não eximir-se de tal responsabilidade, utilizando o orçamento público como desculpa para não implementar políticas públicas estabelecidas em lei”* (PORTAL ORM, 20/04/2009 - atualidades).

Assim, diante das decisões judiciais, no ano de 2006, o resultado da ação contra o Estado acaba cumprindo com um dos objetivos da ONG. “ Em junho de 2006, a então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), através da Portaria nº 291/2006 criou o Conselho Gestor da APA de Algodão-Maiandeuá, com 22 membros (onze entidades governamentais e onze da Sociedade Civil organizada ficando a presidência com um representante da SECTAM” (PLANO DE MANEJO, 2012, p.25). Esse representante era o técnico Paulo Altieri.

Mesmo com as decisões judiciais e as devidas cobranças no cumprimento da condenação, a elaboração do Plano de Manejo não se cumpria e atrapalhava nas decisões tomadas no CG, mas, depois de alguns anos, essa meta da Suatá acaba se realizando, e “ O

*plano de manejo da APA Algodool/Maiandeuá foi concluído somente em agosto de 2012” (BARBOSA e CAMPOS, 2017, p.831).*

Além dessas ações, esta entidade ainda protocolou uma ação contra o Estado no Fórum da Comarca de Maracanã, na tentativa de tentar combater o avanço da criminalidade na APA, o advogado da ONG, *“A organização não-governamental Associação Pró-Ilha de Algodool-Maiandeuá (Suatá) protocolou, no Fórum da Comarca de Maracanã, mais uma ação civil pública, com pedido de tutela antecipada contra o Estado do Pará. Desta vez foi para tentar combater o avanço da criminalidade na Área de Proteção Ambiental (APA) da localidade. Segundo o advogado Marcelo Costa, diretor da ONG Suatá, a única delegacia de polícia da ilha há anos permanece fechada e abandonada, apenas funcionando de forma precária em feriados prolongados, o que, segundo Marcelo, seria um dos principais motivos da falta de segurança. O juiz da comarca de Maracanã, Francisco Roberto Macedo de Souza, já despachou ordenando a intimação do réu”* ([www.oliberal.com.br-21/01/2009](http://www.oliberal.com.br-21/01/2009)).

Desta forma, diante do pleito do presidente da suatá, o juiz da comarca de Maracanã, Francisco Roberto Macedo de Souza, despachou ordenando a intimação do réu (Estado do Pará), para que, em 72 horas, SE manifestaSse sobre o pedido de liminar. Na ação, a ONG requereu a concessão de liminar para que o Estado, dentro do prazo máximo de 150 dias, efetuasse e concluísse a reforma, a adaptação e ampliação do prédio da delegacia de polícia da vila.

As outras exigências eram: o fornecimento de coletes de proteção, rádios, armas, munição, um quadriciclo e um barco a motor e computadores interligados à rede mundial de computadores. Exigiam também a designação e a lotação de no mínimo dois policiais civis e dois militares, que possuísem conhecimentos específicos e qualificação técnica para dar tratamento adequado ao turista, inclusive o turista estrangeiro. Exigiam também e também que estes policiais fossem especializados em crimes ambientais o que garantiria o policiamento em toda a APA. Além disso, o advogado pediu “uma audiência para discussão e apresentação de propostas de política social e de segurança com várias autoridades.

#### *A ação contra a União*

Como vimos na introdução do capítulo, a regularização fundiária era uma questão muito cogitada por comerciantes, proprietários de hotéis e pousadas, pois estes, na intenção de conseguirem financiamento dos bancos (para alavancarem seus respectivos empreendimentos) precisariam dar como garantia seus bens (imóveis), para obterem os recursos financeiros das

instituições bancárias. Desta maneira, não disponibilizando de documentação exigida (Escritura Pública e Registro de Imóveis), estes, ficam impossibilitados de adquirir empréstimos, e isso se dá em razão dos imóveis desses comerciantes e Dos demais localizados na Vila de Algodal, estarem imbricados em terrenos de marinha, terras da união e de uma APA.

Na intenção de tentar resolver este problema a ONG Suatá entrou com uma ação contra a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU-PA). A ação foi destinada à mesma comarca de Castanhal, concomitantemente, com as ações contra a Prefeitura e Governo do Estado.

A juíza federal da Subseção Judiciária de Castanhal, decidiu condenando este órgão, de dar prosseguimento à regularização fundiária dos terrenos de marinha, já iniciado, anteriormente, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), por intermédio de sua Gerência Regional de Patrimônio da União do Estado do Pará (GRPU/PA), e ao mesmo tempo, manter a fiscalização e o monitoramento periódico da APA.

Com essa determinação da juíza, a respectiva gerência foi obrigada a realizar a regularização fundiária em toda a Ilha de Algodal, porém, este órgão governamental recebeu a condenação como um transtorno e uma afronta e não como uma oportunidade do referido órgão de governo de atender aos problemas que os moradores da ilha estavam atravessando.

Sendo assim, os servidores do órgão chegaram À Vila de Algodal propalando que os objetivos da ONG não iam beneficiar os moradores, e em retaliação advertiu as pessoas que possuíam construções nas praias a se retirarem no prazo de 30 dias,

Os agentes públicos querem convencer as comunidades da ilha que o objetivo da Suatá é inviável e não vai fazer bem a elas, por isso, somente tem chegado à ilha os rigores da lei. A GRPU-PA (Gerência Regional do Patrimônio da União no Pará), obrigada a fazer a regularização fundiária na ilha, intimou proprietários de construções nas praias dando-lhes trinta dias para o despejo e informando-lhes que a culpada pelo despejo é a ONG Suatá (HIROSHI BOGÉA, 2008).

A GRPU retaliou a ONG, ao invés de corrigir aquilo que era dever do órgão e direito das comunidades da ilha, foi visto pelos agentes públicos como uma provocação, que foi respondida energeticamente com os rigores da lei. A atitude da GRPU estava desrespeitando não somente aos moradores como também O Conselho Gestor da Unidade, pois “o Ministério do Planejamento, ao qual a GRPU é subordinada, diz que os interesses coletivos devem ser privilegiados nas ações da GRPU, mas este órgão sequer se dá ao trabalho de conhecê-lo” (HIROSHI BOGÉA, 2008).

*O sentido sociológico do conflito contra as esferas de poder*

Neste subcapítulo, podemos notar como pessoas de fora da vila, conseguem utilizar o capital cultural e o capital social na intenção de resolver problemas os quais estavam sendo prejudiciais para os moradores da Vila de Algodal.

Para isso, alguns membros da Ong Suatá, advogados, dotados de saber jurídico, utilizaram mecanismos judiciais no sentido de dirimir as contrariedades de moradores, turistas e veranistas. E assim, entram em uma disputa de poder contra os órgãos do Município, Estado e União, conseguindo vitórias significativas neste campo socioambiental.

No entanto, essas vitórias conquistadas pela ONG, geraram conflitos com os três entes governamentais. De acordo com George Simmel, o conflito, que não pode ser exercido por uma pessoa apenas, também deve ser considerado como uma sociação<sup>26</sup>, ou seja, depende de uma outra parte para divergir, não pode existir conflito sem partes que sejam contrárias. De acordo com Simmel, o conflito, nasce do ódio, inveja, necessidade, desejo, e tem estes itens como fatores que ao invés de associar, desassociam.

A necessidade foi um dos itens do conflito. A ONG Suatá, enfrentando as três esferas governamentais, na tentativa de atenuar problemas enfrentados por toda a população da Vila de Algodal. Tais contrariedades estavam causando prejuízos a todos, daí a necessidade do enfrentamento e o uso de toda destreza nos tramites jurídicos, os quais levaram um período longo de resolução, mas, no entanto, resolveram acirramentos e contrariedades que tanto incomodavam a comunidade local.

O apelo dos moradores pela solução dos problemas era extremo e a interposição das ações a favor da comunidade era evidente, no entanto, durante o conflito, foi notória a não aceitação e rejeição das respectivas esferas governamentais (Estado, SPU e Prefeitura Municipal), que relutaram judicialmente e corroboraram seus posicionamentos de morosidade, não aceitando atender tais solicitações da população.

Porém, depois de perderem judicialmente, o Governo do Estado partiu para providenciar os elementos que faltavam para a implantação da APA, mas a prefeitura de Maracanã foi enfática ao rechaçar a imposição da justiça, protagonizando o clímax do conflito, por meio da desobediência do prefeito por dispor de poder acima de qualquer

---

<sup>26</sup> A sociação é a forma pela qual os indivíduos formam uma unidade para satisfazerem seus interesses sendo, sendo forma e conteúdo, na experiência concreta, elementos inseparáveis

movimento por parte da sociedade, e em acreditar também em possuir “inimigos” na Vila de Algodoal.

Estes considerados “inimigos”, reivindicavam e cobravam trabalho por parte do gestor municipal, o qual insistia em desobedecer a determinação mandatória da Juíza federal, mas depois de forma compulsória, acatou as determinações da liminar expedida, que teve a parceria da União e do governo do estado contra a prefeitura. Esse fato mostra como esses atores (Estado e União), que até um determinado momento do conflito se opunham à ONG, agora se uniam em oposição a Prefeitura de Maracaná.

O conflito ocorrido na Vila de Algodoal, exemplifica a resolução de dualismos divergentes pois estes antagonismos de fato não aniquilaram totalmente seus adversários. E, com essas ações, os órgãos governamentais tiveram que atender o que foi estabelecido pela justiça e atualmente o lixo é regularmente coletado, sendo transportado para Maracaná e o Estado obrigatoriamente atendeu as reivindicações da ONG criando o Conselho Gestor e concluindo o Plano de Manejo.

A partir daí a unidade passa a operar sob uma administração conjunta com atores sociais de diversos segmentos da Vila de Algodoal, os quais adquiriram poder de decisão por meio do voto nas reuniões ordinárias e extraordinárias do CG. Esse se torna um espaço público de decisão do campo socioambiental da APA, o qual passa a redesenhar um novo território hierárquico de relações de poder, entre diversos agentes das esferas governamentais, do mercado, da sociedade civil organizada e da população da Vila de Algodoal.

As entidades representantes dos poderes governamentais se imbricam sobre o território e uso dos recursos como a SPU, órgão federal responsável pelas terras da União, a Ideflor-Bio, órgão Estadual representada pela Área de Proteção Ambiental encarregada pela proteção recursos naturais do território e a Prefeitura de Maracaná que é a responsável pela tributação do território.

#### **CAPÍTULO 4 - O ESPAÇO PÚBLICO DE DECISÃO DO CAMPO SÓCIO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DO CONSELHO GESTOR DA APA DE ALGODOAL-MAINDEUA**

Neste capítulo será analisado como o Conselho Gestor da APA Algodoal-Maiandeuá é utilizado entre os agentes: O Estado, Mercado e moradores locais, lutando de forma desigual, por melhores condições e qualidade de vida.

Nesse espaço público, os agentes dominantes do campo socioambiental, na intenção de manterem as suas posições, usam a seu favor os tipos de capitais de maior importância no jogo, e assim, garantem suas posições privilegiadas.

Por outro lado, os agentes dominados, os quais são mais dependentes dos recursos naturais para se reproduzir socialmente, são também mais carentes de serviços e infraestrutura básica para viver. Dessa maneira, estes últimos se subvertem rejeitando o projeto socioambiental por meio da não participação e do poder de voto nas audiências públicas e na participação popular no Conselho Gestor.

### *Os espaços públicos no contexto brasileiro*

Nas últimas décadas no Brasil, em decorrência do processo de redemocratização, a participação popular surge como uma questão essencial, influenciando na concepção da Constituição de 1988. O seu texto é determinante quanto à necessidade da participação do povo nas gestões de políticas públicas, principalmente por meio de Conselhos Gestores.

No entanto, antes do surgimento do CG da APA de Algodão-Maiandeuá, as primeiras experiências desse tipo de gestão no país aconteceram nos municípios de Lages em Santa Catarina e Boa Esperança no Espírito Santo na década de 1970 ainda no regime militar (SILVA, 1982, p.52).

Nos dois casos, o poder público considerou a inclusão da população para juntos criarem alternativas com a intenção de superarem momentos de adversidades econômicas, pobreza e dependência dos governos estadual e federal.

No final da década de 1980, com criação da nova Constituição, outras experiências arrojadas acontecem como a gestão pública de grandes cidades como Porto Alegre - RS e São Paulo - SP, assim como outras experimentações pelo país (NOVAES; SANTOS, 2014, p.1)

Nesse momento foram oportunizados espaços de participação e diálogos entre Estado e sociedade, dando abertura para o surgimento de Conselhos gestores de políticas públicas de diferentes temáticas como educação, saúde, assistência social, criança, adolescente e outras declaradas no texto constitucional.

No final da década dos anos 1980 até metade dos anos 1990 a constituição de conselhos alcançava seu apogeu, pois, ao serem fundamentados pela carta constitucional, a qual, obrigava a criação destes nos Estados e municípios, eles funcionavam como espaços de participação da sociedade na reivindicação de direitos e avanços nas condições de vida das populações locais.



Os Conselhos podem ser de caráter consultivo e deliberativo, estando relacionado ao motivo de sua criação e finalidade, são verdadeiros instrumentos de reivindicações pelos movimentos sociais e participação ativa dos cidadãos.

A Carta Magna de 1988, influenciada pelo surgimento das políticas do meio ambiente em vários países como visto no capítulo anterior, as quais dão origem a criação de unidades de conservação, também abre espaços a participação e atuação da população residente nesses locais no que tange à preservação e defesa do meio ambiente, impondo a coletividade o dever de defendê-lo, *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”* (Art. 225, CF, 1988).

#### 4.1 - A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA DE ALGODOAL MAIANDEUA

*“A APA de Algodoal-Maiandeuá, portanto, possui um Conselho Gestor deliberativo criado em 2006 pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) através da Portaria nº 291/2006, presidido pelo gerente da unidade, com 22 membros (11 entidades governamentais e 11 não-governamentais), ficando a presidência com um representante da SECTAM”* (PLANO DE MANEJO, 2012, p.24), conforme o Decreto nº 4.340/2002; com membros de órgãos públicos e sociedade civil de modo paritário, segundo Art. 321 da Constituição do Estado do Pará.

Esse fórum de gestão participativa se mantém com objetivos congruentes com a UC, buscando o desenvolvimento das comunidades locais, conservação dos recursos naturais e valorização da diversidade cultural, o CG surge como um espaço social que busca *“envidar esforços para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade”* (PLANO DE MANEJO, 2012, p.222).

Tais segmentos passam ser representados por suas respectivas entidades e seus dirigentes, e nesse espaço público desenvolvem um processo de ação geral, onde lutam por seus interesses comuns, justificando o engajamento por parte desses atores.

O Decreto Federal nº 4.340/2002, que regimenta o SNUC, através de seu Artigo 17, prevê a criação de um Conselho Gestor consultivo ou deliberativo na UC, seus membros devem pertencer a órgãos públicos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como

representantes da Sociedade Civil, como de: associações, comunidades científicas e organizações não governamentais.

De acordo com esse Decreto, compete ao Conselho Gestor: elaborar seu regimento interno, acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da UC; além de buscar a integração da Unidade de Conservação com outras unidades e espaços territoriais, especialmente protegidos, assim como, o seu entorno.

O CG deve também:

- Empenhar-se na compatibilização dos interesses dos vários segmentos sociais envolvidos com a unidade, apreciar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual preparado pelo órgão gestor;
- Autenticar a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em caso de administração compartilhada da UC;
- Acompanhar a gestão da OSCIP e sugerir o cancelamento do termo de parceria, ao ser percebido algo irregular;
- Externar-se sobre obra ou atividade iminentemente causadora de impacto na UC, mosaico ou corredores ecológicos;
- Recomendar diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno.

Além disso, a formação entre membros do Conselho Gestor do Poder Público e Sociedade Civil deve ser paritária, e deve-se realizar renovações bienais desse fórum de gestão participativa, conforme a Constituição do Estado do Pará, no Artigo 321.

Dentre as atribuições do Conselho Gestor da UC, seguindo seu Regimento Interno, no artigo 14, a criação de Câmaras Técnicas surge como instrumento auxiliares, os quais podem ser temporários ou permanentes, seus membros são escolhidos no ato de criação. É proibida a participação de conselheiros nas Câmaras Técnicas, estas, são formadas por técnicos especialistas na área ambiental, direito, educação, saúde, pesquisa, extensão, fomento, segurança, turismo e outros. A importância das Câmaras Técnicas consiste em proporcionar suporte técnico e científico, para a tomada de decisões específicas do Conselho Gestor da APA de Algodão-Maiandeuá.

#### *As primeiras reuniões*

O Conselho Gestor foi criado “*Em junho de 2006, a então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), através da Portaria nº 291/2006 criou o Conselho Gestor da*

*APA de Algodual-Maiandeuá, com 22 membros (11 entidades governamentais e 11 não-governamentais), (PLANO DE MANEJO, 2012, P.24)*” ficando a presidência com um representante da SECTAM. Os moradores imaginavam este espaço público como um lugar o qual haveria possibilidades para a amenização de problemas existentes no local, e também a chegada de benefícios para os moradores porque apesar de ser um órgão ambiental era esperado que uma nova administração, mais próxima, comandada pelo Estado, pudesse ser mais uma ajuda com um órgão auxiliador, o qual iria trazer melhorias para qualidade de vida dessas pessoas.

Em um momento inicial, com a realização das primeiras reuniões e a participação de órgãos importantes, os moradores e conselheiros presentes nas reuniões ficaram motivados com a presença de várias instituições importantes (SPU e SEMA) que estavam agora, bem próximas a eles, e assim, se imbricaram três territórios dos respectivos entes governamentais: Município, Estado e União.

Devido a isto, os anseios tão almeçados por esses moradores surgem em forma de apelo nas reuniões do CG, pois, agora com a APA de fato existindo e funcionando e mesmo sendo a questão ambiental o tema central da UC, este conselho passa a dar espaço para outras temáticas como: saneamento, básico, água, resíduos sólidos, saúde, segurança e educação, o CG, se torna uma vitrine para buscar a ajuda de órgãos diversos com a intenção de resolver demandas outras da comunidade.

Em um segundo momento, muitos agentes também participam das reuniões por interesses e por uma possível obtenção de vantagens, que passou a ser percebido pela população nativa e se tornou muito comentado por parte da população da seguinte forma: *“Nessas reuniões é todo mundo puxando sardinha para o seu lado, ninguém está interessado na coletividade”*.

Outra situação que começou a incomodar os participantes do local, foi a não exequibilidade das decisões nas reuniões em relações aos problemas os quais a comunidade enfrentava, essa situação foi gerando o desestímulo e conseqüentemente a desistência de muitos participantes.

#### **4.1.1 As pautas mais debatidas**

Com a criação do Conselho Gestor, novos princípios começaram a ordenar esse território, que segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é uma unidade que tem por

“objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; constituídas por terras

públicas ou privadas, podendo ser estabelecidas normas e restrições para o uso das propriedades privadas” (SNUC, 2000).

Ou seja, começam a ser estabelecidas regras quanto a ocupação, uso do solo e o uso dos recursos naturais. E para essas normas serem cumpridas cumprimento, o uso da coerção se faz necessário, constringendo alguns moradores que dependem significativamente do usos dos recursos naturais.

#### **4.1.1.1 - Pauta 1**

##### *A retirada dos moradores do mangue*

A habitação de pessoas no mangue é outro agravante ao meio ambiente da Vila de Algodal. Na vila, há uma periferia, isto é, um bairro localizado no Mangue e seus moradores passando por necessidades de moradia começam a avançar para a natureza, retirando madeira do mangue para construir suas habitações, além de lançar no mangue o esgoto de suas casas.

Esta situação é bastante discutida por técnicos da gestão da APA, conselheiros, e comunidade local nas reuniões do CG, pois, o mangue, considerado pelos especialistas um ecossistema de transição entre o mar e a terra, é importante na provisão de alimentos para a vida marinha e terrestre, e elementar na formação da cadeia de alimentos da vida marinha.

O Estado através da Gerência da APA está tentando desalojar os moradores dessas áreas, e como foi analisado em uma reunião ordinária do CG, no dia 18/04/2011, foram elencadas estratégias para essa complicação, e uma delas era a transferência dessas pessoas para o centro da APA, uma região de terra firme. Tal iniciativa, contaria com recursos do Programa “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, que faria o repasse financeiro para a Prefeitura de Maracanã. No entanto, em razão desta estar inadimplente, o recurso não pode ser passado e com isso o projeto encontra-se parado até os dias de hoje.

##### *Manejo dos recursos naturais*

Outro dos principais problemas é a proibição da retirada de caranguejo, turu, mexilhão e sarnambi, pois a SEMA, em razão da baixa população desses mariscos pelos os técnicos dessa entidade, pois, deve ser respeitado o ciclo de reprodução dessas espécies, No entanto, tal situação é uma reivindicação muito questionada por aqueles que fazem dessa atividade seu sustento tanto para o consumo como para a venda.

De acordo com os tiradores de caranguejo, os técnicos dessa instituição não deveriam apenas proibir e sim trazer medidas compensatórias, para aqueles não serem prejudicados nos seus sustentos. Apontam, como exemplo, a Reserva Extrativista de Maracanã situada próxima da APA Algodão-Maiandeuá, onde essa referida unidade paga o seguro defeso aos tiradores e ainda alegam que mesmo com essa medida, existem aqueles que não tiram o caranguejo, não sabem nada sobre a atividade e ainda assim, recebem o benefício do seguro.

Em consequência disso, esses atores acabam às vezes não respeitando o ciclo de reprodução, pois alguns já foram multados e desta forma prejudicados financeiramente, porém, a realidade exposta por esses trabalhadores que sobrevivem de tal atividade, é a de que não há nenhuma medida compensatória, pois se trata de uma relação de poder, de quem manda, e de quem decide, o Estado, responsável pelo projeto socioambiental, o qual até agora, se omite em resolver este imbrógli

#### 4.2 - UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE PODER NA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO DIA 28/04/2016, SOBRE OS TEMAS MAIS CONFLITUOSOS DEBATIDOS NESTA REUNIÃO.

Neste capítulo serão analisadas duas principais pautas ocorridas na reunião ordinária do conselho gestor no dia 28/04/2014: A primeira sobre a regularização fundiária e a segunda sobre os ambulantes. Nessa reunião, poderemos observar os agentes do Mercado e do Estado lutando pela manutenção de suas posições no campo socioambiental.

A seguir será apresentado como os agentes subversores (que mesmo pouco participando das reuniões do CG em razão do descrédito com o projeto socioambiental), se posicionam em outro espaço público (audiências públicas), em oposição a criação de uma nova unidade de conservação de proteção integral, em uma audiência pública realizada no 18 de novembro de 2014.

Nas reuniões poderá ser possível perceber as movimentações e posicionamentos dos agentes, pois, por meio deste espaço público (que será analisado conforme a perspectiva Bourdiesiana) será possível observar que o conselho gestor e sua concepção de gestão, pode ser explicada pelas ênfases apresentadas na teoria de Bourdieu, ou seja, como uma estrutura de relações de poder em um campo específico. Entre os diferentes tipos de capital, ou entre os agentes providos de um dos diferentes tipos de capital, na intenção de dominar o campo de acordo com a posição que ocupam em sua estrutura, ou seja, na distribuição do capital simbólico específico. Neste sentido os agentes usarão estratégias para tomadas de posição que

podem ser de legitimação (manutenção) ou de subversão (oposição), interagindo por meio de permuta, imposições, cooperação e divergências.

No CG os agentes governamentais: Ideflor-bio (Estado), Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e Prefeitura de Marapanim; as Organizações não Governamentais (ONGs) representadas pela ACEDESPIM; o mercado, representado pelas associações representantes da cadeia produtiva do turismo e a população local representada por associações e a população presente que reivindica depois das pautas, no que ocorrer, e por último aqueles agentes que não estão presentes nas reuniões, mas que possuem capital social e capital simbólico, neste caso, os veranistas, que influenciam a distância nos rumos tomados nas reuniões do CG, são *“os atores sociais, “fantasmagóricos” que não estão presentes fisicamente o sítio do conflito, mas que exercem um influência nela a distância (Giddens,1990)”*.

Abaixo, podemos observar na ilustração como explica Bourdieu:

- **As Relações de Poder dos agentes contra o Estado:** a forma como cada agente do conselho recebe a força exercida pelo poder dos agentes governamentais, e ao mesmo tempo, como os agentes do Mercado, Veranistas, Ongs e População Local reagem de volta em uma mão dupla de relações de poder, como representa o desenho na próxima página, pelas setas com as cores respectivas de cada agente envolvido e seus devidos embates.
- **As multifacetadas dos agentes:** Por outro lado, podemos observar que os agentes se misturam entre eles como mostram as linhas coloridas pertencente a cada um, as quais os ligam entre si, porque alguns veranistas fazem parte das ongs, alguns agentes moradores locais fazem parte do mercado turístico, e alguns veranistas também fazem parte do mesmo mercado.
- **As formas de Poder:** também é mostrado por meio da ilustração, que nesse espaço social (CG), cada agente com a quantidade de poderes (tipos de capital) mais relevantes neste cenário socioambiental, ou seja, os tipos de capitais mais necessários para dominar o campo.



**FIGURA 20** . Diagrama Representativo das relações de poder entre os agentes do campo socioambiental da APA Algodual-Maiandeuá

Elaborado por Roberto Lisboa - 2017

Desta forma, nesta reunião vários foram os debates e discussões acaloradas entre os agentes. Estes, de acordo com os grupos que representam, adotam posturas idiossincráticas em relação as suas obrigações e interesses:

- O Estado sempre atuando como mediador e direcionando suas intenções;
- O mercado representado por meio de associações dos trabalhadores que compõem a cadeia produtiva do turismo, pois, uma significativa parcela destes agentes são moradores da Vila de Algodual; e também,

A população, que participa, e atua mais na pauta “o que ocorrer”, mesmo sem direito a voto mas com poder relevante de influenciar na decisão final da votação.

No dia 28 de abril, do ano de 2016, aconteceu a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Algodual – Maiandeuá, no município de Maracanã – Pará. Reuniram-se os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada.

Inicialmente, o encontro tinha como um dos pontos, a pauta a posse do mandato de conselheiro do CG para o Biênio 2016-2017, que iria ser composto por 21 instituições, sendo:

10 pertencentes ao Poder Público, 11 da Sociedade Civil e a presidência sendo exercida pela Ideflor-Bio. Era necessário decidir sobre as entidades que sairiam do CG e as novas, as quais passariam a integrar a gestão.

Após um processo de votação para a entrada dos novos conselheiros, o Conselho Gestor da APA de Algodual-Maiandeuá ficou composto pelos representantes da seguinte forma:

- Pelo poder público Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), a Secretaria do patrimônio da União (SPU), o Instituto de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), A Divisão Especializada de meio Ambiente (DEMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e a Prefeitura de Maracanã.
- Por parte da Sociedade Civil ficaram como representantes: A Associação Comunitária de Desenvolvimento e Preservação da Ilha de Maiandeuá (ACEDESPIM), Cooperativa dos Lancheiros da Ilha de Maiandeuá (CLIMAM), Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF), Associação Comunitária dos Pescadores Artesanais da Ilha de Algodual (ACPAVA), Associação dos Moradores de Camboinha (AMC), Associação dos Canoeiros de Algodual (ACA), Associação das Pousadas e Hotéis de Algodual (APHA), Associação dos Empreendedores de Turismo de Algodual (AETA) e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus.



**FIGURA 21-** Posse dos novos conselheiros do Biênio de 2016/2017 Fonte: IDEFLOR-Bio (abril, 2016)

*A questão fundiária*



Dentre os assuntos que despertam um relevante interesse daqueles que participam das reuniões do Conselho Gestor, está a regularização fundiária. Este tema tem considerável importância por estar relacionado a uma questão econômica, pois, todos os moradores possuidores de imóveis querem por meio de documentação específica garantir a propriedade de suas devidas posses. Assim como, tal documentação também permitirá aos empresários da área do turismo e comerciantes a possibilidade da concessão de empréstimos bancários para a ampliação de seus negócios da seguinte forma: Os donos de pousadas e hotéis objetivam aumentar o número de suas unidades habitacionais e construir também outras acomodações que garantirão a oferta de novos serviços para atender as necessidades do turista. Seguindo essa tendência, os barraqueiros de praia querem melhorar a estrutura de suas barracas; os barqueiros, construir um barco maior e melhor, assim como, diversas outras necessidades de comerciantes e empresários voltados para a expansão de seus negócios.

Essa questão, de acordo com os conselheiros, já está em pauta desde a criação do Conselho Gestor é um assunto recorrente nas reuniões desde a participação do primeiro órgão responsável que fazia parte do conselho, a Gerência do Patrimônio da União (GRPU).

Durante algumas décadas, os moradores e os conselheiros já vinham pleiteando a documentação definitiva de seus imóveis e terrenos, e devido a isso, a GRPU se prontificava a realizar o trabalho de demarcação dos lotes e edificações. No entanto, seus técnicos declaravam que precisariam da ajuda da comunidade local e dos conselheiros. Assim, muitos mutirões foram realizados com parceria de alguns atores da cadeia produtiva do turismo local os quais se prontificaram a cooperar: os donos dos meios de hospedagem cedendo alojamentos para acomodação dos técnicos, os proprietários de restaurantes fornecendo alimentação para esses trabalhadores; os barqueiros realizando a travessia dos técnicos gratuitamente e também a parceria dos carroceiros para o transporte dos técnicos e seus equipamentos. O trabalho foi executado e no entanto, esses moradores até os dias atuais não receberam nenhuma documentação definitiva a qual lhes desse o título de proprietário do imóvel. Consequentemente, ficava mais distante a possibilidade de efetuarem seus empréstimos bancários para alavancar seus empreendimentos.

Sendo assim, analisando a reunião do CG dia 28/04/2016, a matéria em questão (regularização fundiária) toma início com o técnico representante da SPU, o Sr. Mauro Augusto Mendes Rodrigues (chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local), iniciando o seu discurso declarando que também faz parte do conselho da APA do Combu<sup>27</sup> e

---

<sup>27</sup> a ilha do Combu, que em tamanho e espaço territorial é a quarta maior ilha do município estando situada a 1,5 Km ao sul da cidade, ao norte pelas margens do rio Guamá, ao sul circundada pelo furo São Benedito, à leste pelo Furo da Paciência e à Oeste pela Baía do

também levantando vários problemas que ocorrem nesta APA. Declara que a SPU trabalha com a questão específica litorânea da orla, e seguidamente, afirma haver um setor no órgão que também trabalha com a questão fundiária.

Depois, anuncia que estão se propondo a entrar no calendário de reuniões com a APA Algodoal-Maiandeuá, “ *a gente tá se propondo entrar no calendário numa reunião específica conosco, prá gente ver ai que é que tem de regularização fundiária*” (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local-SPU, 2016)”. O técnico explica também que pode ser marcada uma reunião com a SPU para verificar o que já existe em termos de regularização fundiária na ilha, ou se não existe nenhuma, se há a utilização de certificados como o TAUS <sup>28</sup>- Termos de Autorização de Uso Sustentável, porque conforme o técnico, este instrumento pode ser aplicado no caso dos moradores de Algodoal e suas propriedades. Mas adiante, também explica que outros instrumentos de regularização fundiária podem ser utilizados como o aforamento e o uso de permissão em algumas áreas, e com isso, deixar a pessoa legalmente dentro de sua terra e da sua produção como já acontece na APA do Combu, e que o mesmo também pode ser adotado para os moradores da APA de Algodoal.

Da mesma forma o técnico salienta que irão realizar o trabalho na APA Algodoal, porém, justifica a falta de funcionários para realizar esta ação, “ *Ai a gente vai fazer o levantamento... que não é fácil. porque é eu e o Daniel prá cobrir todo o Estado do Pará*” (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local-SPU, 2016), e, também a dificuldade de conseguir agenda porque o trabalho deles é demorado e longo,

“Tem que passar uma semana, duas semanas no local para fazer o levantamento, fazer a caracterização da área, medir, tirar ponto.. não sei o que .... regularizar as pessoas, fazer um documento para que eles possam chegar num final, num determinado período e receber a regularização né ..... conforme a sua atividade lá.. então é um pouco isso que a gente está se propondo aqui” (MAURO AUGUSTO

---

GuajaráSua área de 15,972 Km<sup>2</sup> apresenta ecossistema típico de várzea de grande beleza cênica, com paisagem florestal exuberante, formada por um mosaico peculiar de espécies florestais, além de seus cursos d'água, como os rios Bijogó, Guamá e Acará, o furo da Paciência e os igarapés do Combu e do Piriquitaquara. Sua população gira em torno de 1.500 (mil e quinhentos) habitantes, que vivem basicamente da pesca e do extrativismo dos recursos da floresta, sobretudo o açaí, que pode ser encontrado por toda a ilha. Através da Lei Estadual nº 6.083 de 13/11/1997, a Ilha do Combu foi reconhecida como área especialmente protegida, com o objetivo de proteger e restaurar a diversidade biológica, os recursos genéticos, as espécies ameaçadas de extinção, bem como a promover o desenvolvimento sustentável, através do ordenamento dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida da comunidade local. (IDEFLOR-BIO, 2017)

<sup>28</sup> De acordo com a portaria expedida pela Superintendência do Patrimônio da União - SPU de nº 89/2010, permite ao ocupante permanecer em bens de domínio da União classificados como inalienáveis, mas, ao mesmo tempo, determina o encargo de preservar o bem público.a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS, a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União.  
<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/noticias/spu-intensifica-concessao-para-uso-sustentavel-de>

MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local-SPU, 2016).

Logo após a apresentação do técnico, o conselheiro suplente da Associação de Pousadas e Hotéis de Algodual – APHA, o Sr. Bergo, proprietário da pousada Maresias, localizada na Vila de Algodual, disse que faz parte do CG desde sua criação e que já pleiteavam um instrumento de regularização, a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), desde as primeiras reuniões do conselho e que: *“a gente já pede esse documento, a CDRU, a uns 250 milhões de anos”* (BERGO ALESSANDRO DE SOUZA FERREIRA - Conselheiro Suplente da APHA, 2016). Este agente salientou que em uma determinada reunião seria realizada uma câmara técnica na tentativa de dar início ao processo da regularização fundiária e, posteriormente a isso, a titulação ia ser entregue a seus moradores. Este conselheiro na intenção de tornar célere a empreitada se comprometeu em ajudar a ação oferecendo estadia para os técnicos em sua pousada. Entretanto, nenhuma equipe da GRPU e SEMA, na época, apareceu para executar o trabalho. A gerente da UC, Tanice Aguiar, diante da colocação enfática do agente, esclareceu que a reunião mencionada pelo conselheiro tinha sido realizada em novembro, e assim explicou que:

“o Estado, a partir de dezembro, e janeiro e fevereiro.... a gente não consegue fazer nada, mas isso nada impede da gente registrar em pauta prá gente começar isso esse ano, olha ... a partir agora maio a gente tá em maio.... junho nada impede de se registrar em pauta e começar isso esse ano, a partir de agora maio, a gente tá em maio.. junho provoca também, não fica esperando só do Ideflor-bio entendeu? , você como representante da associação da APA lá, Bora gente.. marcar essa reunião tal dia, eu posso ajudar vocês nisso, naquilo, a ACDESPIM entra com alguma coisa, a AETA entra com alguma coisa... a Ideflor entra com alguma coisa... vocês também tem que puxar.. porque infelizmente no nosso instituto aqui aparece milhões de coisas para fazer” (TANICE AGUIAR, 2016 – Gerente da APA).

A Gerente ratifica a morosidade do Estado alegando que este “para” a partir de dezembro até fevereiro, e a situação é entendida pelos presentes como normal, ninguém questiona a paralisação durante este período, pois essa situação já faz parte da luta simbólica do Estado pela produção do senso comum, o monopólio da dominação legítima.

Além disso, ela demanda dos conselheiros a provocação de reuniões, pede para eles que sejam firmes em seus trabalhos na cogestão da UC e deem continuidade a isto realizando uma administração intensa do CG da APA. No entanto, estes agentes possuem limitações e não são remunerados e nem garantidos como os servidores públicos concursados, aqueles, para o próprio sustento, trabalham com a atividade turística a qual requer uma dedicação constante, pois sempre há um pequeno fluxo de visitação na baixa estação, sendo uma oportunidade de faturamento necessária e que requer dedicação no atendimento a estes turistas. Ademais, ela atribuiu responsabilidade de mobilização para o agente representante

do mercado e os demais presidentes de suas respectivas entidades, os quais representam a sociedade civil organizada.

O CG como espaço público denota um compartilhamento na gestão da APA, porém, não significa repassar competência do Estado à sociedade civil justificando que o instituto esta sobrecarregado de tarefas, porque os representantes da sociedade civil não tem o poder de decisão e nem de realização como um órgão governamental, o qual é responsável e detentor do orçamento para executar alguma obra ou ação na APA. Pois, como aponta Machado (2012):

O Compartilhamento do poder do Estado (sociedade política) com a sociedade civil, através de espaços públicos e esferas públicas constitui uma novidade a ser aprimorada no período democrático vigente. Esse compartilhamento não significa repasse das atribuições do Estado à sociedade civil, no que se refere à prestação de serviço. Tampouco se refere à substituição do Estado pela sociedade civil, mediante a justificativa de que aquele considerado, precário, moroso, ineficiente, não apresenta condições de gerir o aparato estatal. Assim, o compartilhamento do poder refere-se capacidade da sociedade civil em discutir, elaborar, deliberar, acompanhar, avaliar, assuntos de interesses públicos localizados no interior dos espaços governamentais assumindo de forma corresponsável, a gestão do Estado (MACHADO, LOIVA, p.143-144).

E mesmo quando os agentes se dedicam ao trabalho de forma engajada e corresponsável, passam por uma espera costumeiramente demorada por parte do Estado, que é moroso precário e ineficiente, sendo este fato determinante no desencorajamento de uma parcela considerada da população local nas reuniões do CG.

Continuando o embate na reunião, podemos perceber na fala do representante da APHA, em resposta ao que a gerente falou:

“Da parte da comunidade tudo bem... mas é preciso que o órgão responsável por isso chegue na frente e diga assim: olha gente é o seguinte... a partir do mês tal a gente vai começar a movimentação tal, precisa falar com não sei quem... da outra reunião que teve lá na sede eu pensei que eu ia sair daqui com o título da terra” (BERGO ALESSANDRO DE SOUZA FERREIRA, Conselheiro Suplente da APHA, 2016).

É notório na colocação do presidente desta associação o reconhecimento do Estado como o ente governamental que tem o poder de decisão e execução, determinando a data para o início de um processo que causará mudanças significativas nas vidas dos atores, pois ao posiciona-lo “na frente”, na dianteira, atribui a este o poder de solução da situação. No final de sua fala também relembra ser este um impasse antigo e que em uma determinada reunião muitas promessas foram proferidas chegando a acreditar naquele dado momento que iria até mesmo receber a certificação de sua posse.

A questão fundiária na ilha de Algodal, como podemos ver no debate da reunião do CG, remonta desde as primeiras reuniões e perdura até os dias atuais, esta pauta ainda

continua provocando sérias discussões entre os agentes. Os representantes do Mercado (empresários do setor turístico) e de outros empreendimentos, atentaram para possibilidade de conseguir empréstimos bancários na intenção de alavancar seus negócios. E assim, declaram e justificam ser o turismo a economia principal a qual gera recursos financeiros para todas as pessoas que ali moram.

Com o discurso de melhoria de vida para toda a comunidade, os agentes do mercado esclarecem que para a atividade crescer e gerar mais rendimentos, há a necessidade de investimentos visando o atendimento das exigências dos turistas os quais consideram como elemento propulsor na internalização de renda.

A alegação desses agentes é verdadeira, no entanto, aqueles com maior conhecimento dos trâmites da legislação fundiária (capital cultural), poder financeiro (capital econômico) e relacionamento com pessoas influentes no meio bancário (capital social) serão os mais privilegiados. E isso causará a reprodução mais acentuada da desigualdade atual, além do que, não favorecerá aqueles sem poder econômico desconhecedores dos trâmites burocráticos e com pouca (ou quase nenhuma) rede de relacionamento com funcionários de instituições financeiras.

A posse do poder na forma do capital cultural, social e econômico é fundamental para entender e utilizar os mecanismos do campo sócio ambiental. Podemos perceber tal fato na fala dos agentes do mercado quando estes se pronunciam já conhecedores dos trâmites bancários que são necessários para os empréstimos, assim como, a legislação ambiental e os tipos de certificados (e suas devidas características), ou seja, essa quantidade de capital adquirido é uma vantagem em relações a outros que possuem menos capital neste jogo.

Em consequência disso, percebemos que o acúmulo de capital pelos agentes (social, econômico e cultural) e o grau de importância destes no campo sócio ambiental são necessários para a compreensão das regras desta competição, com a posse desses poderes (tipos de capital), o agente consegue um melhor posicionamento no campo. A quantidade e importância dos capitais formam o desenho da estrutura do campo, *“os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço”* (BOURDIEU, 2004, p. 24).

Desta forma, as práticas destes agentes objetivarão sempre perpetuar as posições privilegiadas no campo, porque tais empréstimos serão realizados e cedidos com mais facilidade para o grande empreendedor, o qual possui um bem mais valorizado em relação ao proprietário de uma pequena pousada ou de um pequeno comércio. Os bancos estarão sempre

mais interessados em financiar aos clientes os quais possuem uma propriedade com o valor compatível a cessão do crédito. Esta operação se realiza com a intenção de ressarcimento, isto é, caso o empresário não consiga cumprir com o compromisso de pagar o empréstimo. Sendo assim, essa prática irá sempre se reproduzir em favor dos grandes empreendedores, e desfavorável aos pequenos hoteleiros e comerciantes.

Mais adiante, a gerente da APA após a manifestação do conselheiro, se coloca numa posição de apoio ao agente falando para o representante da SPU que esses empreendedores precisam dessa documentação, pois de posse desse instrumento conseguiriam os empréstimos necessários, bem como, obteriam a propriedade definitiva dos seus imóveis. Além disso, a mesma se prontificou a colaborar para que a SPU consiga resolver a situação.

Entretanto, a gerente não faz nenhuma colocação no sentido de que esta ação requer muita atenção e cuidado quanto ao uso dos recursos financeiros provenientes dos empréstimos bancários, pois a aplicação desses recursos estará voltada para o aumento da capacidade da hospedagem, que conseqüentemente, resultará na construção de novas instalações: restaurantes, salão de festas, de beleza, saunas e outros, com a finalidade de atender as exigências dos turistas como colocou anteriormente o representante da APHA.

E isso pode ocasionar o agravamento de impactos ambientais em vários aspectos: As edificações irregulares podem ultrapassar a altura permitida que ocasionaria a descaracterização da paisagem, assim como, o aumento do problema do saneamento básico da vila, pois com a quantidade de fossas, esgotos e poços construídos inadequadamente o aquífero do local estaria seriamente comprometido.

Após as colocações dos demais, o técnico da SPU, Sr. Mauro, explica que o trabalho deles não é somente da SPU, existe uma coordenação técnica constituída entre SEMAS, SPU, Projeto Orla e Ministério Público, e que há um calendário a ser seguido.

E em razão disso justifica explicando a respeito das prioridades no atendimento de alguns municípios, os quais enfrentam problemas de erosão costeira e já avançaram em termos de cooperação com a SPU.

O Técnico esclareceu que a primeira demanda a ser atendida será a Praia do Crispim (Marudá) e depois a Praia do Atalaia (Salinópolis), porém, ainda tem que cumprir Ajuruteua (em Bragança), pois neste município foi iniciado o Projeto Orla no mês de novembro, onde em 30 dias foram realizadas várias palestras e reuniões com a comunidade da sede do município, que escolheu dois lugares onde o projeto seria realizado:

na orla da cidade de Bragança e na orla da Praia de Ajuruteua (Vila dos Pescadores), e a partir dessas ações elaboraram um Plano de Gestão Integrada - PGI, que será apresentado

como uma Lei Municipal a ser proposta na câmara dos vereadores, pois, a partir daí, se iniciará a captação de recursos para dar início ao derrocamento<sup>29</sup> na Praia de Ajuruteua, ou seja, no sentido de conter a maré para não destruir as últimas ruas da vila.

Quanto a Praia do Crispim, explicou haver problemas com a venda de terrenos porque estão vendendo uma área não permitida e as pessoas estão comprando estes lotes sem documentação. Em Salinópolis, na Praia do Atalaia, 110 barraqueiros estão sendo pressionados pela maré que os empurra cada vez mais para cima das dunas, em consequência disso, o Estado está desenvolvendo um projeto para o local, porém, serão previstos muitos conflitos porque os espaços da praia terão que ser licitados.

O técnico colocou ainda que a agenda da APA Algodoal seria levada até o CTE, e assim, agendaria uma reunião para Maracanã, onde seria discutido qual seria o trabalho da SPU, em seguida, ressaltou que está há um ano como chefe da divisão e com isso foi necessário retomar todos os PGI's realizados pelas gestões passadas. De acordo com o técnico haviam cinco planos antes de estar atuando como presidente, e somente agora estão conseguindo concluir Soure e finalizar Ajuruteua, ainda sobrando quatro PGI'S para serem revistos, *“ Então a coisa não é fácil.. o que eu quero dizer é que nós não estamos parados.. e nós queremos apoiar a atividade de vocês aqui em Algodoal”* (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local-SPU, 2016).

Foi esclarecido também na reunião, que este momento de regularização é muito delicado por chamar atenção de muita gente de fora com o objetivo invadir alguma área para ter direito à regularização do terreno invadido. De acordo com os técnicos, a apresentação deverá ser feita no CTE, que é formado por 42 órgãos *“ lá há uma discussão mais ampla e a gente joga Algodoal como prioridade ... ai eles vão levantar se já veio equipe aqui, se já mediu, ver onde está esse trabalho e como faz para recuperar isso”* (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - SPU, 2016.). Nesse ínterim, também será avaliado se anteriormente algum trabalho semelhante por parte da SPU já foi realizado no local e quem foram os técnicos que o executaram, porque este, está parado há dez anos, segundo informações dos funcionários da SPU e agentes da comunidade local.

O Sr. Bergo interrompe a fala do técnico dizendo que existem os agravantes nos outros lugares citados, mas que na APA de Algodoal por ser um lugar de atrativos turísticos, um destino turístico, onde a economia principal é o turismo, afirmando que os

---

<sup>29</sup> Processo de colocação de pedras na orla da praia com a finalidade de contenção da erosão

empreendedores dessa área na vila precisam crescer no sentido de acompanhar as oscilações e evoluções do fluxo de turistas consumidores deste produto turístico, como propala o conselheiro:

Eu quero te falar dos agravantes daqui de não ter o CDRU ... é que aqui é uma área turística e você não tem como crescer turisticamente, a nossa erosão ela é turística, e tem que ser rápido e vou te dizer porque .... porque a comunidade sabe que há dois.. há duas semanas santas por exemplo, que a gente tem pouca gente aqui.... que tá vindo pouca gente aqui.. prá cá .. porque cada vez mais o turista tá ficando mais exigente, a gente precisa oferecer mais qualidade aqui, e como se oferece mais qualidade se você chega para pegar um financiamento bancário e o cara te diz assim.. ah é tem tudo só não tem o mais importante... é um documento que vai te permitir crescer” (BERGO ALESSANDRO DE SOUZA FERREIRA, Conselheiro Suplente da APHA, 2016).

E para isso o conselheiro afirma que os empreendedores do turismo precisam deste documento para fazer os empréstimos para que possam “crescer” na atividade do turismo e enfatiza que, a economia mais importante não é mais a pesca, nem o comércio, é o turismo, e que Algodual é o quarto destino turístico do Pará.

O representante da SPU respondeu a colocação do Conselheiro suplente da APHA, afirmando que a instituição os designou para Algodual, e desta forma eles tem que dar continuidade no trabalho, ressaltando também ser necessário todos assinarem um documento para o superintendente pedindo uma ação emergencial para o local.

O técnico também pronunciou ser prudente fazer o pedido até junho, e para isso, a equipe teria que passar dois ou três dias na APA na intenção de elaborar tal documento, e assim, iniciar a conversa, ademais, justificou ser burocrático o trabalho na SPU por haver vários departamentos na instituição, *“São várias divisões na SPU, às vezes tá parado um ofício lá numa divisão ... ai como nós somos conselheiros daqui e da APA do Combu, eu que tenho que chamar um colega que é chefe lá .. Olha nós estamos precisando agora na APA de Algodual (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local – SPU, 2016)”*.

O Sr. Mauro esclareceu a necessidade de ser feito o levantamento da quantidade de residências existentes na Vila de Algodual, pois, este registro será enviado para os correios para ser criada a numeração das moradias, e conseqüentemente, será criado o CEP da ilha, gerando uma nova numeração, um novo endereçamento, e assim, os moradores poderão receber suas correspondências.

Segundo o técnico, esta ação é urgente e necessária para identificar a característica do local, e assim, emitir o documento correto de regularização, como o TAUS, o qual é utilizado na Ilha do Combu, porque este também pode ser aplicado da mesma maneira na Ilha de Algodual.



De acordo com o técnico da SPU, nesta ação, o município de Maracanã também deveria assinar um termo de cooperação técnica para o projeto orla ser direcionado para o local, onde ocorreria um debate mais amplo envolvendo 42 órgãos Federais e Estaduais.

Depois do esclarecimento do técnico em relação aos novos procedimentos da SPU, a presidente da ACEDESPIM, se mostra descontente e conhecedora de toda essa conduta técnica por já ter vivenciado essa ação do técnicos em outra época, e assim, se coloca da seguinte forma, “ *muita gente aqui se deslocou lá para a GRPU, prá pagar a taxa, o DARF e tudo.... fizemos tudo direitinho: metragem tem tudo lá, nós nos deslocamos fizemos o pagamento lá.. tiramos metragem, batemos foto, tiramos xerox, nos fizemos nossa parte... tu já tens tudo encaminhado* (MÁRCIA, 2016)”. A intenção neste discurso da agente é explicar ao técnico que o trabalho proposto pela SPU não é novidade, pois, a instituição já esteve no local e desenvolveu as mesmas atividades: demarcação, metragem e levantamento do número de casas.

Em resposta, o funcionário do referido órgão indaga por esses documentos a um dos funcionários da SPU presente na reunião, e este, responde que já havia sido cobrada uma taxa de permissão de uso no local anteriormente, e que foi destinada aos prédios comerciais e as residências, entretanto, depois de um tempo a referida taxa deixou de ser cobrada. Para complementar a fala do colega de instituição, o Sr.Mauro responde *que “são gestões e gestões, não se deu continuidade a esse processo, tem que haver a cobrança da comunidade, a gestão trocou é uma outra forma de administrar agora”* (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - SPU, 2016).

O técnico também continua explicando que: A permissão de uso é um instrumento precário, visto que este, não dá o direito aos moradores do local de irem a um banco e conseguirem um empréstimo, tal instrumento, é para aquele comerciante de praia intencionado a montar uma venda temporariamente ( durante três meses) e que depois se desloca para outro local, não sendo adequado para aqueles que possuem um hotel.

O técnico também complementou ressaltando ser da vontade da SPU, a eliminação desse tipo de concessão, porque juridicamente, não dá amparo legal nenhum, admitindo que a instituição cometeu um equívoco ao elaborar tal documento.

Em consequência disso, atualmente, a equipe da SPU-PA trabalha na elaboração de um novo instrumento intitulado cessão de uso oneroso, que está sendo debatido juridicamente e foi criado na SPU do Estado do Pará na tentativa de inovar nessa problemática questão, esta proposta de cessão já foi encaminhada para a Advocacia Geral da União (AGU).

Como o Sr. Mauro explicou da seguinte forma, que há uma esperança na criação desse novo instrumento, “uma luz no fim do túnel” (MAURO AUGUSTO MENDES RODRIGUES, chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Local - SPU, 2016).

No final, a gerente da APA solicita aos agentes formarem um grupo de trabalho salientando a necessidade da participação das pessoas, enfatizando a essencialidade da dedicação de estar organizando as reuniões e convocando a comunidade para os debates.

Mas adiante, também frisou a anuência do gerente local da APA de participar do grupo de trabalho, e convocou a participação de três agentes para formarem uma equipe de quatro pessoas, na tentativa de compor o grupo responsável pelo planejamento das tarefas, e com isso, juntamente com a SPU, prosseguir com as ações efetivas para a regularização fundiária dos moradores locais.

Após envolver e convocar os agentes locais para participarem, pois, está em jogo um documento importante para todos, a gerente enfatiza transferindo a responsabilidade aos que se envolverão nesta empreitada, alertando que estes serão cobrados posteriormente, e assim, ela se afasta de futuras cobranças pela comunidade local, e finaliza agendando uma data para a primeira reunião a ser realizada na Vila de Algodoal, na sede da Ideflor-Bio, ou na Sede do Praiano, clube onde normalmente são realizadas as reuniões,

“ Então qualquer coisa que tiver na próxima reunião cobrando, a gente vai também cobrar dessas pessoas entendeu? Se não teve reunião com a SPU em determinado dia .... vocês também foram culpados disso entendeu!!! Agora com o Luis (gerente local) aqui.. podem chamar ele, podem se reunir lá” (TANICE AGUIAR, Gerente da APA, 2016).

Logo em seguida a Presidente da ACEDESPIM, Sra. Márcia Nunes, se coloca também a disposição de estar no grupo juntamente com a Sra. Edilza Martins D’ávila e o presidente da AETA, Sr Bergo, e assim, todos se propõe a marcar logo uma reunião com os técnicos da SPU, primeiramente, entre os moradores e conselheiros residentes na APA para depois marcar uma reunião com a SPU.

O Sr. Mauro, técnico da SPU, sinaliza que sim, e a reunião fica marcada para o dia 15 de junho de 2016, fechando o grupo de trabalho.

A SPU, órgão pertencente ao governo federal, por meio de seu capital simbólico ( conhecimento e reconhecimento por parte dos agentes, que o referido órgão detém o saber profundo sobre a questão fundiária Legislação, trâmites burocráticos, pertinência das certificações e o poder de outorgá-los), ou seja, tudo que é necessário para os possuidores de bens imóveis conseguirem a legitimidade oficial de suas propriedades imobiliárias.

E com isso, reforçando as relações de força que constituem a estrutura do campo, essa percepção por parte dos agentes de todo esse arranjo objetivo faz com que estes acreditem na obviedade da realidade existente, e este “ *Capital simbólico pode ser oficialmente sancionado e garantido, além de instituído juridicamente pelo efeito de nomeação oficial, isto é, o ato pelo qual se outorga a alguém um título, uma qualificação socialmente reconhecida, é uma das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima, monopólio que pertence ao Estado ou aos seus mandatários* (BOURDIEU, 2004, p.163-164).

Da mesma forma, a morosidade do órgão federal declarada pelo técnico da SPU: De uma agenda longa de prioridades a serem cumpridas em outros municípios, das “gestões e gestões” responsáveis por ações repetitivas (medições de lotes e residências e cobrança de taxas precárias sem respaldo de posse definitiva) por técnicos diferentes pertencentes ao mesmo órgão, assim como, os discursos reprisados durante o período de uma década, além de tramitações burocráticas da instituição e a participação de diversos órgãos para tratar de uma mesma questão.

Como consequência disso, o documento de posse definitiva é aguardado com ansiedade, crença e descrença pelos moradores locais, esse título de propriedade simbólica tão esperado cria uma relação de dependência relevante com esta instituição, um vínculo esperançoso por parte dos moradores de um dia conseguirem esse documento como se fosse uma longa espera por uma cirurgia a ser realizada na rede pública, ou seja, a expectativa que um dia, conseguirão definitivamente o certificado.

E assim, como propalado por muitos entrevistados, depois de serem “cozinhados no banho maria”, quer dizer, durante um longo tempo levando-os a admitirem como relatado por alguns: “É assim mesmo, essas coisas demoram tem que esperar mesmo” que essa situação de excessiva espera é uma situação aceita como normal e evidente, uma conduta corriqueira quando se trata do Estado o qual se mantém dominador através de seu poder de produção da realidade social, ou seja, “*As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Na luta simbólica pela produção do senso comum*” (BOURDIEU, 1986, p. 163).

Então o Estado desta forma, conserva sua posição de dominador através desse tipo de procedimento postergando uma questão muito complexa sobre a regularização fundiária em unidades de conservação, que está longe de ser resolvida, colocando os moradores que querem ter a legitimidade dos seus imóveis, e assim como, os proprietários de empresas da área do turismo e outros comércios, que anseiam financiamentos bancários, cada vez mais distantes dessa possibilidade.

### *A Pauta dos Ambulantes*

Outra pauta importante e já debatida desde as reuniões do CG no ano de 2013 é a entrada de ambulantes na ilha. No ano de 2012, houve uma reunião onde foi decidido um limite de entrada desses profissionais na APA, porque, de acordo com os moradores, estes trabalhadores deixavam uma considerada quantidade de resíduos sólidos resultante da venda de seus produtos, e também traziam prejuízo diante da concorrência que geravam para os ambulantes locais, comerciantes e empresários da cadeia produtiva do turismo da Vila de Algodoal.

Durante certo período, a limitação da entrada desses vendedores foi mais fiscalizada, mas na atualidade, o problema voltou a integrar as reuniões do CG, e no ano de 2016, um dos agentes, a Sra. Márcia Corrêa Nunes, que é presidente da ACEDESPIM e proprietária de pousada, juntamente com o representante da APHA, cobraram da gerência quanto à quantidade de ambulantes permitida na APA. Que segundo estes ultrapassou o limite estipulado, e dessa forma, os empresários locais se sentiram prejudicados alegando que trabalhar com o turismo no local é difícil, porque há uma elevação do preço das mercadorias no período de alta estação turística. E esse aumento dos preços se dá em função do transporte das mercadorias, ou seja, em consequência dos seguintes fretes cobrados:

- Pelos barqueiros durante travessia das mercadorias do porto de Marudá para a vila.
- Pelos carroceiros que transportam as mercadorias desde o porto da vila (onde estão localizados os estabelecimentos dos empresários)
- E pelos barqueiros, carroceiros e canoas que fazem a travessia das mercadorias para os barraqueiros situados na Praia da Princesa, pois estes pagam pelo frete da travessia das mercadorias de Marudá para o porto, depois da carroça até a praia da princesa, porém, durante o horário da maré da preamar quando o canal que dá acesso à praia está cheio, eles tem que pagar o frete da canoa e mais uma carroça até a barraca.

Assim, de acordo com a agente, além do problema dos fretes que dificultam a obtenção de lucro com a a atividade turística, existe a concorrência dos ambulantes, então, a reclamação desta era para que houvesse o controle. A presidente da ACEDESPIM, que também é empresária do ramo do turismo, cobrou da gerente da APA quanto ao número de ambulantes, pois este, estaria ultrapassando o estimado, e acusou a prefeitura de ter liberado uma quantidade acima da estipulada por se tratar de ano de eleição.

“E quando chega agora em junho, a prefeitura de Maracanã, bota uma fila lá na porta, eu sou empreendedora, o Bergo, a maioria daqui é empreendedor local, mora aqui, sabe das dificuldades que é trabalhar com o turismo e a demanda que é pouca aqui devido a APA ser cara, começando pelo barco, carro de mão, enfim, carroça

tudo é caro aqui, aí o que acontece, a prefeitura libera 60 ambulantes, ainda mais essa ano que é ano de eleição, vai ser uns 100” (MÁRCIA CORRÊA NUNES - Conselheira – presidente da ACEDESPIM, 2016).

Da mesma forma, o representante dos hoteleiros se manifestou pronunciando que deveria haver um limite de entrada de pessoas, já que ali é uma unidade de conservação. Estes agentes do mercado cobram uma posição da gerente em relação ao controle da entrada dos ambulantes como foi cogitado nas reuniões do ano de 2013.

Na Reunião a gerente argumenta que essa taxa está tramitando pela prefeitura, mas em um determinado momento o conselheiro Bergo afirma que a taxa não poderá ser cobrada na hora do embarque em Marudá, porque um determinado município não tem o poder de arrecadar uma taxa em outro município, e a gerente responde que se a prefeitura não puder cobrar a taxa será recolhida por parte do Estado e com isso, segundo a gerente, o dinheiro arrecadado pela cobrança da taxa se reverterá em benefícios para trazer melhorias para a localidade.

Podemos perceber que tais medidas sugeridas por esses dois agentes do mercado, (possuidores de capital cultural e que conseguem através disso, usar as regras permitidas do campo socioambiental) estão voltadas para preservar seus interesses, e assim, conservar a posição destes como empresários que vivem da economia do turismo.

Pois, os ambulantes estão trazendo concorrência e prejudicando o faturamento de tais empreendedores, e para isso, irão se valer da limitação do número de pessoas alegando que os ambulantes causam impacto no meio ambiente.

Para essa proibição acontecer, a solução será impor uma taxa para inibir a entrada desses trabalhadores. E para estes, dependendo do valor da taxa, as suas vendas na APA podem não compensar e não ser mais vantajosas, obrigando-os a procurarem outro balneário.

Estes dois agentes nas suas argumentações e embates, lutam para mudar a atual situação a qual está trazendo prejuízo também para todos os seus representados, e com isso, mantêm suas posições no campo como empresários exploradores da atividade do turismo (a economia mais forte do local), porque, ao empreenderem nessa atividade esperam por um retorno financeiro proveitoso, e com isso, estes possuidores de capital cultural, entendem melhor as regras de proteção do meio ambiente, as quais, estão em jogo no campo sócio ambiental da APA.

A imposição de tais regras em um momento futuro, como caso da cobrança da taxa ambiental por meio de um estudo de capacidade suporte, trará a impressão de que a cobrança é feita em razão da preservação, entretanto, o propósito da cobrança será outro que subjaz a

esta realidade. É o interesse de um determinado grupo para se manter lucrando nesse campo, sem a interferência desses ambulantes na repartição do dinheiro proveiente da atividade turística, ou seja, eles fazem uso das leis da APA e dos seus preceitos estruturantes ambientais, com o propósito de lucro.

Nesso momento na plenária, o conselheiro representante da prefeitura de Maracanã, o Sr. José Maria Pinheiro Teixeira, explica que alguns ambulantes vão para a ilha para impor alguma concorrência em relação aos comerciantes locais, mas que outros não, que é habitual para estes.

O representante salientou que a prefeitura não possui amparo legal para impedir o direito do ambulante de ir para lá, e argumentou desconhecer o regulamento de 60 ambulantes permitidos, afirmando ser o impasse de responsabilidade da APA (do plano de manejo), e sendo assim, cabe a gerente e sua equipe reunirem com o sistema tributário da prefeitura no sentido de fazer esclarecimentos para que as coisas aconteçam, e confirma também, que os ambulantes que mais causam dano ambiental e que levam lixo para Algodual, são aqueles *“Que montam aquelas baiuca ai, tipo uma lanchonete.. esses carros tipo trailer em via pública”* (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016), admitindo o fato ser até mesmo de conhecimento da própria responsável pela APA, a gerente. Além disso, ele alega que todos os anos estes mesmos ambulantes interdita a rua com seus trailers e barracas, acarretando danos para o meio ambiente e trazendo concorrência para o comércio da vila.

Em resposta ao discurso do representante da prefeitura no conselho gestor, a conselheira e presidente da ACDEDESPIM, Sra. Márcia Nunes, interpela da seguinte forma: *“mas eles pagam a prefeitura né? .... Esses trailers aí no meio da rua... eles alegam na nossa cara!! A gente vai abordá-los... e eles respondem..! Estamos respaldados pela prefeitura!!”* (Márcia Nunes Corrêa – Conselheira titular representante da ACEDESPIM, 2016), em resposta a isso, o Sr. Teixeira responde,

“Ai é que tá a cobrança dos senhores que estão pagando o Alvará de localização de vocês, de cobrar dos setores competentes para que eles possam justificar para vocês porque eles marcaram 30 dias quando vão atribuir a eles a taxa de um Alvará de localização dos 30 dias, além disso, tem outras medidas que podem ser tomadas, porque tem coisas que a gente nunca imagina mas... nós temos uma lei, e essa lei ampara a prefeitura a cada um de nós... o direito é de todos e ela não distingue, então, é muito complicado.. é um caso de vocês chegar no setor tributário da prefeitura (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016).

Na fala do Sr. Teixeira, houve a tentativa de esclarecer para os outros agentes, que eles devem procurar saber porque a prefeitura liberou esses ambulantes de ficarem 30 dias no local. Ao mesmo tempo, ele reconhece que a prefeitura os liberou de estarem ali, no entanto, como ele mesmo defendeu serem esses “ambulantes” - porque na verdade são donos de carros de lanche (trailers) - os causadores de impacto ambiental, os quais leva lixo para a vila e concorrência para os comerciantes locais. Depois, expõe haver outras medidas as quais podem ser adotadas para resolver a situação, e que às vezes algumas providências da prefeitura até surpreendem ele mesmo, e mais adiante, argumenta ser a lei “igual para todos”, apontando que a solução é uma reunião com o setor tributário da prefeitura.

Logo em seguida, o Sr. Teixeira esclarece a todos a existência da possibilidade de levar esse problema ao conhecimento da prefeita, e a representante da ACEDESPIM retruca: “ *Mas você é conselheiro Teixeira!!você é a nossa voz lá*” (MARCIA, presidente da ACEDESPIM, 2016).

O Sr. Teixeira responde que sabe disso e esclarece que fará uma reunião levando o assunto para o conhecimento da prefeita, e se possível, trará a pessoa responsável pela tributação para vir ao local e expor uma melhor opção para a comunidade.

Mais adiante, o Sr. Teixeira discursa a favor da prefeitura, esclarecendo que esta foi envolvida em um processo judicial juntamente com o governo do Estado (esse assunto foi abordado anteriormente no subcapítulo do terceiro setor, quando a ONG Suatá processou as três esferas governamentais) sendo condenada, porém, somente ela está pagando por essa punição, salientando também a dificuldade da administração municipal com recursos, pois, esta está arcando com toda essa responsabilidade, e faz uma comparação com o *Estado* como um ente que possui uma maior fonte de arrecadação:

“Então se pro Estado como falou o nosso amigo aqui o Luis Coltro (gerente local da APA), como falou a nossa presidente (presidente da APA), para reconhecimento de todos que o governo está reduzindo despesa do Estado que tem fonte, imagina a prefeitura de Maracanã que depende simplesmente do fundo” (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016).

E Prossegue justificando que a prefeitura mesmo com essas dificuldades, está cumprindo as penas impostas pela a condenação como o recolhimento dos resíduos sólidos da ilha e outros cuidados relacionados ao meio ambiente. Quanto a este problema, o representante esclarece sempre ter sido o maior contratempo existente na Ilha de Algodal e por ser oneroso e ainda aliado a outras despesas, o município de Maracanã não possui condições de alavancar projetos na Ilha que ultrapassem seu orçamento, pois, dispõe de uma porcentagem muito pequena para investimentos.

A condenação sofrida pela Prefeitura de Maracanã (como visto no capítulo anterior), obrigação imposta pelo Ministério Público federal era a de recolher o lixo da Ilha de Algodal, no entanto, a Ilha de Algodal pertence ao município de Maracanã, sendo assim, é encargo de todas as prefeituras do país, segundo a lei complementar n° 234/90 <sup>30</sup>, recolher seus resíduos sólidos.

Então, mesmo sendo uma ação beneficiadora da comunidade local e que a prefeitura, *“dentro de suas condições da atitude da atual prefeita, ela tem trabalhado bastante para fazer cumprir aquilo que exigiram dela em Algodal, porque uma das maiores dor de cabeça daqui da vila era o lixo”* (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016), não passa de uma obrigação da prefeitura, e não como propalado pelo agente como se fosse algo que veio prejudicar o ente municipal, justificando com isso a falta de recursos para realizar projetos em benefício do município.

O Conselheiro também justifica ser a segurança pública na Vila de Algodal de responsabilidade do Estado e não do município, e que a prefeita tem se mostrado preocupada, pois, esteve em Castanhal acionando a polícia militar a qual destacou de seu batalhão um coronel com uma guarnição para atuar na Vila de Algodal, Praia e Lago da Princesa. E segundo o Sr. Teixeira, o coronel desenvolveu um trabalho dentro de suas possibilidades para deixar o lugar mais protegido. Ademais, expõe que a APA enfrenta sérios problemas como: segurança, saúde, educação saneamento e outros, e que muitos problemas relacionados a esses itens foram resolvidos por meio de audiências públicas <sup>31</sup>e salienta:

*“O que eu proponho, e quero deixar aqui essa proposta, que alguma coisa que aconteceu na ilha .... aqui nos fizemos através de audiência pública, a energia chegou aqui através de audiência pública que nós fizemos aqui em Algodal, e .. este elevado que está sendo destruído aí ... esse embarque e desembarque de passageiros, foi através de audiência pública, então melhor é que nos tenhamos condições através da APA de fazermos uma audiência pública, convidando o poder legislativo, o poder executivo e etc”* (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016).

O conselheiro representante da prefeitura de Maracanã, esclarece que os principais entraves da APA foram resolvidos por meio de um outro espaço público, as audiências públicas, e assim, aponta o descrédito por parte da população nas reuniões do conselho,

<sup>30</sup> Conforme a Lei Complementar n°. 234/90 –Código de Limpeza Urbana.7º- A destinação e disposição final do lixo de qualquer natureza é responsabilidade, ressalvadas as exceções previstas nesta lei, somente poderão ser realizadas em locais estabelecidos no artigo anterior e por métodos indicados conjuntamente pelo departamento municipal de saúde e serviço social . Multa. de 118,7810 A 237,5620 UFMS.

<sup>31</sup> Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição de 1988 e regulado por leis federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo ou o Ministério Público podem expor um tema e debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de Lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente.



porque os órgãos que o compõem apenas prometem e não conseguem de fato realizar nenhuma ação contundente, como: a remoção dos moradores do Bairro do Camambá na Vila de Alodoal (situados na área do mangue que sofrem com as enchentes ocorridas durante o período de marés de sizígia,) os quais, acabam indo pedir ajuda e reclamar na prefeitura. E assim, o representante declara:

“como aconteceu agora nessa última maré que teve ai que foi um Deus nos acuda, isso aí respinga na prefeitura, que eles vão lá “prefeita e ai prefeita olha nos estamos lá sem condições agora a maré deu lá esbandalhou meu barraco e eu tô precisando de uma ajuda e o SPU por inúmeras e inúmeras vezes já estava aqui a própria APA sabe disso com esse compromisso de fazer remanejamento a até hoje não aconteceu.. até hoje é uma das coisas que tem que ser trabalhado então, eles continuam no Camambá ai” (JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016).

A gerente da APA responde lembrando que no ano de 2013, houve a tentativa de remanejamento dos moradores do Bairro do Camambá para o centro da Vila, os quase iriam receber moradia do programa “Minha Casa Minha Vida”, porém a prefeitura estava inadimplente com o fisco, e em razão disso o recurso proveniente do programa minha casa minha vida não ter sido liberado, e como consequência disso, não foi possível remanejar os moradores do aludido bairro.

Mais adiante, o conselheiro titular da prefeitura respondeu “*Eu quero dizer prá senhora que a própria APA na época que a administração era outra que era pela SECTAM, houve compromisso, inclusive no governo do Dr Almir Gabriel estiveram técnicos ai justamente com esse objetivo.*” (José Maria Pinheiro Teixeira, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016)

A gerente responde: “*mas a nossa função ai seria fazer só o parecer técnico do local prá ver se não ia ter nenhum impacto entendeu? Da parte de construção isso não é competência nossa*” (TANICE AGUIAR – Gerente da APA, 2016).

E em seguida a resposta do Conselheiro: “*Ai é quando a gente vê o programa minha casa minha vida e os nossos irmão estão sendo penalizados, ai eu pergunto que condições tem a prefeitura de Maracanã de arcar com esse remanejamento? Nenhuma, tem que ser trabalhado um projeto, agora esse projeto tá sendo longo demais porque a APA tem 25 anos*”(JOSÉ MARIA PINHEIRO TEIXEIRA, Conselheiro Titular representante da Prefeitura de Maracanã, 2016). E a gerente responde: “*Mas a gestão aqui infelizmente só começou a partir de 2008*” (TANICE AGUIAR – Gerente da APA, 2016).

Como podemos observar no campo socioambiental da APA Algodual-Maiandeuá, o agente representante da prefeitura, por ocupar uma posição semelhante ao técnico da SPU (governo federal) e da técnica da IDEFLOR (governo do Estado), estabelece um comportamento similar desses dois últimos servidores públicos. Assim, o representante da prefeitura age da mesma maneira dos outros dois técnicos, transferindo responsabilidades a outros entes da administração pública nos seguintes quesitos: Em um primeiro momento na transferência de responsabilidade quanto à quantidade de ambulantes ser de responsabilidade da gerência da APA, porém, desconhece esse limite estipulado e anuncia que a gerência da APA deve reunir com o setor tributário da prefeitura para resolver a questão. É possível notar uma luta de poder no território: De um lado a APA que limita a quantidade de ambulantes, pois tem direitos sobre o território quanto a preservação do meio ambiente, e por outro a prefeitura, que não limita porque apenas tem autoridade sobre os limites territoriais do município quanto a tributação, ou seja, dentro dele tem direito a cobrar taxas e impostos.

Em um segundo momento, aponta ser de incumbência do Estado a segurança pública na Vila, e que de fato é obrigação deste (conforme o artigo 144 da Constituição Federal, a segurança pública é obrigação do Estado Brasileiro).

No entanto, esse é um encargo dividido entre os governos Federal, Estadual e Municipal com a intenção de proteger as pessoas, o patrimônio e a ordem pública, assim, a arguição do Sr. Teixeira apresenta um certo teor de satisfação somente a uma parcela de participantes os quais pertencem ao município de Maracanã, e também demonstra a sua defesa sempre em favor da administradora municipal.

Em um terceiro momento, quanto à transferência de responsabilidades aos empresários do setor turístico e comerciantes em geral, e a cobrança das autoridades competentes em relação aos donos dos trailers os quais se instalam nas ruas das vilas e causam impacto ambiental. Nesta situação que não foi clarificada pelo representante da prefeitura quando indagado pela conselheira representante da ACEDESPIM, a qual afirmou com contundência de ter sido a prefeitura a instituição a qual respaldou a instalação dos trailers nas ruas da vila.

Desta forma, analisando a questão, os agentes ocupantes de lugares parecidos e diante de circunstâncias equivalentes e subordinados a condições iguais, irão desempenhar procedimentos e interesses aproximados, como também, suas condutas e posicionamentos logo, os *“Conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda*

*probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posições semelhantes*” (BOURDIEU, 1989, p. 136).

Atualmente, a administração da IDEFLOR-BIO, assim como, a SEMA (quando administrava a UC anteriormente), tem dificuldades em obter recursos suficientes para atender até mesmo às demandas prioritárias da política nacional de unidades de conservação. Principalmente no que tange aos objetivos básicos desta categoria de unidade (APA), que concerne, “*A proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*” (SNUC, 2000). Além disso, ambas as instituições passaram pelos apelos dos moradores locais no que diz respeito às requisições sociais da comunidade da Vila de Algodual quanto à segurança, saúde, saneamento, e outros.

Não havendo recursos suficientes do Estado no orçamento da gestão da IDEFOR-bio, e ao mesmo tempo, necessitando dar continuidade em sua política ambiental, os funcionários destes órgãos no cumprimento de suas funções e garantia de seus salários, se dirigem *in loco* para desempenhar o trabalho de gerência da APA diante de tantas demandas e cobranças pelos conselheiros e participantes da reunião.

Aliado a isso, a dependência de outros órgãos os quais participam dessa gestão compartilhada do CG e que nem sempre cumprem aquilo que foi decidido nas reuniões, causa rotineiramente a transferência de responsabilidade, as quais são muito utilizadas como respostas.

A participação do CG de diversos segmentos da Sociedade Civil organizada e do Mercado, exercendo suas funções nos grupos de trabalho como visto nas análises por meio da fala dos presidentes da ACDESPIM e da AETA, é significativamente importante na gestão compartilhada do CG, pois por meio de parcerias realizadas de forma efetiva com a gerência da APA, como visto previamente desde a criação do CG no ano de 2006, sendo tais ações registradas até mesmo no plano de manejo da APA.

Estas participações efetivas destes agentes que desenvolvem uma administração compartilhada no CG, determinada por uma série de condutas e regras de participação e orientadas pelas política ambientais da Ideflor-bio e instituições governamentais detentoras de poderes simbólicos diferentes, as quais são percebidas pelos agentes do Mercado e da Sociedade Civil como mandatárias e possuidoras de maior poder, ocasionando uma verdadeira legitimação da ordem social pelo “*fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas objetivas de percepção e apreciação que são provenientes dessas estruturas objetivas e tendem por isso perceber o mundo como evidente*”

(BOURDIEU, 2004, p.163), e assim, numa relação de poder simbólico, o Estado conserva a sua posição que comanda com o interesse de manter a política governamental, dando continuidade a esse projeto socioambiental mesmo sem recursos (com o que o orçamento permiti), atuando apenas com algumas poucas ações, tal como, o projeto lazer consciente, apontado por muitos como uma ação pontual sem muita relevância para os moradores.

O representante da prefeitura, entra em conflito com a representante da Ideflor-Bio em relações de poderes simbólicos quanto à atribuição de competências, no entanto, a queixa daquele foi o fato do ônus maior decorrente da ação judicial de autoria da ong Suatá (de recolher o lixo) coube à prefeitura, gerando ressentimentos por parte desta instituição.

O Sr. Teixeira, fundamenta-se em discursos com apelos à população local, discursos de pertencimento, pois são filhos do município, e com isso, tenta mostrar que o projeto socioambiental apenas trouxe incumbências para a prefeitura, e que muitos problemas foram resolvidos por meio de outros espaços públicos como as audiências públicas as quais trouxeram a energia elétrica ao município.

Mais adiante, o Conselheiro e a gerente discutem quanto a retirada dos moradores do mangue, e a gerente, acusa a prefeitura de não ter estado adimplente na época, alegando para o conselheiro que esse foi o principal motivo do projeto destinado à retirada dos moradores do mangue não ter ido adiante.

E o Sr. Teixeira, em contrapartida, se remete à administração ainda da SECTAM, quando o governador Almir Gabriel prometeu remanejar estes moradores. Dessa forma é percebida uma luta em apontar falhas entre estes agentes, e também a prática de transterência de competência entre estes dois representantes nesta reunião do CG.

### *Os atores que subvertem o campo*

Esses, são atores sociais formados por uma parcela de moradores da vila que estão desacreditados com as reuniões do CG, eles perceberam que este é um lugar onde há um significativo interesse das pessoas envolvidas as quais tem a intenção de obter lucros e vantagens, e observando isso, deixam de frequentar as reuniões.

Como forma de protestar esses atores não participam das reuniões do CG, mostrando também, as insatisfações destes com o não cumprimento das metas propostas, assim como, com as evidentes desigualdades nas autuações e restrições das normas ambientais pela gerência da APA e órgãos fiscalizadores como o IBAMA.

Por outro lado, ao deixarem de participar de um processo importante, que contribui para mudança na realidade social, acabam por legitimar a construção dos sistemas simbólicos dos dominantes e suas estruturas objetivas, as quais são incorporadas por estes atores dominados, e estes, acabam aceitando essa realidade como normal. Pois, o conselho gestor e sua estruturação, isto é, seus códigos, o capital cultural dos técnicos e a linguagem científica, favorece aqueles com maior capital cultural, os quais, de acordo com as normas determinadas pela gerência da APA, se orientam com a finalidade de tirar proveito do jogo,

O Conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo (BOURDIEU, p.142).

#### *A luta a favor e contra a doxa*

Um exemplo de luta contra a doxa, foi o que aconteceu dois anos atrás, no dia 18 de novembro de 2014, na Vila de Algodal (distrito de Maracanã), na sede da Associação de Pescadores Artesanais, onde foi realizada uma consulta pública pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), momento em que moradores e lideranças puderam debater e votar a favor ou contra a criação de uma nova unidade de conservação dentro do território da APA, o Monumento Natural Dunas de Algodal.

Na reunião, o técnico Crisomar Lobato, diretor de áreas Protegidas da Sema, enfatizou ser o monumento natural uma categoria de UC que tem como meta a preservação de ecossistemas raros ou de grande beleza cênica. A área indicada desta UC compreende 256,4 hectares, e abrange ambientes de dunas, restingas, lagos e manguezais.

A consulta pública suscitou bastante a participação local e a votação obteve um resultado final muito equilibrado, pois, a margem de diferença entre os votos a favor e contra a criação da referida UC - O Monumento Natural da Dunas de Algodal – UC do grupo de proteção integral- foi muito equivalente, e por uma pequena margem de votos a criação de outra UC no território da APA de Algodal Maiandeua, foi aprovada.

Segundo o técnico, o objetivo da consulta pública era ouvir os moradores da ilha a respeito da nova unidade de conservação estadual, visando beneficiar o ecossistema local e os sítios naturais da área. Esta unidade de conservação do grupo de proteção integral, de acordo com o técnico Crisomar Lobato, também possuía outro objetivo que era de conseguir recursos

do governo federal para tentar amenizar as demandas da APA – Algodual-Maiandeuá, em relação à segurança, saúde, saneamento e educação.

Apesar de haver a intenção do técnico de trabalhar para a atenuação dos problemas sociais da UC, os moradores da comunidade local, desconhecendo o propósito do técnico, mostraram-se saturados em relação às restrições, proibições e autuações impostas a eles desde a criação da APA, tais ações, tomadas por parte da gestão anterior da SEMA, tinham um elevado caráter coercitivo e autoritário em relação aos moradores locais no tocante ao uso dos recursos naturais, principalmente, aqueles moradores que têm estes como a principal fonte de reprodução social.

Desta forma, por meio de uma verdadeira luta simbólica entre uma parte significativa de moradores locais, os quais se manifestaram contrários na audiência, entraram em confronto com a SEMA, agente representante do ESTADO, que criava as regras e normas ambientais e responsáveis pela imposição dessa cultura ambiental dominante, utilizando: “ *As palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pelo princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo o exercício legítimo do efeito da teoria*” (BOURDIEU, 2004, p.162),

A SEMA, agente que constrói a realidade social do campo socioambiental aponta para uma solução, a criação de uma nova unidade do grupo de proteção integral, ou seja, de uso mais restrito ainda do manejo dos bens da natureza, pois, conforme o discurso do órgão ambiental, a criação de unidades é boa para a vida dos moradores, e assim, os que conservam o campo conseguiram a aprovação da criação da nova unidade, mantendo a *doxa*.

Por outro lado, os moradores locais que mais dependem dos recursos naturais, aliados a outra parcela de moradores desconfiando da tentativa de criação da nova unidade vão de encontro a aceitação da ordem corrente como evidente, pois, tiveram o exemplo anterior das imposições e limitações do uso dos recursos naturais da APA e de forma objetiva tentaram mudar a ordem votando contra a aprovação da nova unidade, se manifestando de maneira coesa durante a audiência pública, representando a contrariedade em relação ao projeto socioambiental, ou seja,

Do lado objetivo, pode-se agir através de ações de representação, individuais ou coletivas, destinadas a mostrar e a fazer valerem determinadas realidades, por exemplo nas manifestações que tem como objetivo tornar manifesto um grupo, seu número, sua força, sua coesão, faze-lo existir visivelmente (BOURDIEU, 2004, p.161-162).

Pelo lado subjetivo, a luta desses agentes subversores é mais custosa, porque sem deter capital cultural ao nível dos outros agentes há a dificuldade de

Agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, os nomes que constroem a realidade social (BOURDIEU, 2004, p. 162).

Pois para isso, é necessário deter capital cultural, e este poder a população local não possui na mesma proporção que os representantes do Estado e os outros agentes que conservam o campo. Pois, este poder de elaborar os sistemas de classificação, as categorias de percepção. É responsável por criar a realidade social, ou seja, o poder simbólico, isto é, o uso dos preceitos ambientais criados desde o tratado de Brutland que hoje estão inseridos nas leis ambientais e mantidas por funcionários da APA como biólogos, engenheiros florestais e outros profissionais que atuam no campo socioambiental da UC.

### *Os conflitos pelo uso dos recursos*

A imprescindibilidade do uso dos recursos naturais por esses moradores mais necessitados é propalada por um pescador entrevistado, residente do Bairro do Camambá, que afirmou que a SEMA chegou ao local e proibiu estes de colocarem suas redes na Praia da Princesa por causa dos turistas, por isso, foram obrigados a posicionarem suas redes em outra praia. O entrevistado, mais adiante, também mencionou outras proibições esclarecendo dessa maneira: *“Proíbem tudo ... proíbem de tirar o caranguejo do mangue, chegam cheio da imposição dizendo o que pode ser feito ou não, porque eles tem comida na casa deles mais se eles se forem proibidos de colocar suas redes vão morrer de fome”* (sem se identificar).

Na fala do pescador é possível perceber a relação de dependência direta desses moradores como os recursos do local, mesmo sendo a decisão da SEMA cautelosa na intenção de dar segurança ao turista, pois, este ator social é um elemento importante para a internalização de dinheiro através da atividade do turismo, porém, seria necessário haver um estudo mais aprofundado envolvendo os interessados que costumam manejar a pesca no local, e assim procurar uma solução que fosse benéfica tanto para os pescadores locais e para a segurança dos turistas.

Outra situação de impedimento por parte da administração da UC que afeta diretamente estes moradores mais subordinados ao uso dos recursos naturais, são os veranistas que detêm maior capital cultural e econômico conseguem ir contra tais exigências, enquanto aqueles moradores nativos que não possuem poder financeiro e conhecimento da legislação ambiental, quando autuados, sentem mais restrições impostas em relação à

construção de suas casas, pois tais imposições são desiguais. rapidamente os rigores da lei de maneira coercitiva, como argumenta o entrevistado: “ *A unidade de conservação, o cara de fora consegue manobrar e consegue construir uma casa de três andares, e quando o nativo vai querer construir... é barrado.*” E continua, “ *isso enfraquece a relação do ideflor, perde o respeito*”(sem se identificar).

A constatação do tratamento desigual por parte da gerência da UC em relação a esses moradores nativos, também faz com estes se tornem contrários ao projeto socioambiental, muitos falam que a Ideflor bio evita um embate com os veranistas por saber que irão encontrar mais dificuldade no momento de confrontá-los. Tal situação de diferença no tratamento dos atores em função de poder econômico, é um ponto difícil a ser alcançado visando resolver as relações desiguais em um espaço público. Sendo assim há,

A necessidade de superação das desigualdades de poder entre os diferentes atores sociais que participam do espaço público. De maneira geral, organismos do aparelho estatal e agentes privados se apresentam, no espaço público, com mais poder político e de persuasão do que os movimentos sociais e grupos marginalizados da população (SANTOS, 2005, p.67).

A extração de areia e pedra da praia assim como a necessidade do uso de outros recursos naturais pelos moradores nativos, é imprescindível para os moradores nativos que possuem baixa renda, pelo fato destes não possuírem recursos financeiros para comprar material (areia, cimento, barro, telha entre outros) para a construção de suas casas. Porém, essas ações são proibidas pela gerência da APA, por ocasionarem a erosão da costa como relata no Plano de Manejo:

A degradação do solo da APA de Algodal-Maiandeuá está relacionada à erosão costeira, à ocupação desordenada de APP's e à extração ilegal de minerais. A erosão é um dos principais problemas relacionados ao recuo da linha de costa, e ocorre em toda a extensão da APA, trazendo grande prejuízo para a população local. O exemplo agravante deste processo pode ser constatado na Vila de Algodal (PLANO DE MANEJO, 2012, p.42).

No entanto, igualmente como ocorre em outras coibições, estes moradores apontam para a relação parcial da gerência da referida UC com aqueles que fazem o uso ilegal da retirada de areia e pedra, e quando perguntados quanto a atuação do gerente local da APA no tocante a fiscalização da utilização da areia e da pedra, o entrevistado respondeu que:

“muitos falam que ele tem moral prá alguns e para outros ele não tem entendeu? .. porque ele cobra alguns que são como é que se diz.. são descamisados.. que são eles que tem pouco recurso.. aqui os que tem mais recursos.. ele não tem essa voz ativa prá dizer: e rapá vai lá e para de tirar areia, como tem muita gente que tira, os donos de estância que pega areia ai, ele não vai lá dizer: e rapá para com isso, mas não, .. ai outro precisa, ... às vezes.. o próprio nativo vai buscar areia prá construir a sua própria casa, o próprio ambiente, ai ele vai lá e quer embaçar tem que falar com a ideflor-bio tem que pegar um documento prá poder tirar areia, os outros estão tirando comercializando, vendendo.. e isso ai eu acho errado” (sem se identificar).



De acordo com informações obtidas através de conversas com esses moradores, os donos de estâncias retiram areia e pedra da praia para comercializar esses recursos e não se intimidam com a fiscalização, além disso, outras pessoas que possuem carroça extraem as pedras nas noites de luar, e vendem ao preço de R\$ 100,00 o metro para as pessoas da ilha, e R\$ 120,00 reais para as pessoas de fora. No entanto, como relatado pelo entrevistado, este afirma que há a uma alternativa para a retirada legal de pedra e areia junto a Ideflor, por meio da emissão de um documento pela entidade.

A possibilidade de conseguir o documento para a retirada desses recursos por parte dos moradores, é corroborada pela gerente da APA durante a reunião do CG no do dia 28 de abril, do ano de 2016, A gerente da APA, Tanice Aguiar, se posicionou em relação À extração dos recursos naturais em questão, e advertiu sobre a penalização para aqueles, os quais o objetivo é comercializá-los, como declarou na reunião:

“vão lá procurem a sede do Ideflor, solicitem sei lá um metro de areia.. Seu Raimundinho tá precisando.. o que a gente não pode é permitir de fato é a comercialização desses produtos entendeu! Porque esses são recursos naturais é um bem da comunidade. se a gente vê a questão de tá comercializando a areia, a pedra, árvore, infelizmente a gente vai ter que repreender” (TANICE AGUIAR – Gerente da APA,2016).

Entretanto, a mesma pessoa entrevistada anteriormente a qual fez críticas da atitude do gerente local, ao mesmo tempo reconhece que as proibições são benéficas por parte da administração da UC, porque se não houvesse o controle da entidade o prejuízo ambiental poderia ser grave em relação ao uso desses recursos como declarou;

“senão tivesse essa APA ai, principalmente a Praia do Tablado já estava totalmente destruída porque a tiração de pedra principalmente para fazer construção, tanto é que nem é os nativos, eles não usam essas pedras, tem gente que tira prá comercializar, como também a tiração de areia ai com certeza taí até uma coisa boa coisa que tá trazendo progresso para Algodoal.. uma boa coisa que fizeram porque se deixassem mesmo por conta das pessoas comercializar já teria destruído o mangue” (não identificado).

É notório, que as regras do uso dos recursos incomodam esses moradores, pois estes, sempre fizeram uso dos bens naturais do local, assim como, nasceram e moraram nesse lugar até os dias de hoje. Ademais, nesse intervalo de tempo, tem sido espectadores de todas as mudanças decorrentes de pressões externas ocorridas no lugar que não foram de suas responsabilidades, e sim de ações de fora, as quais chegaram para impor uma nova ordem na comunidade e ao mesmo tempo agredir seus sentimentos de pertencimento.

Dessa forma é necessário uma equalização quanto as proibições, para aqueles “mais poderosos”, que causam um maior dano por extraírem esses recurso em grandes volumes, pois visam a comercialização, e em razão disso, as autuações e punições deveriam ser severas para estes, ao contrários dos moradores mais desprovidos que precisam desses recursos por necessidade e assim os utilizam também em menor quantidade. Agindo desta maneira o projeto socioambiental traria uma posição mais justa para a comunidade local, que a perceber esse novo tipo de conduta passaria a confiar e apoiar o projeto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### *Regularização Fundiária*

Apesar de o turismo ser a atividade econômica mais importante para a geração de renda de toda a comunidade da vila, é necessário atenção com medidas que podem favorecer alguns empresários, principalmente, aqueles que mais lucram com esta atividade. Estes, são proprietários de estrutura comercial já consolidada (no caso dos hoteleiros mais abonados), que possuem um bom estabelecimento (hotel) com serviços de qualidade, além de, demanda constante de turistas.

Além disso, possuem também trabalho de divulgação e parceria com agências e operadoras. Estes agentes, assim como outros da cadeia produtiva do turismo (Barraqueiros, Barqueiros e outros), são providos de significativo poder econômico.

Ademais, detêm uma rede de relações sociais (Capital Social) com funcionários de bancos, e também, com pessoas influentes vinculadas a estas instituições financeiras. Tudo isso, com o propósito de conseguir financiamento bancário. Ou seja, sempre haverá o favorecimento daqueles detentores de poder monetário e isso apenas aumentará a desigualdade social existente no local.

Para que haja uma equidade nas consequências que a regularização fundiária pode trazer para esses moradores, seria necessário elaborar formas de financiamento mais flexíveis com os empresários mais modestos, porque, como já colocado, existem empresários com muitas vantagens em relação aos empresários menos favorecidos econômicos, os quais conseguem somente obter pequenos lucros com pequenas pousadas, redários e outros serviços (canoeiros, carroceiros e barraqueiros) da cadeia produtiva do turismo.

Se faz mister pensar em um plano de financiamento para esses pequenos empresários, os quais não possuem redes de relacionamentos, e capital financeiro para facilitar empréstimos com rapidez por parte destas instituições.

### *O Conselho Gestor*

Este espaço público, deve adquirir uma postura autônoma e fundamentada pela opinião de toda a comunidade que justifique a razão dele ter sido constituído, isto é, o interesse de todos, e com isso, não deixar a centralidade no controle dos mecanismos institucionais regulados pelo poder (em todas as suas formas): capital financeiro, simbólico, cultural e social, ou seja, para os debates públicos serem isentos de qualquer tipo de imposição. Pois, se neste espaço, os interesses dos mais fortes não forem equalizados com os interesses dos menos favorecidos, e essa realidade não for alterada o CG continua sendo um espaço desigual em razão de interesses antagônicos, sendo difícil tomar decisões democráticas relacionadas a temas de interesse público.

Para ser um espaço público legítimo, este deve ser um espaço autônomo, pois no CG da APA, há a necessidade da participação daqueles atores que representam as pessoas que vivem mais constantemente numa relação de maior dependência dos recursos naturais (pescadores, catadores de siri, caranguejo, turu, sarnambi mexilhão e outros), além de serem desprovidas de necessidades básicas como saneamento e água de qualidade, no caso dos moradores do Bairro do Camambá e Baixada Fluminense.

Outra situação a ser modificada no CG é o nivelamento do vocabulário usado pelos técnicos dos órgãos públicos. Tal situação pode ser trabalhada em uma via dupla, em termos de entendimento pelas pessoas de menor instrução educacional da seguinte forma:

- Uma capacitação adequada dos moradores de menor instrução educacional, para um melhor entendimento das questões ambientais e outros temas.
- A adequação por parte dos profissionais que explanam nas reuniões do CG, em usar um vocabulário de melhor assimilação da comunidade local, por que muitas vezes, a explanação dos técnicos é carregado de palavras científicas, e assim, as apresentações se tornam monótona causando a evasão de participantes, fato que deveria ser evitado, porque na maioria das vezes, são informações importantes no sentido de ajudar a melhorar a vida dos moradores locais.

Outra questão relevante é a inclusão da representatividade dos veranistas no CG da APA, pois este, como morador eventual durante os períodos de férias e feriados, teria mais proximidade dos problemas vividos pelos moradores locais no seu cotidiano. Desta maneira, poderiam entender com mais clareza, tais necessidades que também acabam por afetar esses moradores temporários. Seria uma oportunidade para estes terem um melhor entendimento de problemas geralmente relacionados a utilização dos recursos naturais, assim como, os cuidados com a proteção do meio ambiente, pois este ator social, como um morador/turista, possui muita importância no sentido de conscientizar e publicitar para as pessoas que moram fora da APA, como na capital e outras cidades, assumindo um papel de expensor (agente multiplicador) da importância da preservação dos recursos do local.

Outra questão importante, seria trazer este agente para uma discussão no sentido de ajudar quanto ao problema da expansão para áreas de mangue, porque muitas pessoas ainda compram casas dos moradores locais, o que provoca o aumento das áreas de expansão. E para que houvesse uma diminuição nessas aquisições, se fazia mister elaborar uma proposta em comum acordo com a gerencia de APA e todo os conselheiros do CG, para que houvesse restrições na compra de casa e terrenos por pessoas de fora do local.

Outras situações importantes em que o veranista também poderia colaborar, seria a respeito do sub loteamento dos lotes e sobre a transformação dos quintais em quartos para alojamentos de turistas, os “hotéis de quintal”, que trazem prejuízos ambientais e financeiros para todos os hoteleiros locais.

Outra oportunidade desses atores ajudarem A os moradores locais com seu capital, social e cultural e econômico, seria no tocante A auxiliar as pessoas mais carentes de vários aspectos, como nas questões de educação, segurança, meio ambiente e saúde. E também outras questões, como apresentar soluções e idéias por estes serem profissionais de diversas áreas de conhecimentos que podem ajudar de forma significativa no CG.

É necessário também o fomento as categorias de turismo: Como o ecoturismo que existe na APA, entretanto de maneira bem tímida, executado por alguns pequenos profissionais, no trabalho de condução de turistas em trilhas e alguns trajetos, porém, propostas de turismo de base comunitária, pois há a necessidade dos próprios moradores de pequenos investimentos como: pequenas pousadas e hotéis terem seus contatos diretos com agências de viagens e operadoras para oferecerem seus produtos e até mesmo possuírem suas agências locais de forma organizada, montando seus pacotes para ofertarem aos turistas.

É interessante também a procura de novas atividades, que são práticas comuns, e que ainda existem em Algodual e que poderiam ser ofertadas em um pacote de atividades

turísticas como: A despesca do curral de noite com lanterna e depois uma rodada de avuado com a oferta de um cardápio para o visitante, assim como, na área cultural, os contadores de histórias fantásticas e fantasmagóricas de Algodoal.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Helena; CAMPOS, Raul. **Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 2017 ISSN 1695-7121.

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

BOGEA, Hiroshi. **Algodoal ameaçada**. Disponível em: <http://www.hiroshibogea.com.br/algodoal-ameacada/2008>. Acesso em: 27 de nov de 2017.

BORDALO, C. A. L. **Gestão ambiental em bacias hidrográficas: Um estudo de casos dos mananciais do Utinga – Bacias dos igarapés Murucutum e Água Preta**. Presidente Prudente, 1998 (Dissertação de Mestrado).

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegurim; revisão técnica: Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL Presidência da República. **Lei nº 6.902/81 de 27 de abril de 1981**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6902.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6902.htm)> Acesso em 21 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei nº 6.938/81 de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em 21 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei nº 9.605/98 de 12 de fevereiro de 1988**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm). Acesso em 22 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Complementar nº 234, de 10 de outubro de 1990**. Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/camara-aprova-novo-codigo-municipal-de-limpeza-urbana>. Acesso em 23 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei federal nº 11.284/06 de 2 de março de 2006**, Disponível em: <[www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=485](http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=485)> Acesso em: 25 de abr de 2017.

\_\_\_\_ **Decreto nº 23.793/34** de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d23793.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.html) Acesso em: 14 out. 2017.

\_\_\_\_ **Lei nº 201/67 de 27 de fevereiro de 1967.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm). Acesso em: 18 out. 2017.

\_\_\_\_ **Lei nº 3.798/1966 de 30 de maio de 1966.** Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5010-30-maio-1966-346750-norma-pl.html>. Acesso em: 18 de out 2017.

\_\_\_\_ **Lei nº 201/67 de 27 de fevereiro de 1967. Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0201.htm). Acesso em: 18 out. 2017.

\_\_\_\_ **Lei nº 3.798/1966 de 30 de maio de 1966. Disponível em :** <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5010-30-maio-1966-346750-norma-pl.html>. Acesso em: 18 de out 2017.

\_\_\_\_. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; ; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.** Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76p.

\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **2006 portaria nº 32, de 22 de maio de 2006,** Disponível em :< <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?cat=10>> Acesso em: 25 abr de 2017

\_\_\_\_, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBIO. 2014.

\_\_\_\_ **CASA CIVIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html)>. Acesso em: 11 set. 2017

BRITO, Maria Cecília W. **Unidades de conservação: interações e resultados.** São Paulo: FAPESP, 2000.

CALETRIO, Javier. “De veraneo en la playa”: pertencimento e o familiar no turismo de massa no Mediterrâneo. In: **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v.24, n.47, p.119-140, jan./jun. 2011.

CARDOSO, L. F. C. E. . Criança na pesca: brincadeira ou trabalho.. In: V Seminário de Iniciação Científica do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997, Belém. Livro de Resumos/PIBIC. Belém: MPEG/CNPq, 1997. p. 45-45

CASTRO, Edna. **Campo do desenvolvimento, racionalidade e poder.** Rio de Janeiro: ANPUR & Letra Capital, 2015. p.225-246.

CIRILO, Brenda Batista. **O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: O Estudo de caso da área de proteção ambiental da Ilha do Combu, em Belém/PA. 2013.197 f.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do trópico Úmido.

CORIOLO, Luzia. **Espaço, poder e turismo: novas configurações geográficas.** Universidade Estadual do Ceará, 2003.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2002

Dicionário Aulete, Disponível em: <http://www.aulete.com.br/veraneio>. Acesso em: 15 de Nov de 2017.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996. 169 p. (Geografia: Teoria e Realidade 35).

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade.** A hora decisiva. Curitiba: UFPR, 2001. 308 p.

DURKHEIM, Émile. **O Fato social e divisão do trabalho.** São Paulo: Editora Ática

FERRARI, Cibelle; GUEDES, Sandra. **A contribuição da teoria das representações sociais para o estudo do patrimônio cultural – o exemplo da Ilha da Rita/SC.** Niterói-RJ: 2012.

FIGUEIREDO, Elida Moura; SANTAN, Graça. A transformação da princesa: relatos de pesquisa na APA Algodoal/Maiandeuá, Maracanã, Pará, Brasil, Amazônia. In: **Ci. & Desenv.**, Belém, v.6, n.11, jul./dez. 2010.

FONSECA, M. A. P. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade.** Natal: EDUFRN, 2005.

FORMAN, S. - 1970. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy.** EUA , Indiana University Press.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder.** Organização e tradução Robert Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004?)

FRATUCCI, A. C. (2008). **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla/ribeirinha: mito, lendas e transculturalidade.** São Paulo: Annablume, 2004.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity.** Stanford: Stanford University Press, 1979.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto 20/72 | Decreto nº 20, de 13 de julho de 1972. Disponível em: <<https://governosp.jusbrasil.com.br/legislacao/223224/decreto-20-72>>. Acesso em: 11 set. 2017

GWERCMAN, Sergio. **Para que servem as ong's?** Disponível em: < [www. Super.abril.com.br/comportamento/para-que-servem-as-ongs/](http://www.super.abril.com.br/comportamento/para-que-servem-as-ongs/)>. Acesso em: 28 de out de 2017.

LUIS , Marcelo. **Ilha do Algodão corre o risco de morte**. Disponível em: <http://troppos.wordpress.com/tag/lixo/>. Acesso em: 25 nov de 2017

IPARDES. **Cadeia produtiva do turismo do Paraná**: estudos sobre as regiões turísticas do estado. Curitiba: 2008a.

ISSA, Yara Silvia Marques; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. 2006. **Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais**. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006

KANAFU, Remy. **Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo**. In **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. Adyr A. B. Rodrigues (Org.), p. 62-74. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LEITE, Nathália. **Turismo e território**: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da geografia do turismo. Faculdade de Letras de Lisboa, 2008.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2012. 163p.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1995. ISBN 8524701137, 9788524701139, 167 páginas

MAUÉS, A. NOGUEIRA, C. OLIVEIRA, D. LAMEIRA, J. **Guia de visitação da APA de Algodão-Maiandeuá**/ Secretaria do Estado do Pará – Belém: SEMA, 2011. 36p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente: **Roteiro para a criação de Unidades de Conservação Municipais**, 2010.

MOURA, E. A. F. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MOURA, Elida; SANTANA. **Mulheres do Sal: o cotidiano feminino nas comunidades da ilha de Algodão/Maiandeuá, Maracanã-PA**. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS,



Eunice Ferreira dos; CANCELA, Cristina Donza (Org.). **Mulheres e gênero: as faces da diversidade**. Belém: GEPEM, 2009. p. 213-228

NERFIN, Marc, 'The future of the United Nations system: some questions on the occasion of an anniversary', *Development Dialogue*, 1985:1, Dag Hammarskjöld Foundation, Uppsala, pp. 5–29.

ORTNER, Sherry B. "Gender and Sexuality in Hierarchical Societies: The Case of Polynesia and Some Comparative Implications". In: ORTNER, S. & WHITEHEAD, H.. (eds.). *Sexual Meanings: The Cultural Construction of Gender and Sexuality*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 1981 (pp. 359-409).

\_\_\_\_\_. "Theory in Anthropology Since the Sixties." *Comparative Studies in Society and History*, 1984, 26(1) (pp.126- 166).

**PARÁ. Lei nº 5.752/93, de 26 de julho de 1993. Disponível em: <  
<https://www.semas.pa.gov.br/2016/05/11/lei-no-5-752-de-26-de-julho-de-1993-alterada-pela-lei-no-7-026-de-300707-e-pela-lei-no-8-096-de-010115/>> Acesso em 20 de out de 2017.**

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.022/77.** Disponível em: [www.alepa.pa.gov.br/principal/bancodeleis](http://www.alepa.pa.gov.br/principal/bancodeleis). Acesso em: 11 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.770, de 17 de novembro de 1993.** Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/repositorio/1993/lo5770.pdf>> Acesso em 21 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei nº 7.026/07 de 26 de julho de 1993.** Disponível em: [www.semas.pa.gov.br/2007/07/30/9773/](http://www.semas.pa.gov.br/2007/07/30/9773/). Acesso em 22 de out de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Estadual nº. 5.621/90 de 27 de novembro de 1990.** Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/diretorias/areas-protegidas/area-de-protecao-ambiental-algodoal-maiandeu/apresentacao/>> Acesso em 16 de abr de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Estadual nº 5.887/95 de 9 de maio de 1995.** Disponível em: <[www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741/](http://www.semas.pa.gov.br/1995/05/09/9741/)>. Acesso em 03 de abr de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Estadual nº 6.451/02.** Disponível em: <[www.inovarpublico.com.br/ferramentas/diario-oficial/publicacoes/data\\_15-10-2012/jornal\\_20/pagina\\_1046/](http://www.inovarpublico.com.br/ferramentas/diario-oficial/publicacoes/data_15-10-2012/jornal_20/pagina_1046/)> Acesso em 09 de abr de 2017.

\_\_\_\_\_**Lei Estadual nº 6.963/07 de 16 de abril de 2007.** Disponível em: <<http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Lei-Estadual-6963-2007-Cria%C3%A7%C3%A3o-do-Ideflor-Com-altera%C3%A7%C3%B5es-da-Lei-8096-15-Vers%C3%A3o-consolidada.pdf>> Acesso em 08 de abr de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 8.096/15, de 1º de janeiro de 2015, Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2016/05/11/lei-estadual-no-8-096-de-1o-janeiro-de-2015/>** Acesso em: 25 abr de 2017.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Algodual-Maindeua**. Belém: SEMA, 2010. \_\_\_\_\_. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Plano de Desenvolvimento Ecoturístico da Área de Proteção Ambiental de Algodual / Maiandeua - APA Algodual**. Belém/Pará: SECTAM, 1999.

PARÁ, O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará IDEFLOR-BIO.

PDA. **Subprograma Projetos Demonstrativos**: Ministério do Meio Ambiente. Programa de Iniciativa e conservação da Floresta Amazônica – MMA, 2008.

PORTAL ORM. Algodual é alvo de crime ambiental. disponível em:

<<http://noticias.orm.com.br/noticia.asp?id=410989&%7CAlgodoal+%C3%A9+alvo+de+crime+ambiental#.Wh7CmFWnGUK>>. Acesso em: 26 de nov de 2017.

QUARESMA, Helena Dóris de Almeida Barbosa. **O desencanto da princesa**. Belém- PA: NAEA, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROMAM, André Luis Cote. **A importância das plantas medicinais para a comunidade pesqueira de Algodual**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Naturais, Belém, v. 1, n. 1, p. 69-80, jan-abr. 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SANTOS, Ailton. **Metodologias participativas**: caminho para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais / IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, Maria; SOUZA. Rosemeri. **Territórios protegidos e arenas de conflitos nas unidades de conservação de uso sustentável em Sergipe**, Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona. ISSN; 1138-9788. Depósito legal: B. 21.741-98, Vol XVII, núm. 445, 20 de Julio de 2013Brasil 2012.

NASCIMENTO, Vania Lúcia Quadros. **Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Pólo Belém/Costa Atlântica**, Dissertação de mestrado (Mestrado em Desenvolvimento sustentado do trópico úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônico. Universidade Federal do Pará. Pará. 212 f. 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

STRONG, Maurice. *Where on Earth Are We Going?* Vintage Canada Edition. 2000

TEIXEIRA, Cristina. **O desenvolvimento sustentável em uma unidade de conservação: a “naturalização” do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.20, 2005.

TEIXEIRA, Tharyn Machado. *Participação em contextos sociais ambientalizados, um estudo sobre a APA-Algodoal-Maiandeuá-PA, Maracanã-PA*, 2016.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. **O profissional de turismo e lazer**. Disponível em: <  
<http://www.efdeportes.com/efd65/lazer.htm>, Acesso em: 26 de nov de 2017.

WAGNER, W. **Descrição, explicação e método na pesquisa em representações sociais**. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 149-186.

WEBER, Max: *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília-